



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ENGENHARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO**

Flávia Gaio Gonzaga

**DA PAISAGEM CULTURAL À CULTURA DA PAISAGEM: uma leitura
integral do ambiente construído da Vila Conceição de Ibitipoca – MG**

JUIZ DE FORA

2017

Flávia Gaio Gonzaga

**DA PAISAGEM CULTURAL À CULTURA DA PAISAGEM: uma leitura
integral do ambiente construído da Vila Conceição de Ibitipoca – MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído, Área de Concentração em Ambiente Construído da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Olender

JUIZ DE FORA

2017

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Gonzaga, Flávia Gaio.

Da paisagem cultural à cultura da paisagem : uma leitura integral do ambiente construído da Vila Conceição de Ibitipoca – MG / Flávia Gaio Gonzaga. -- 2017.

173 p. : il.

Orientador: Marcos Olender

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Engenharia. Programa de Pós Graduação em Ambiente Construído, 2017.

1. Paisagem cultural. 2. Leitura Integral da Paisagem. 3. Técnicas construtivas. 4. Conceição de Ibitipoca. I. Olender, Marcos, orient. II. Título.

Flávia Gaio Gonzaga

**DA PAISAGEM CULTURAL À CULTURA DA PAISAGEM: uma leitura
integral do ambiente construído da Vila Conceição de Ibitipoca – MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído, Área de Concentração em Ambiente Construído da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído.

Aprovada em 27 de setembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. DSc. Marcos Olender (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. DSc. José Gustavo Francis Abdalla
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. DSc. Rafael Winter Ribeiro
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Aos meus amados Ana Clara, Isabel, Mariá e Luan.

Que este trabalho sirva de exemplo às inspirações acadêmicas e visão integral da vida.

AGRADECIMENTOS

Ao meu amor Evandro, por me fazer acreditar que era possível, me incentivar desde o começo e dividir comigo toda a complexidade desta pesquisa e da vida...

Às minhas flores Ana Clara, Isabel e Mariá pelo amor sem fim, pelos dias sem mim...

Ao Luan pelo seu sorriso de todos os dias...

À minha mãe Ângela e ao meu pai Lair, pela benção da vida e todo o suporte amoroso de sempre...

Ao Zô, por me mostrar que a vida vai mais além...

Aos meus irmãos e cunhados, pela paciência com a minha ausência e, em especial à Julinha querida pelo capricho dos detalhes...

À Cida pelas orações e carinho com minhas crianças...

Ao meu orientador Marcos Olender, por confiar em mim, me conduzir e me permitir a experimentação e o desbravamento pelos caminhos da investigação...

Aos novos amigos e à comunidade ibitipoquense por toda a receptividade e preciosidade das informações, em especial ao Waltemberg, Vicente, Otacílo, Neném, Gabriel, Marco, Fernanda e Ronaldo...

Aos professores, funcionários e amigos do Proac, pelos aprendizados e companheirismo...

Ao Pai Criador, pela luz da vida!

“À vista dos belos campos que se apresenta hoje aos meus olhos, não pude deixar de sentir verdadeiro aperto de coração. Pena que voltarei à Europa e os deixarei para sempre. Este sem dúvida é o lugar mais belo do mundo.”

Palavras de August de Saint Hilaire ao visitar Ibitipoca em 1822, recitada no depoimento do Sr. Waltemberg Sales Carvalho.

RESUMO

A presente pesquisa traz uma abordagem de conhecimento atualizada da paisagem cultural da Vila de Conceição de Ibitipoca - MG, refletindo sobre as consequências da produção e reprodução do espaço ao longo do tempo, assim como a relação da arquitetura local - através dos materiais empregados e das técnicas construtivas – com a composição social e a percepção simbólica. Tendo sua economia baseada no turismo, atraído fortemente pelas belezas naturais da região, com as grandes mudanças ocorridas nas últimas décadas na vila põe-se à prova a preservação de sua identidade cultural. Desenvolve-se então uma metodologia de leitura integral da paisagem, capaz de indicar parâmetros e elementos-construtivos-chave para que sejam utilizados como referência no Código de Posturas e na Lei Municipal de Organização da Ocupação e Uso do Solo. A aplicação da metodologia teve resultados positivos e reveladores em relação à fidelidade do levantamento de dados físicos e confrontações com o percurso histórico e dinâmica dos atores, comprovando a potencialidade dos recursos. Concluiu-se que, com todas as adaptações e readequações da evolução natural de sua arquitetura local, muitos são os parâmetros ainda hoje respeitados e seguidos, os quais estão diretamente relacionados simbolicamente à sua história, desde a exploração do ciclo do ouro há três séculos, até a exploração turística da atualidade. No entanto, propõe-se diretrizes construtivas relacionadas às fundações, vedações, esquadrias, coberturas, muros e contenções e volumetria das edificações da vila, fundamentais à preservação da identidade da paisagem em questão.

Palavras-chave: Paisagem cultural. Leitura Integral da Paisagem. Técnicas construtivas.

ABSTRACT

The present research brings an updated knowledge approach of the cultural landscape of the Village of Conceição de Ibitipoca - MG, reflecting on the consequences of production and space reproduction over time, as well as the relation of local architecture - through the materials used and the constructive techniques - with social composition and symbolic perception. Having its economy based on tourism, strongly attracted by the natural beauties of the region, with the great changes occurred in the last decades in the village the preservation of its cultural identity is put to the test. A methodology for integral reading of the landscape is developed, capable of indicating parameters and constructive key elements to be used as reference in the Code of Postures and in the Municipal Law of Organization of the Soil's Occupation and Use. The application of the methodology had positive and revealing results in relation to the fidelity of the physical data collection and confrontations with the historical and dynamic path of the actors, proving the potentiality of the resources. It was concluded that, with all the adaptations and readjustments of the natural evolution of its local architecture, there are many parameters that are still respected and followed, which are directly symbolically related to its history, since the exploration of the gold cycle three centuries ago, until the current tourist exploration. However, it is proposed constructive guidelines related to the foundations, fences, frames, roofs, walls and restraints and volumetry of the buildings of the village, fundamental to the preservation of the identity of the landscape in question.

Keywords: Cultural landscape. Full landscape reading. Constructive techniques.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Foto aérea da paisagem cultural da Vila Conceição de Ibitipoca.....	17
Figura 2: Dinâmica da identidade da paisagem cultural.....	18
Figura 3: Localização da área de estudo: o distrito de Conceição de Ibitipoca em relação ao Município de Lima Duarte – MG.....	24
Figura 4: Parque Estadual de Ibitipoca e sua zona de amortecimento em relação ao perímetro urbano do distrito de conceição de Ibitipoca.....	25
Figura 5: Foto aérea da área central da Vila Conceição de Ibitipoca do ano de 2016.....	26
Figura 6: Vista da paisagem cultural da Vila Conceição de Ibitipoca.....	26
Figura 7: Exemplo de edificações construídas em décadas distintas (2000 e 1980) com elementos comuns.....	28
Figura 8: A. Matriz de Nossa Senhora Conceição de Ibitipoca, ano de construção: 1768; B. Igreja do Rosário, ano de reconstrução: 1918.....	30
Figura 9: Mapa da área central da Vila Conceição de Ibitipoca.....	40
Figura 10: Representação do sistema LIP – Leitura Integral da Paisagem, conforme a proposta de inovação metodológica.....	50
Figura 11: Representação esquemática da estrutura teórico-metodológica da pesquisa.....	55
Figura 12: Elementos arquitetônicos construtivos encontrados. A. Shopping Portal da Serra, ano de construção: 2004 – Fundação em pedra seca. B. Casa de veraneio, ano de construção: aprox. 2010 – Fundação em concreto revestido de pedra. C. Suítes para aluguel, ano de construção: 2012 – Estrutura de concreto com laje. D. Pousada Janela do Céu: ano de construção 1984 – Tijolo maciço estrutural. E. Pousada Janela do Céu: ano de construção 1984 – Vedação tijolo à vista. F. Casa de aluguel, ano de construção: aprox. 1995 – Lajota estrutural. G. Casa de veraneio, ano de construção: 2012 – esquadria de madeira. H. Telhados coloniais. I. Muro em pedra seca, ano de construção: aprox. 1990.....	63
Figura 13: A. Casas de aluguel, ano de construção: aprox. 1975 – Exemplos de volume único. B. Casa de veraneio, ano de construção: 2002 – Exemplo de 2 volumes. C. Rua Jucundiano Chaves – Exemplo de edificações de gabarito.....	65
Figura 14: Edificação com uso comercial, ano de construção: aprox. 1850 – Fundação de pedra.....	70
Figura 15: A. Casa de veraneio e aluguel, ano de construção: 2006 – Estrutura de concreto armado; B. Casa residencial, ano de construção: 2012 – Lajota estrutural e bloco estrutural; C. Caixa d’água da matriz, ano de construção: 1968 – colocação da 1ª laje de Con Conceição de Ibitipoca; D. Caixa d’água da matriz, ano de construção: 1995 – colocação da cobertura e muros de pedra; E. Escola Municipal Padre Carlos, ano de construção: 1962 - Após a colocação do	

telhado colonial em 1996; F. Casa de uso comercial “Mãos de Maria” ou cada da Dona Laura, ano de construção: aprox. 1910 – 1ª casa de tijolo maciço estrutural a ser construída na vila de Conceição de Ibitipoca..... 75

Figura 16: A. Casa de uso comercial muito conhecida como “Ibitipharma”, ano de construção: aprox. 1860 – Estrutura de madeira com pau-a-pique e fachada frontal refeita em tijolos maciços; B. Casa de uso comercial muito conhecida como “Ibitipharma”, ano de construção: 1860 –Detalhe da estrutura de madeira apoiada em fundação de pedra seca..... 76

Figura 17: A. Vista da paisagem cultural da Vila Conceição de Ibitipoca – Casarios com telhados coloniais e fachadas multicoloridas. Data da foto: setembro de 2017; B. Casa de uso residencial, ano de construção: 2016 – Vedação de lajota rebocada, aguardando a pintura. 81

Figura 18: A. Casa de uso residencial do Jucundiano Chaves, ano de construção: aprox. 1920 – 1ª Casa com estrutura e vedação em tijolos maciços à vista da vila; B. Casa de uso residencial, ano de construção: aprox. 1940 – Estrutura e vedação em tijolos maciços; C. Casa de uso residencial, ano de construção: 2015 – Vedação em tijolos maciços; D. Sobrado residencial no térreo e aluguel no 2º andar, ano de construção: 1985 – Estrutura e vedação de tijolos no térreo e vedação em lajotas rebocadas no segundo andar; E. Casa de uso residencial, ano de construção: aprox. 1920 – Estrutura e vedação em tijolos maciços rebocados e pintados; F. Pousada “Ar da Graça”, ano de construção: aprox. 1820 – Estrutura de madeira com vedação de pau-a-pique.. 82

Figura 19: A. Casa de nativo, ano de construção: 1930 – Esquadrias de madeira original e preservada; B. Pousada “Alternativa”, ano de construção: 1985 – Uma das primeiras edificações com laje sobre tijolos estruturais. Exemplo de esquadrias e portões de madeira. 84

Figura 20: A. Coreto da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, data de construção: século XIX. – Reforma da cobertura com troca do madeiramento e substituição apenas das telhas curvas originais de baixo por telhas cerâmicas novas; B. Detalhe de um telhado em telha curva de 2 águas, data de construção: aprox. 1970; C. Edificações de uso residencial, data de construção: aprox. 1985 – Cobertura em laje exposta e platibanda, descaracterizantes na paisagem. Tentativa impedida por moradores de colocação de cobertura em telha galvanizada. Uso de cores vibrantes..... 88

Figura 21: Casa de uso residencial, data de construção: aprox. 1970 – Exemplo de volume único..... 90

Figura 22: A. Edificação com suítes de aluguel, data de construção: aprox. 1995 – Exemplo de gabarito 2; B. “Casa do Paulistas”, data de construção: aprox. 1910 – Exemplo de gabarito 1. 92

Figura 23: Casa do Antônio Chiquinha, data de construção: aprox. 1935 – Fundação e muro em pedra seca..... 95

Figura 24: Fotos aéreas da área do Parque Estadual de Ibitipoca - MG. 103

Figura 25: Cartograma da setorização proposta para análise socioeconômica da Vila de Conceição de Ibitipoca, MG..... 105

Figura 26: Rua Olga da Silva Oliveira: Setor Comercial..... 108

Figura 27: Rua Pedra Aflorada: Setor Histórico.....	109
Figura 28: Rua Júlio Fortes: Setor Veraneio.....	111
Figura 29: Habitantes locais na fundação do Parque Estadual de Ibitipoca, em 1973.....	118
Figura 30: Desenhos infantis retratando a paisagem cultural da vila.....	140
Figura 31: Pintura de Paisagem Cultural da Vila Conceição de Ibitipoca	142
Figura 32: A Vila e o Lobo.....	143
Figura 33: A Matriz de Nossa Senhora Conceição de Ibitipoca registrada na atualidade..	143
Figura 34: A. Casa do Sr. Nelson e Dona Maria do Pão de Canela, ano de construção: aprox. 1920. B. Sede da Repousada, ano de construção: 1987 - Vedação em tijolos à vista. C. Chalés para aluguel, ano de construção: 2001 – Estrutura e vedação em tijolos à vista.....	147
Figura 35: Vila de Conceição de Ibitipoca em 1968, um ano antes da chegada da televisão. Conjunto de casas claras com telhados coloniais e volumetria simples. Detalhe para a Escola Municipal Padre Carlos coberta com laje exposta.	151
Figura 36: Casa de uso comercial “São Geraldo”, ano de construção: 1935 Vedação em tijolos maciços rebocados e pintados.	152
Figura 37: Imagem de divulgação do documentário “Ibitipoca – droba pra lá”, de Felipe Scaldini.....	153

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quantidade de edificações por número de volumes.....	64
Gráfico 2: Quantidade total de edificações por idade.....	66
Gráfico 3: Quantidade de edificações com fundações de concreto por idade.....	68
Gráfico 4: Quantidade de edificações com fundações de pedra por idade.....	69
Gráfico 5: Quantidade de edificações com estruturas de concreto por idade.....	71
Gráfico 6: Quantidade de edificações com lajota estrutural por idade.....	72
Gráfico 7: Quantidade de edificações com tijolo maciço estrutural por idade.....	74
Gráfico 8: Quantidade de edificações com vedação de lajota rebocada por idade.....	77
Gráfico 9: Quantidade de edificações com vedação de tijolinho à vista por idade.....	78
Gráfico 10: Quantidade de edificações com vedação de tijolo rebocado por idade.....	79
Gráfico 11: Quantidade de edificações com vedação de pedra por idade.....	80
Gráfico 12: Quantidade de edificações com esquadrias de madeira por idade.....	83
Gráfico 13: Quantidade de edificações com cobertura em telha cerâmica modelo 2 águas por idade.....	86
Gráfico 14: Quantidade de edificações com cobertura em telha curva modelo 4 águas por idade.....	87
Gráfico 15: Quantidade de edificações com 1 único volume por idade.....	89
Gráfico 16: Quantidade de edificações com máximo de 2 pavimentos por idade.....	91
Gráfico 17: Quantidade de edificações térreas por idade.....	92
Gráfico 18: Quantidade de edificações com muros de concreto por idade.....	93
Gráfico 19: Quantidade de edificações com muros de pedra por idade.....	94
Gráfico 20: Quantidade de edificações por setor.....	106
Gráfico 21: Quantidade de edificações com uso residencial por setor.....	107
Gráfico 22: Quantidade de edificações com uso comercial por setor.....	108
Gráfico 23: Quantidade de edificações com uso de serviços públicos por setor.....	109
Gráfico 24: Quantidade de edificações com uso de aluguel por setor.....	110
Gráfico 25: Quantidade de edificações com uso veraneio por setor.....	111

Gráfico 26: Quantidade de pousadas por setor.....	112
Gráfico 27: Quantidade de edificações por idade e setor.....	121
Gráfico 28: Quantidade de edificações por idade com fundações de pedra, tijolos maciços estruturais rebocados e coberturas com telha curva no modelo 2 águas.....	165

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Elementos arquitetônicos por período.....	96
Tabela 2: Dinâmica socioeconômica por período.....	123
Tabela 3: Dinâmica sociocultural e simbólica por período.....	156
Tabela 4: Leitura Integral da Paisagem.....	160

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
O TEMA:	15
PROBLEMATIZAÇÃO:	17
JUSTIFICATIVA:.....	19
OBJETIVOS:	20
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO:.....	21
CAPÍTULO 1 - A PAISAGEM CULTURAL DA VILA DE CONCEIÇÃO DE IBITIPOCA	24
1.1. O OBJETO DE ESTUDO:	24
1.2. O PROBLEMA DE PESQUISA:	32
1.3. A PAISAGEM CULTURAL	36
1.4. AS LEITURAS DA PAISAGEM	41
1.5. DESAFIOS DA LEITURA	46
1.6. MACROESTRUTURA TEÓRICO - METODOLÓGICA DA PESQUISA	48
1.7. MICROESTRUTURA TEÓRICO - METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	51
1.8. SISTEMATIZAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	55
CAPÍTULO 2: A ARQUITETURA LOCAL	56
2.1. O PATRIMÔNIO MATERIAL – AS EDIFICAÇÕES	56
2.2. AS HORIZONTALIDADES COTIDIANAS DA ARQUITETURA LOCAL.....	60
2.3. DECOMPOSIÇÃO VERTICAL DA ARQUITETURA LOCAL	66
2.3.1. Fundações:	67
2.3.2. Estruturas:	70
2.3.3. Vedações:	76
2.3.4. Esquadrias:	83
2.3.5. Coberturas:	84
2.3.6. Número de volumes:	88
2.3.7. Gabaritos:	90
2.3.8. Muros e contenções:	93
2.4. RECOMPOSIÇÃO TRANSVERSAL DA ARQUITETURA LOCAL.....	95

CAPÍTULO 3: A COMPOSIÇÃO SOCIAL	99
3.1. A DINÂMICA DOS AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO	99
3.2. AS HORIZONTALIDADES COTIDIANAS DO PONTO DE VISTA SOCIOECONÔMICO.....	102
3.3. A DECOMPOSIÇÃO VERTICAL DO PONTO DE VISTA SOCIOECONÔMICO..	112
3.4. RECOMPOSIÇÃO TRANSVERSAL DO PONTO DE VISTA SOCIOECONÔMICO 122	
CAPÍTULO 4 – A PERCEPÇÃO SIMBÓLICA	126
4.1. O PATRIMÔNIO IMATERIAL.....	126
4.2. TRADIÇÃO E CULTURA.....	127
4.3. A SIMBOLOGIA DA PAISAGEM CULTURAL	131
4.4. A PERCEPÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL	132
4.5. DESENHO DAS ESTRATÉGIAS	137
4.6. AS HORIZONTALIDADES COTIDIANAS DO PONTO DE VISTA SOCIOCULTURAL	139
4.7. DECOMPOSIÇÃO VERTICAL DO PONTO DE VISTA SOCIOCULTURAL	144
4.8. RECOMPOSIÇÃO TRANSVERSAL DO PONTO DE VISTA SOCIOCULTURAL	155
CAPÍTULO 5: A LEITURA INTEGRAL DA PAISAGEM	159
5.1. OS PERÍODOS HISTÓRICOS E OS PONTOS DE INFLEXÃO	159
5.2. LIP – LEITURA INTEGRAL DA PAISAGEM DA VILA CONCEIÇÃO DE IBITIPOCA	159
5.3. CONCLUSÃO	161
5.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
BIBLIOGRAFIA.....	166
ANEXO I - Recomposição transversal da arquitetura local.....	170
ANEXO II - Recomposição transversal socioeconômica.....	171
ANEXO III - Recomposição transversal sociocultural.....	172
ANEXO IV - Leitura Integral da Paisagem.....	173

INTRODUÇÃO

O TEMA:

A presente pesquisa pretende trazer uma abordagem de conhecimento atualizada no que se refere à importância dada às Paisagens Culturais, refletindo sobre as consequências da produção, apropriação e reprodução do espaço ao longo do tempo, assim como a relação da arquitetura local - através dos materiais empregados e das técnicas construtivas – a composição social e a percepção simbólica.

Traremos aqui uma discussão sobre Vila Conceição de Ibitipoca, uma pequena localidade situada na Zona da Mata mineira, inserida em uma paisagem exuberante e que, além de possuir uma significativa importância histórica, possui uma intensa atividade cultural. Seu conjunto de edificações associado ao ambiente natural constitui o bem patrimonial maior, os quais caracterizam o pequeno vilarejo como singular e que, portanto, deve ser resguardado como tal. Pretende-se para isto utilizar inicialmente todo o aporte da conceituação de “Paisagem Cultural” como dispositivo de auxílio ao entendimento da vila, objeto de estudo desta pesquisa, enquanto patrimônio material e imaterial e, portanto, encontrar os apontamentos pertinentes à sua preservação, conservação e revitalização.

A partir de uma conceituação normativa, para a UNESCO paisagens culturais são aquelas cujas características podem ser percebidas por observadores os quais testemunham, ao longo de sua história, o relacionamento entre o homem e o meio ambiente, através de sua cultura local, suas práticas, crenças e tradições. Ilustram a evolução da sociedade e seus assentamentos e são determinadas fisicamente pelo ambiente natural no qual estão inseridas, associado às sucessivas forças sociais, econômicas e culturais. (CASTRIOTA, 2012, p.261). Nesta pesquisa, no entanto, tem-se a intenção de se fazer uma leitura holística da paisagem - indo além da delimitação do conceito acima citado, que se restringe à relação sociedade x natureza - associando-a a outras tradições distintas conceituais, como as questões da visibilidade proporcionada por esta paisagem e as apreensões imagéticas e simbólicas inerentes a ela.

No caso do nosso objeto empírico, podemos enumerar cinco fatores que tornam a leitura de sua paisagem significativa: do ponto de vista histórico, por ter suas primeiras

unidades datadas do final do século XVIII, fazendo parte da rota alternativa do Caminho do Ouro e estar até os dias atuais em plena atividade urbana; do ponto de vista geográfico, por estar localizada em um alto de serra, de difícil acesso e, portanto, com baixo crescimento demográfico e expansão do seu território, proporcionalmente à sua idade; do ponto de vista ambiental, por estar cercada de Unidades de Conservação e belezas naturais de grande expressividade; do ponto de vista cultural, tanto por preservar um “saber-fazer” de técnicas construtivas tradicionais, quanto por constituir atualmente um significativo atrativo turístico, sediando eventos culturais variados; do ponto de vista estético, por conservar uma qualidade visual específica, com clareza de legibilidade e imaginabilidade; do ponto de vista simbólico por apresentar uma linguagem específica passível de decodificação.

Para o urbanista Kevin Lynch, um ambiente com boa legibilidade física é aquele capaz de produzir uma imagem bem definida, se bem organizada em termos visuais, a qual proporciona um significado expressivo, (LYNCH, 1974, p.5), enquanto imaginabilidade sugere que determinadas características de um objeto físico (entendemos aqui o ambiente construído) têm a capacidade de lhe conferir uma probabilidade de evocar uma imagem forte por parte de um ou mais observadores, definindo identidade e estrutura na imagem mental. (LYNCH, 1974, p. 11).

Através do suporte teórico do geógrafo “orientalista” Augustin Berque, influente autor do campo da Geografia Cultural, buscaremos a interpretação da paisagem a partir da relação dinâmica entre indivíduo, coletividade e meio, onde os aspectos socioeconômicos, as transformações da materialidade dos espaços e os valores simbólicos e aspectos imaginários da sociedade a eles associados interagem de forma “intersubjetiva”. (HOLZER, 2004) Para Berque, não é suficiente definir uma paisagem enquanto objeto, mas compreendê-la a partir de dois modos:

[...] por um lado é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política, etc. (paisagem-marca) e, por outro lado, ela é matriz, ou seja, determina em contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética e esta moral, esta política, etc. (CORREA; ROSENDAHL, 2004, p.86)

Associada a proposição da “paisagem-matriz” de Berque, a qual conceitualmente é responsável por conduzir, como sendo uma referência, as determinações de uma dada paisagem, abordaremos o objeto de estudo da Vila Conceição de Ibitipoca, de forma complementar, sob a lente da conceituação de percepção simbólica, na intenção de se captar as relações de sentimento e noção de identidade e pertencimento. Para o geógrafo Denis Cosgrove (1998, p.106), todas as paisagens são simbólicas, sendo que para compreender a cultura local, necessitamos de primeiramente conhecer sua linguagem, manifestadas através de seus múltiplos significados. Para isto, segundo o autor, métodos de leitura detalhada ajudam a reconhecer “a centralidade de um profundo e íntimo conhecimento da área de estudo” (COSGROVE, 1998, p. 109), subsidiando-nos teoricamente na leitura integral da paisagem da vila, proposta nesta pesquisa (Figura 1).



Figura 1: Foto aérea da paisagem cultural da Vila Conceição de Ibitipoca. **Fotografia:** Arthur Henrique Imagens Aéreas.

PROBLEMATIZAÇÃO:

Desta forma, em consonância aos conceitos mencionados, buscando uma aproximação com as realidades vivenciadas na vila através de depoimentos de seus atores e observações diretas de sua paisagem, podemos perceber que existem

determinadas características específicas e simbólicas presentes que determinam certa identidade peculiar. Nota-se uma homogeneidade e um respeito a determinados padrões arquitetônicos que se mantêm por algum motivo.

No entanto, de acordo com pesquisas acadêmicas realizadas sobre a Vila Conceição de Ibitipoca por parte de diversos autores, vislumbramos afirmações relativas aos riscos por que passa a preservação da identidade cultural. O questionamento se dá a partir de uma análise de até que ponto este “risco” é efetivo e como vem ocorrendo a transformação desta identidade, a partir do momento em que passa a existir um “atendimento” aos anseios de novos turistas, importantes personagens na economia e sustento do lugar. Para Santos e Campello (2008), o reconhecimento do potencial turístico da vila confirma a necessidade do planejamento urbano e da implementação de práticas de preservação, que visualizem novas possibilidades e permitam a sustentabilidade da atividade turística, para não esgotar os recursos disponíveis.

Podemos fazer a interpretação desta questão de acordo com a teoria de Berque: “a paisagem é uma *marca*, pois expressa uma civilização, mas é também é uma *matriz* porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação” (CORREA; ROSENDAHL, 2004, p.84), ou seja, a produção da paisagem enquanto ambiente construído influencia e é influenciada pela percepção da identidade cultural. Ao mesmo tempo que tais características construtivas são mantidas e preservadas por seus atores, mantendo uma identidade local, a valorização desta preservação de identidade por parte de todos os atores envolvidos, enquanto atrativa de uma economia voltada ao turismo, serve de baliza para determinação de futuras diretrizes construtivas (Figura 2).

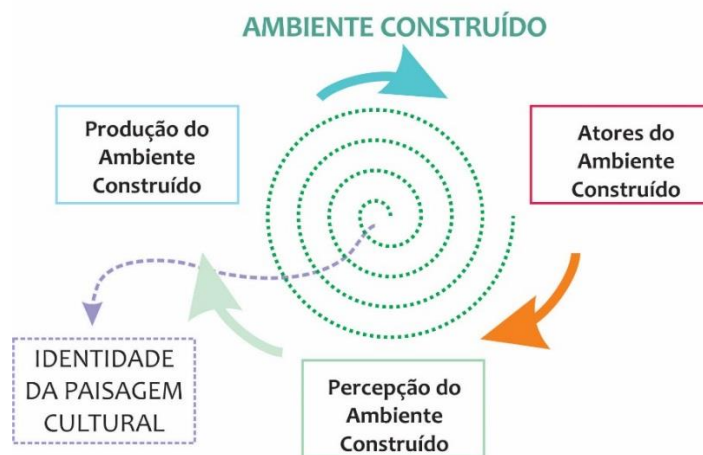


Figura 2: Dinâmica da identidade da paisagem cultural **Desenho:** GONZAGA, F.G.

Neste contexto contemporâneo de sobreposições, sendo nítida a influência da produção do ambiente e de sua percepção na preservação da identidade da paisagem cultural, a presente investigação se direciona ao seguinte problema:

- Quais são os elementos-arquitetônicos encontrados no ambiente construído da Vila Conceição de Ibitipoca determinantes à preservação da identidade de sua Paisagem Cultural?

JUSTIFICATIVA:

Temos assim com esse estudo uma oportuna chance de contribuição acadêmica acerca da definição e lapidação do conceito de Paisagem Cultural, tema recentemente tão discutido nos encontros e pesquisas, assim como suas metodologias de leitura, além de direcionamentos e contribuição efetiva aos parâmetros constituintes das políticas de preservação e desenvolvimento urbano.

A realidade encontrada acerca do recente embargo à construção civil na área central da vila, imposto pela Prefeitura de Lima Duarte, sede do distrito, tem seus reais motivos por conta de irregularidades nas documentações e implantações das edificações, assim como supressão de áreas verdes e deficiências no saneamento básico, mas nada tem a ver às relatadas descaracterizações arquitetônicas que a vila vem sofrendo. Percebe-se assim que os parâmetros determinantes desta imposição precisam ser reavaliados e realinhados, de forma a tornarem-se soluções positivas ao planejamento urbano da vila.

Faz-se necessária, portanto, a compreensão do dinamismo e da complexidade da vida urbana, expressa em valores simbólicos e culturais, para que o desenvolvimento local seja compatível com o modo de vida da comunidade, sendo capaz de se adaptar às diversidades e preservar a identidade de sua paisagem. Neste processo de preservação, é extremamente importante o envolvimento da população local e dos demais atores envolvidos, auxiliando no entendimento do espaço, para permitir o equilíbrio entre seus valores culturais e as alterações ocorridas durante o tempo. Essa participação permite a conscientização da sociedade, despertando seu sentido de cidadania e atraindo, portanto, o próprio turismo para sua sustentação.

Desta forma, para uma efetiva solução da situação-problema encontrada temos aqui a possibilidade de uma experimentação a um desenho metodológico inovador para uma discussão teórica relativamente recente no Brasil: a leitura da paisagem cultural,

segundo Ribeiro (2007). Assim, através de readequações e interseções de metodologias das áreas de geografia, arquitetura e urbanismo, experimentaremos a leitura holística da paisagem, envolvendo suas dimensões materiais, imateriais e a dinâmica que faz a “costura” entre elas, que é a atuação dos agentes produtores do espaço.

OBJETIVOS:

Assim, a partir do complexo desafio do estudo efetivo das paisagens culturais, a presente pesquisa se propõe a discutir estratégias integradas de leituras da paisagem que, ao combinar diversos aspectos de análises e diagnósticos, subsidiará questões relativas à conservação urbana e preservação da paisagem da Vila Conceição de Ibitipoca, tendo como objetivo principal:

- Indicar parâmetros e elementos-constitutivos-chave, para que sejam utilizados como referência no Código de Posturas e na Lei Municipal de Organização da Ocupação e Uso do Solo do Distrito de Conceição de Ibitipoca, subsidiando a preservação da identidade da paisagem cultural.

A intenção, assim, vai mais além, a partir do momento em que se subentende uma proposta de “liberdade” de reprodução do ambiente construído, onde a partir de regras e parâmetros de definição de materiais, técnicas construtivas e tipologias arquitetônicas, a identidade cultural da paisagem se manterá respeitada. Para isto, foram assim definidos os seguintes objetivos específicos:

- 1- Identificar os elementos compositivos presentes nas edificações, determinantes da Paisagem Cultural, através de sua história e identidade, traçando uma linha do tempo de evolução do uso dos materiais e das técnicas construtivas preservadas, apropriadas ou reproduzidas;
- 2 – Analisar historicamente a produção contemporânea do espaço na vila, identificando seus principais atores e produtores do espaço e sua relação com o ambiente construído;
- 3 - Detectar os elementos simbólicos da paisagem que possuem expressivo valor de identidade cultural e são cristalizados no imaginário coletivo;
- 4 - Alinhar os marcos temporais decorrentes da dinâmica social aos elementos arquitetônicos predominantes e aos elementos simbólicos

cristalizados captados, focalizando a evolução do “saber-fazer” ao longo deste processo.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO:

Para que tais objetivos sejam cumpridos, deparamo-nos com alguns questionamentos iniciais, dentre eles: como apreender uma cultura com símbolos, representações, resistências e expectativas? Como adentrar e lidar com seus atores e suas contradições, como percebê-las? E mais além, como apreender as transformações desta paisagem ao longo do tempo, desde a sua gênese até a atualidade e como se processou o seu desenrolar?

Sabemos que a comunidade local do nosso objeto de estudo está muito diferente do que era no passado. No seio destas transformações, nossos desafios enquanto pesquisadores aumentam diante das incertezas em relação às análises e conclusões sobre um objeto a que nos propomos estudar. Tudo se modifica permanentemente e, nos dias de hoje, o discurso sobre a paisagem cultural é multicêntrico: está entre saberes vernaculares e científicos; está no ensino básico e no acadêmico; entre a filosofia e a ciência; entre as ciências naturais e humanas.

Além dos elementos já pontuados, uma questão mais ampla que se coloca é a da necessária compreensão da interpenetração dos universos existentes, ou seja: como associar a leitura das dimensões do tangível às do intangível e ainda como essas duas dimensões se interagem e resultam em um ambiente construído, palco de uma dinâmica específica e de características tão peculiares? Precisamos definir uma estrutura interpretativa e interativa, no intuito de identificar as iniciativas locais: perguntar “às pedras”, a partir do momento que afirmamos que a memória é importante, que os residentes constituem os principais recursos de um território e que boas e verdadeiras ideias saem da base, de dentro, através de agentes empoderados que constroem o patrimônio a cada dia.

Necessitamos, desta forma, de um processo de investigação e de análise que aconteçam concomitantemente, onde os sujeitos atores locais participem ativamente deste processo e, desse modo, a sua contribuição possa levar ao saber e este ao poder, instigando as mudanças na realidade por meio de sua percepção e de uma conscientização da razão de ser hoje o que se é. Desta forma, a presente pesquisa se

apoia inicialmente na metodologia dos “Inventários Participativos” (IPHAN, 2016), ferramenta de educação patrimonial proposta pelo Iphan em 2016, para a coleta de dados e apreensão da paisagem.

Sendo assim, no capítulo 1 desta dissertação trataremos de uma análise prévia do nosso objeto de estudo - através de tais apreensões por parte da pesquisadora e dos depoimentos de agentes sociais locais - associando-o aos conceitos de paisagem cultural e, a partir daí, a detecção da problemática da localidade e os desafios às formas de leitura da paisagem em questão. Em seguida, será exposta a inovação da proposta metodológica desta pesquisa, em suas macro e micro estruturas de análise, baseando-nos, inicialmente, em uma metodologia inovada intitulada **LIP** (Leitura Integral da Paisagem) e posteriormente, de forma efetiva, no método Regressivo-progressivo proposto por Henri Lefèbvre (1991), os quais deverão nos auxiliar na compreensão máxima (leitura integral) da paisagem cultural do nosso objeto de estudo, a Vila Conceição de Ibitipoca.

No capítulo 2 nos dedicaremos a análise das conformações materiais presentes e, a fim de cumprir o primeiro objetivo específico proposto, utilizaremos das diretrizes do Inventário Nacional de Sítios Urbanos Tombados – INBI-SU/ IPHAN (2001), baseando-se em uma metodologia que inclui pesquisa de campo, revisão de literatura e técnicas básicas de levantamento documental de fontes primárias e secundárias, sistematização e interpretação de dados, fotografias, entrevistas e registro de informações. Neste momento, referente ao patrimônio material da paisagem, teremos construído uma linha do tempo das edificações levantadas dentro do nosso recorte espacial.

No capítulo 3, analisaremos a reprodução contemporânea do espaço da vila, com identificação de seus atores e sua relação ou expectativa com a localidade, procurando descrever seus campos de poder, as relações socioeconômicas e a trajetória de suas peculiaridades ao longo do tempo, contemplando o segundo objetivo específico. Neste momento, focaremos nosso olhar ao que é visível nas relações sociais, através das proposições de Roberto Lobato Corrêa, da dissertação de mestrado de Bruno Bedim (2008), depoimento de atores locais, além de bibliografia histórica específica.

Já para o capítulo 4 a intenção é, através das abordagens de percepção, apreensão e simbologia da paisagem de Denis Cosgrove, Yi-Fu Tuan, Maria Elaine

Kahlsdorf e Kevin Lynch, sob a ótica da leitura sensorial referente à dimensão intangível, destacar através das categorias dos atores envolvidos, os elementos cristalizados no imaginário coletivo. Assim, neste terceiro momento da pesquisa onde as relações de provisionamento sociocultural serão analisadas e confrontadas em seus marcos determinantes com elementos simbólicos específicos, elencaremos desde a gênese da ocupação da área que compõe o recorte espacial proposto até a contemporaneidade, quais foram e são na atualidade os atores e suas contribuições relevantes e de importância expressiva na composição da Paisagem Cultural de Ibitipoca. Como patrimônio imaterial, inclusive, aqui serão retratadas as relações de conhecimento e empoderamento das técnicas construtivas ao longo da história e a forma como o “saber-fazer” se comportou neste percurso. Neste capítulo, portanto, estaremos abarcando o terceiro objetivo específico.

Por fim, no capítulo 5 cumpre-se o quarto objetivo específico, a partir do momento que se confronta os dados encontrados em relação aos marcos históricos decorrentes da dinâmica social, aos elementos arquitetônicos predominantes, assim como aos elementos simbólicos cristalizados captados. Neste último e conclusivo capítulo se é explicitada a inter-relação existente entre a *imaginabilidade* presente e a produção efetiva do espaço. Assim, finalmente, através de um panorama definido acerca da paisagem cultural da Vila Conceição de Ibitipoca, com todos os marcos e elementos arquitetônicos constituintes indispensáveis à preservação da identidade, são sugeridos parâmetros básicos e apontamentos complementares na composição do seu Plano Diretor, Lei de Uso e Ocupação do Solo e Código de Posturas, contribuindo para a resiliência das técnicas tradicionais construtivas na contemporaneidade.

CAPÍTULO 1 - A PAISAGEM CULTURAL DA VILA DE CONCEIÇÃO DE IBITIPOCA

1.1. O OBJETO DE ESTUDO:

À 27 Km do município de Lima Duarte, situado na Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, situa-se o seu distrito, a Vila Conceição de Ibitipoca. Distancia-se 90Km de Juiz de Fora, 260Km do Rio de Janeiro e 360Km da capital do estado, Belo Horizonte (Figura 3).

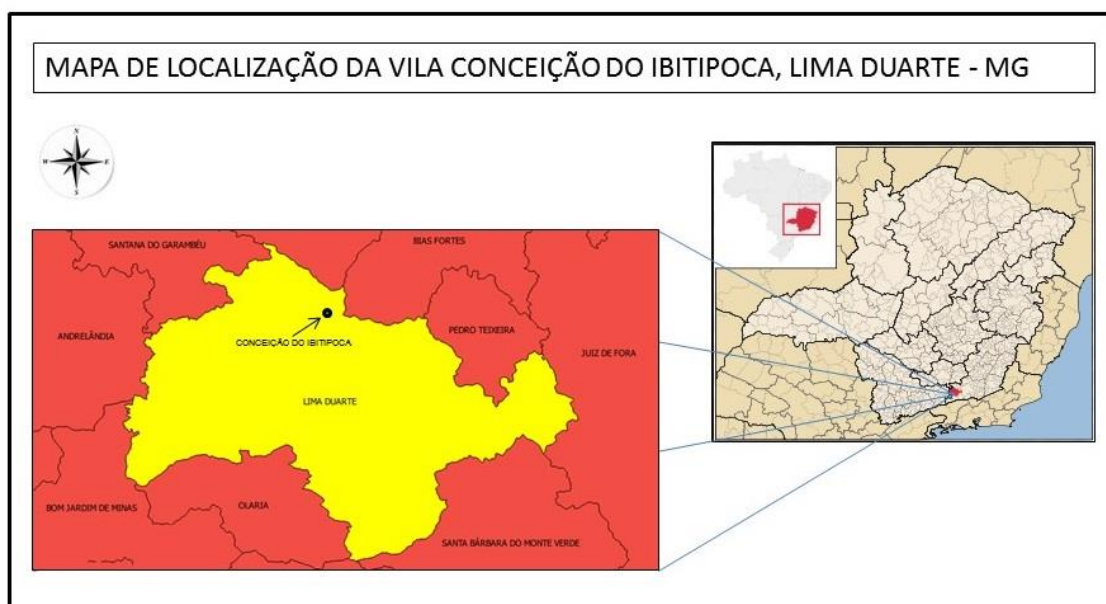


Figura 3: Localização da área de estudo: o distrito de Conceição de Ibitipoca em relação ao Município de Lima Duarte – MG. Fonte: **A autora (2017)**.

À 3 Km da vila temos a portaria do Parque Estadual do Ibitipoca, reserva repleta de belas cachoeiras, grutas, picos com visuais de montanhas, flora exuberante, animais silvestres e trilhas ecológicas (Figura 4). Características igualmente peculiares da paisagem natural emolduram toda a área do entorno da vila, a qual se constitui hoje um polo de grande atração ecoturística.

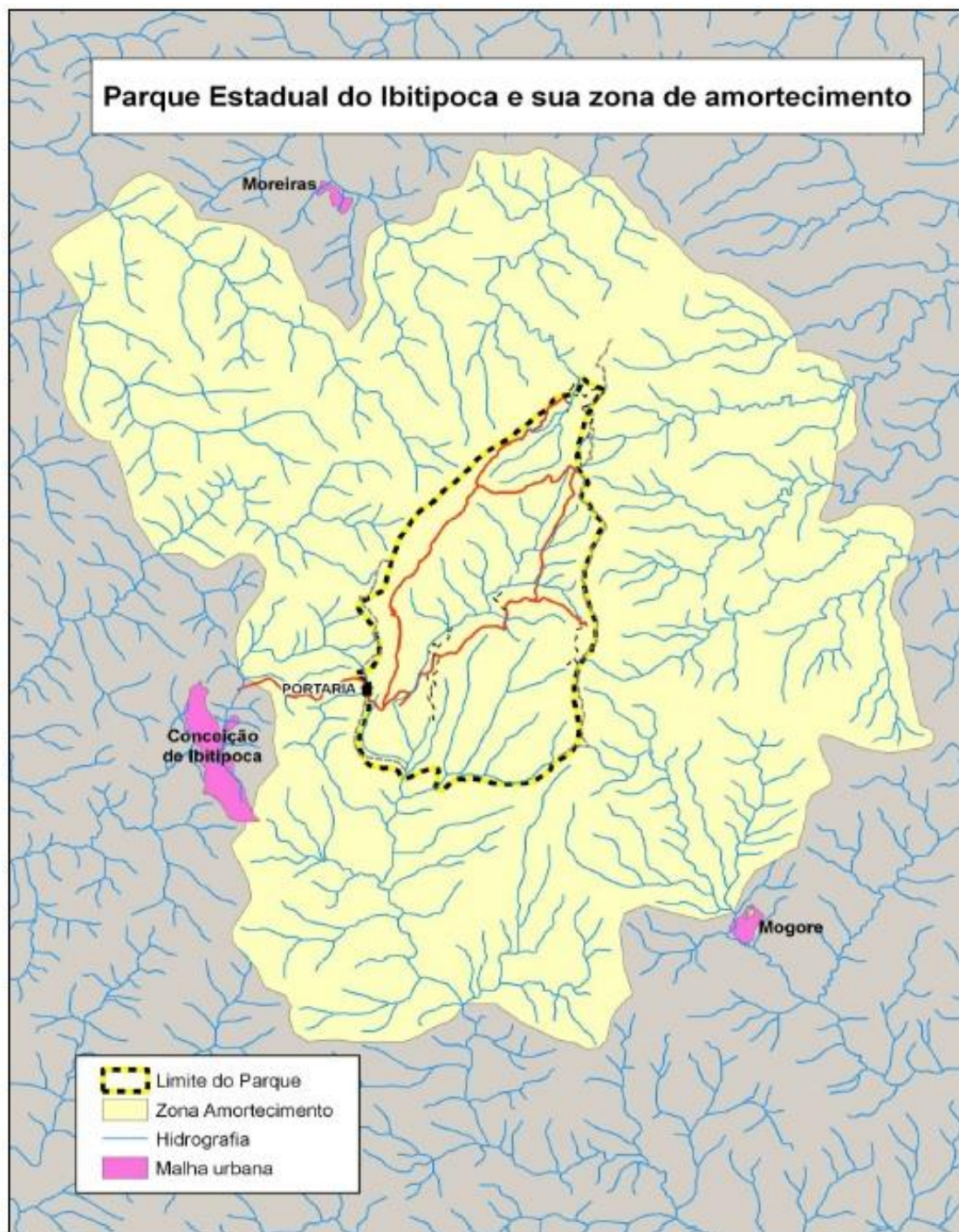


Figura 4: Parque Estadual de Ibitipoca e sua zona de amortecimento em relação ao perímetro urbano do distrito de Conceição de Ibitipoca. Fonte: **Plano de Manejo do Parque Estadual de Ibitipoca, 2007.**

A histórica Vila Conceição de Ibitipoca se constitui em um conjunto de casarios com características similares dentre seus gabaritos, volumetrias, partidos arquitetônicos e materiais, distribuído por pouco menos de 20 ruas calçadas de pedra, desenhadas sinuosamente em uma vertente de uma colina de um alto de serra. De um ponto de vista

superior, o que se pode ver são os mais de 300 telhados no estilo colonial entremeados por uma expressiva vegetação arbustiva, associada a jardins floridos e quintais ora gramados, ora com hortas e galinheiros, ora com decks e espaços gourmet. De um ponto de vista de suas ruas, a harmonia de uma paleta de cores padronizada, pontuada por algumas fachadas de cores vivas, facilita o entendimento do conjunto em cada visada de curva ou esquina, proporcionando *legitimidade* e *imaginabilidade* às inúmeras perspectivas da paisagem (Figuras 5 e 6).



Figura 5: Foto aérea da área central da Vila Conceição de Ibitipoca do ano de 2016.

Fotografia: Arthur Henrique Imagens Aéreas.



Figura 6: Vista da paisagem cultural da Vila Conceição de Ibitipoca: **Fotografia:** Acervo pessoal.

O geógrafo brasileiro Aziz Nasser Ab'Sáber, conceituou a paisagem como

uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades, que neste caso se inserem as comunidades tradicionais (AB' SÁBER, 2003).

Assim, aos olhos de um observador e pesquisador, há de se afirmar que existe nesta paisagem uma unidade comum, presente em todo o arraial, fruto de um processo histórico e cultural da comunidade atuante: a presença marcante da pedra nas ruas, calçadas, fundações de casas e muros de contenção; a madeira estruturando alvenarias e telhados, além das portas e janelas; telhas cerâmicas compondo coberturas de duas ou quatro águas; o tijolo maciço à vista nas vedações; cores vibrantes nas fachadas. O estilo arquitetônico colonial/ neocolonial mineiro marca com forte e tradicional expressão todo o conjunto edificado, em suas diferentes datações, compondo o cenário peculiar, palco do turismo local.

Ao nos atentarmos mais profundamente aos pormenores de cada edificação, analisando aos pares, podemos verificar que existem contrastes relevantes em termos estruturais, técnicas construtivas, materiais específicos e partidos arquitetônicos intercalando-se quase que a cada lote, contrastes estes que estão relacionados aos proprietários, aos construtores, às datações e aos usos específicos, ao longo da história (Figura 7). Ao mesmo tempo que vislumbramos pelas ruas da vila casas antigas autênticas em seu estado, preservadas sob os cuidados mínimos de manutenção, adjacente a ela temos falsos históricos, réplicas e/ou releituras, que podem pecar pela autenticidade e, no entanto, respeitam uma postura local que tem sua razão de ser.



Figura 7: Exemplo de edificações construídas em décadas distintas (2000 e 1980) com elementos comuns. **Fotografia:** Acervo pessoal.

Temos que a paisagem do arraial permite uma identidade cultural de fácil assimilação em um primeiro momento, onde diversos atores se interagem, compondo a dinâmica de um polo turístico rural. Durante a semana os habitantes locais se organizam para atender a demanda dos turistas que irão subir a serra nos finais de semana e feriados. O fluxo demanda ainda que estes mesmos locais se desloquem durante a semana para os grandes centros para aquisição de mercadorias que abastecerão os bares, restaurantes, pousadas e o comércio local. O zelo pela manutenção do espaço físico é perceptível, dentre a limpeza urbana, capina, identidades visuais, jardins, pinturas e manutenção de fachadas e telhados, sempre na intenção de manter vivo o cenário bucólico e cultural, elementos-chave do atrativo turístico.

Nos finais de semana a dinâmica se modifica, onde os visitantes tomam as ruas com seus veículos, todo o comércio abre suas portas, sons, aromas e cores tomam conta de cada canto. Eventos culturais, gastronômicos, esportivos e ecológicos são constantes, na intenção de abarcarem um público fiel e proporcionar-lhes algo mais que a visita ao parque, principal e pioneiro atrativo à vila. Cachorros, cavalos e galinhas soltas passeiam por entre os turistas que vieram das grandes cidades valorizando tudo o que há de camponês e “colonial mineiro”. Uma atmosfera característica proporcionada pela exuberância da paisagem natural, interagindo à paisagem cultural, trazem a marca do arraial.

De acordo com o geógrafo Rafael Winter Ribeiro (2007, p.15), apesar de sua afirmação de que “o conceito de paisagem tem demonstrado ser um dos mais difíceis de estabelecer no âmbito científico”, para o autor este tem sido “amplamente utilizado pelo senso comum” e, no caso desta pesquisa, se apresenta como a chave fundamental de análise do nosso objeto de estudo, em todas as suas particularidades.

Assim, podemos primeiramente recorrer à morfologia da paisagem, através das conceituações de Carl Sauer, considerado o fundador da Geografia Cultural norte-americana, em 1925. Para esse autor, “a cultura é o agente, a área natural o meio e a paisagem cultural é o resultado”. (SAUER apud RIBEIRO, 2007, p. 19) Através do método de análise proposto por ele, “a paisagem geográfica é uma generalização derivada de cenas individuais”, onde deve-se proceder por comparação quando o objetivo for descrevê-la. Através desse método há uma unidade orgânica, há reconhecimento de similaridade de formas em diferentes estruturas reconhecidas pela equivalência funcional e essas unidades estruturais devem ser organizadas em série, especialmente aquelas que tenham valorizado seu desenvolvimento ao longo do tempo. (SAUER, 1996 apud RIBEIRO, 2007, p. 21)

Sob esta ótica, simplificando de antemão o entendimento do nosso objeto de estudo, conseguimos distinguir uma setorização no complexo tido como “área urbana”, crescida de forma espontânea. No ponto central à vila, tem-se dois grandes largos descampados, em forma de praças, onde se localizam em um o Conjunto Arquitetônico da Igreja Matriz de Nossa Senhora de Ibitipoca (Figura 8) e no outro a antiga igreja dos escravos, a Capela de Nossa Senhora do Rosário de Ibitipoca (Figura 9), ambos tombados a nível municipal pela Prefeitura de Lima Duarte/ MG. Ao redor destas praças, casarios antigos, uniformemente alinhados pelas ruas principais, possuem hoje usos diversificados como pousadas, restaurante, mercado, açougue e residências, nitidamente se destacando como o centro histórico do arraial (Figura 8).



Figura 8: A. Matriz de Nossa Senhora Conceição de Ibitipoca, ano de construção: 1768; B. Igreja do Rosário, ano de reconstrução: 1918. **Fotografias:** Acervo pessoal.

No percurso que é feito da entrada da vila até este núcleo histórico, temos uma área de comércio e lazer bem expressiva, onde concentram-se uma série de pousadas, restaurantes, bares, mercados, padaria, lojas de artesanatos e afins. Esta porção da vila concentra uma maior movimentação de carros e pedestres, tanto durante o dia e mais intensamente à noite, durante os finais de semana e feriados. Na porção mais baixa da colina, uma concentração predominantemente de residências de habitantes locais, em sua maioria nativos, possuem suas moradas com acabamentos mais simplórios, entremeadas por construções anexas de chalés e suítes avulsas para aluguel a turistas.

Já na porção superior da colina, acima do centro histórico, nitidamente percebe-se a distribuição predominante de construções mais elaboradas de casas de veraneio, chalés para aluguel e residências de habitantes que vieram “de fora”. Para além deste perímetro urbano do distrito, onde a paisagem natural possui qualidades excepcionais, observa-se um crescimento exponencial de loteamentos residenciais, além de hotéis, pousadas e chalés, os quais mantêm, quase que sem exceções, as mesmas características peculiares tratadas na área urbana.

Posteriormente à Geografia Cultural, baseados no historicismo, na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na ideia de pertencimento e no simbolismo, temos no final da década de 1960 o surgimento da Geografia Humanista, na qual “a paisagem é introjetada no sistema de valores humanos, definindo relacionamentos complexos entre as atitudes e a percepção sobre o meio”. (RIBEIRO,2017 p.24). Nesse aspecto, leva-se em consideração a estética da paisagem, na qual as formas refletem um conjunto de

atitudes humanas. Aqui se enquadram os conceitos do geógrafo Yu-Fu Tuan (1980) que defendia que as paisagens são dotadas de um significado simbólico da relação sociedade-natureza. A abordagem humanística adotada pelo autor procura dar um enfoque fenomenológico aos valores, crenças, visão de mundo, ou seja, a visão dos pequenos grupos e seus valores. Esse foco na subjetividade chega ao seu ápice ao valorizar a paisagem a partir de um sujeito individual, valorizando também a expressão artística e as tradições.

Sob esta ótica, percebemos que nosso estudo necessita ir mais além, ao buscar compreender quais são, portanto, os valores efetivamente atribuídos pela comunidade local, em seus diversos atores, que necessitam ser preservados, mantidos e/ou questionados e como se dá o seu transcorrer ao longo do tempo, na busca de uma leitura holística de sua paisagem. Sob este plano de análise, é possível afirmar que a “identidade da paisagem cultural” pode ser dada não somente pela forma (patrimônio material) e sua dinâmica (patrimônio imaterial), mas também pela maneira como as populações a apreendem, ou seja, pela ideia de pertencimento, conforme estabelece a Convenção Europeia de Paisagem (2000). Nesta vertente de discussão, entende-se que a paisagem não é somente o visível, mas incorpora valores humanos e pode ser interpretada a partir de seu conteúdo simbólico ou da relação íntima e afetiva que os grupos sociais estabelecem com os lugares onde a vida humana se reproduz (RIBEIRO, 2007, p.24). Neste plano, o que dá identificação a uma determinada paisagem pode não corresponder somente à unidade orgânica das formas, mas também o significado de fazer parte daquele lugar.

De acordo com esta perspectiva, temos que na Vila Conceição de Ibitipoca, além do forte atrativo ecoturístico da região, surge um conseqüente desenvolvimento paralelo de um turismo cultural, motivado por tais características peculiares da composição de sua paisagem, através de um ambiente bucólico rico em características simbólicas tradicionais e um calendário cultural de eventos específicos, como festivais musicais, circuitos gastronômicos e eventos esportivos em geral. Assim, constata-se a partir daí um crescimento representativo da população fixa local, que de 1000 habitantes em 2010 passou para mais de 3.600 habitantes atualmente, sendo que nos finais de semana e feriados a visitação amplia em mais de 100% com o número de turistas. (IBGE, 2016).

A diversidade de atores, desta forma, perpassa de habitantes locais “nativos”, os quais possuem vínculos afetivos ancestrais à localidade; a habitantes locais chamados de “forasteiros” ou os que vieram de fora e decidiram habitar à vila, por terem se identificado profundamente com a localidade; aos turistas intermitentes, que possuem uma fidelidade à visitação constante; aos turistas esporádicos, os quais são atraídos pelos padrões ambientais e culturais divulgados na mídia; além dos empreendedores imobiliários, que vêem na vila e redondezas a preciosidade do investimento - cada qual com sua intenção e/ ou ideia de pertencimento à paisagem em questão.

1.2. O PROBLEMA DE PESQUISA:

Sabemos, no entanto, que com o constante aumento da incidência do turismo e a consequente especulação desenfreada, o distrito tem sofrido com a falta de uma infraestrutura e de um planejamento urbano adequados, havendo medidas acerca de preservação apenas no âmbito ambiental relativa ao Parque Estadual e deixando-se desprotegida a questão urbana e periurbana. Mesmo com a ordem recente de embargo à construção civil na área central do distrito imposta pela Prefeitura de Lima Duarte a respeito de novas construções em uma determinada área da vila, alguns aspectos impactantes podem ser observados na situação atual da região, destacando-se a expansão dos loteamentos e a monopolização territorial.

A realidade encontrada acerca do embargo é consequência de uma Ação Civil Pública do ano de 2014, a qual versa sobre o conhecido loteamento “Sede do Distrito de Conceição de Ibitipoca”, correspondente à área central da vila a qual foi doação da Mitra Arquidiocesana de Juiz de Fora à Prefeitura de Lima Duarte e a habitantes nativos, sendo essa a área referente ao nosso recorte espacial da pesquisa. De acordo com o inquérito civil instaurado em 2001, motivo da ação, ocorreu ocupação indevida de área pública e supressão de espécies nativas em áreas verdes no referido loteamento. A área em questão situa-se a dois quilômetros em linha reta do Parque Estadual de Ibitipoca (tido como Unidade de Conservação pela Lei Estadual nº6.126/73) e toda a extensão do loteamento é considerada área de especial interesse ambiental, por ser considerada zona de amortecimento. A referida ação responsabiliza a municipalidade de Lima Duarte por omissão quanto a fiscalização de irregularidades referentes ao parcelamento, uso e ocupação do solo, descaracterização arquitetônica local, assim

como danos ambientais na área verde tombada pela prefeitura através do Decreto nº05/99 situada na área urbana da sede. (AÇÃO CIVIL PÚBLICA, 2014).

No caso desta pesquisa, no entanto, nos atentaremos a trabalhar as questões referentes aos padrões de construção como caracterização da paisagem, apesar de considerarmos toda a importância relativa ao uso e ocupação do solo, bem como a inserção e preservação ambiental na definição da identidade local.

Em recente pesquisa acadêmica acerca do nosso objeto empírico, Creston (2012) já havia detectado a existência de uma preocupação com o estabelecimento de padrões mais adequados de construção no Plano Diretor de Organização Territorial e Desenvolvimento do Turismo de Conceição de Ibitipoca, editado pela Fundação João Pinheiro (2000) e reconhecido e sancionado pela Lei Municipal nº 1155/2001, para que a paisagem e as condições ambientais não sejam progressivamente desfiguradas.

Com base neste trabalho, foi ainda editada a Lei de Uso e Ocupação do Solo de Conceição de Ibitipoca, a qual prevê algumas normas para um planejamento urbano que mantenha as tipologias do crescimento espontâneo original de Ibitipoca. Porém, a situação observada não condiz com a legislação, seja por falhas na mesma, seja por falta de instrução ou mesmo fiscalização das obras, agravando o estado de conservação do conjunto da paisagem apresentado na pesquisa. (CRESTON, 2012).

Contudo, é importante frisar que, tanto o Plano Diretor como Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo, em seu Capítulo VII referente às edificações, são fixadas nas normas as exigências mínimas em relação a segurança, conforto e salubridade, além de aprovação de projeto arquitetônico e licenciamento da obra junto a Prefeitura de Lima Duarte. No entanto, a única afirmativa que prevê a restrição em relação aos padrões construtivos é o 2º parágrafo, do item V do Artigo 62, o qual diz o seguinte: “Os projetos deverão respeitar as características do padrão colonial que predomina na localidade, mantendo a escala entre os volumes das edificações, a similaridade de coberturas e o ritmo de abertura de vãos”. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2000).

Assim, podemos perceber que a importância dada por parte da legislação urbana relativa aos padrões construtivos é simplória e pouco específica. Além disso, Creston (2012) ressalta que o processo de demolições e novas construções que se observa em

Ibitipoca ocorre de forma intensa, principalmente nas últimas duas décadas, quando a paisagem física e as relações sociais e de trabalho sofrem bruscas modificações, adaptando-se à nova realidade. Com a inserção da atividade turística na vila, alguns traços da cultura local em relação aos padrões construtivos vêm desaparecendo, segundo a autora, na medida em que são absorvidos por novos valores. Dessa forma, coloca-se à prova a identidade cultural, que contribui para o processo de descaracterização.

De acordo com pesquisa realizada por Santos e Campelo (2008), com tais mudanças ocorridas nas últimas décadas no Distrito de Conceição de Ibitipoca, a população local vem perdendo seus vínculos com a cultura tradicional, ao mesmo tempo em que não se identifica com os valores externos, diminuindo o sentido de pertencimento com o lugar. Assim, a localidade corre o risco de se enfraquecer como símbolo cultural e instrumento material da vida coletiva. Segundo um de seus moradores, “a vila passa por um processo de aculturação, gerado pelo turismo de massa, implantado de forma muito rápida. As pessoas estão perdendo os valores tradicionais, têm baixa auto-estima, não estão organizados, sentem-se desmotivados e incapazes de aprender coisas novas” (CASTRO apud SANTOS; CAMPELO, 2008). Para os autores, assim, o reconhecimento do potencial turístico da vila confirma a necessidade do planejamento urbano e da implementação de práticas de preservação, que visualizem novas possibilidades de planejamento urbano e permitam a sustentabilidade da atividade turística, para não esgotar os recursos disponíveis.

Salientando que a problemática urbana observada na Vila Conceição de Ibitipoca se caracteriza no sentido de uma transformação e/ou readequação na atividade da construção civil, buscamos um auxílio nas definições de Argan (1995): “arquitetura é tudo o que concerne à construção, e é com as técnicas da construção que se intui e se organiza em seu ser e em seu devir a entidade social e política que é a cidade.” (ARGAN, 1995, p.243). Assim, para este autor, a arquitetura tem uma função disciplinar complexa dentro de um sistema cultural urbano, lhe proporcionando não só corpo e estrutura, mas ainda um simbolismo implícito, onde representa, através de todas as edificações e sem exclusão de nenhuma, também suas contradições, malformações e até vergonhas de uma determinada comunidade.

Desta forma, ao mesmo tempo em que a arquitetura forma um só todo com a paisagem cultural, ela é responsável pela formação histórica e pelo caráter orgânico do sistema urbano, através de um acúmulo de tradições ao longo de sua configuração.

“Desde a antiguidade mais remota, a cidade configurou-se como um sistema de informação e de comunicação, com uma função cultural e educativa.” (ARGAN, 1995, p.244). No caso do nosso objeto de estudo, podemos identificar o emprego de materiais naturais - como a terra, a madeira e a pedra - por parte da comunidade local para edificar seus abrigos, em diferentes épocas. Variadas técnicas construtivas - como a taipa de mão e os alicerces de pedra seca - foram exploradas e grande parte delas permanece materializada até os dias atuais, inclusive valorizadas como patrimônio cultural do Município de Lima Duarte/ MG.

Assim, o foco deste trabalho consiste no entendimento dos processos construtivos e a evolução de suas aplicabilidades em função dos fatos históricos decorrentes e das dinâmicas socioeconômicas da localidade, objeto do nosso estudo. Espera-se que este paralelo, entre a evolução do tratamento dos elementos fixos, materiais, em relação ao conhecimento imaterial e toda a sua empregabilidade através dos distintos atores ao longo de um fragmento histórico, dentro de um recorte espacial determinado, nos permita uma leitura específica da paisagem, auxiliando apontamentos para prospecções futuras. Neste trabalho, por consequência, propõem-se um estreitamento dos estudos da arquitetura, da paisagem e da geografia. E uma valorização não só de edificações históricas e/ou esteticamente interessantes, mas de edificações reais, considerando que todas elas, até as mais “vulgares”, são testemunho materializado da já mencionada relação dialética entre a comunidade e o seu espaço vivido.

Apesar de se fazer notório nos estudos acadêmicos, simpósios e fóruns, uma tendência ao discurso de valorização de paisagens de passado remoto, com edificações históricas significativas e todo o aporte de proteção e salvaguarda destes espaços, têm-se espalhados por este país centenas de lugarejos antigos e de características culturalmente peculiares que, devido ao descaso e abandono administrativo, sofrem inúmeras e agressivas descaracterizações, como no caso do nosso objeto de estudo.

Sabe-se que com o passar do tempo e a chegada de inovações tecnológicas, grande parte do conhecimento tradicional típico destas localidades cai no esquecimento. As centenárias técnicas de construção vão sendo substituídas através de constantes demolições, comumente vistas nas áreas urbanas, periurbanas e rurais, para aproveitamento especulativo das terras e de elementos construtivos. Diante da atual dinâmica capitalista globalizada da construção civil, os materiais artificiais

industrializados surgem como recursos facilitadores dos processos construtivos e, sem levar em conta o seu alto grau de impacto ambiental (ou impacto à relação homem-natureza), sobrepõe-se às técnicas tradicionais, desconstruindo séculos de aclimação arquitetônica e deixando um rastro de aculturação.

Contudo, ao passo que assistimos na atualidade, por um lado, a uma crescente força avassaladora da globalização baseada em modelos econômicos e políticos neoliberais se estendendo por todo o planeta e fortalecendo o constante crescimento da artificialização e banalização dos ambientes de convívio, moradia e trabalho, baseando-se no lucro e promovendo a efemeridade das paisagens, essa mesma força tem sido capaz de promover, por outro lado, o reaparecimento e a evidência de um quase contra-movimento, trazendo à vista o reaparecimento de culturas locais e a revalorização de formas tradicionais de se viver e produzir.

A esta força viva em expansão associa-se ao fato de que nunca se falou tanto em preservação do patrimônio e da memória, colocando-se as discussões acerca de cultura, planejamento urbano e do próprio meio ambiente como papel central na reflexão sobre o futuro das cidades. Entendendo que o patrimônio cultural constitui no século XXI um campo em rápida expansão e mudança, o qual antes baseado na ideia consolidada do “monumento histórico e artístico”, que se referia aos grandes monumentos do passado, e passou em nossa era para uma concepção do patrimônio entendido como o “conjunto dos bens culturais, referente às diversas identidades coletivas” (CASTIOTA, 2009. p. 11), pretende-se neste trabalho analisar algumas características do nosso objeto de estudo relacionando-as às implicações contidas na categoria de paisagem cultural enquanto bem patrimonial.

A partir desta ótica podemos afirmar que a grande problemática que esta pesquisa objetiva solucionar é a de quais são os elementos-tipo arquitetônicos ou construtivos cristalizados e apreendidos no ambiente de Conceição de Ibitipoca que a proporcionam a *legibilidade* e a *imaginabilidade* necessárias ao reconhecimento do seu valor enquanto *patrimônio*, e, portanto, dignos de preservação em sua *paisagem cultural*.

1.3. A PAISAGEM CULTURAL

O geógrafo Rafael Winter Ribeiro, em seu livro “*Paisagem Cultural e Patrimônio*”, discorre sobre uma análise de algumas considerações da forma como a paisagem

cultural pode ser utilizada como ferramenta na identificação e preservação do patrimônio cultural. (RIBEIRO, 2007, p.9). Para este autor, a qualificação atual do conceito de “*paisagem cultural*”, termo relativamente recente, confunde-se com o próprio conceito da paisagem, dentre os “cíclicos movimentos de aceitação e refutação desse conceito e suas múltiplas abordagens”. (RIBEIRO, 2007, p.14).

De acordo com Castriota (2009), a paisagem cultural se fundamenta nas interações entre o homem e a natureza, na medida em que considera formas tradicionais de vida e de relação com o meio ambiente. Além disto, afirma que a paisagem reúne formas criadas em momentos históricos diferentes, que coexistem no momento atual, onde os aspectos materiais e imateriais do patrimônio estão entrelaçados na concepção das paisagens culturais que congregam a vitalidade da cultura nas formas de produção da vida. Para Ribeiro (2007), a paisagem cultural pode ser vista sob muitas interpretações, porém em todas elas como sendo a consequência da ação do homem sobre o espaço em que vive. Seja através de uma leitura como documentação das transformações ao longo do tempo destas ações sobre o meio natural; seja como leitura do testemunho de uma comunidade em seu espaço; seja como “a base material para a produção de diferentes simbologias”; “ou ainda como panorama e cenário”. (RIBEIRO, 2007, p.9 e 14).

Seguindo a afirmativa de Castriota (2009) da percepção atual do deslocamento do campo de patrimônio a um diálogo com outros campos, temos na geografia “a disciplina que, desde o final do século XIX, mais se dedicou à ideia de paisagem cultural como fruto do agenciamento do homem, em diferentes escalas”. (RIBEIRO, 2007, p.10) Assim, no âmbito do patrimônio, temos hoje uma longa discussão sobre a “*paisagem cultural*”, que tem comparecido com frequência crescente nas discussões acadêmicas, sobretudo na ciência geográfica, a partir dos trabalhos da Unesco e da Convenção Europeia da Paisagem (RIBEIRO, 2007).

Assim, do ponto de vista normativo a nível internacional, em 1999 a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) definiu *paisagem cultural* da seguinte maneira:

Paisagens culturais representam o trabalho combinado da natureza e do homem [...] são ilustrativas da evolução da sociedade e dos assentamentos humanos ao longo do tempo, sob a influência das determinantes físicas e/ou oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e

culturais, tanto internas, quanto externas. Elas deveriam ser selecionadas com base tanto em seu extraordinário valor universal e sua representatividade em termos de região geocultural claramente definida, quanto por sua capacidade de ilustrar os elementos culturais essenciais e distintos daquelas regiões. (Convenção do Patrimônio Mundial, 1999 apud CASTRIOTA, 2009, p. 261).

Com um conceito mais abrangente e ainda muitas vezes complementando a definição da UNESCO, segundo RIBEIRO (2007, p.50), a Convenção Européia da Paisagem, assim conceitua primeiramente:

Paisagem é considerada em um triplo significado cultural, porquanto, é definida e caracterizada da maneira pela qual determinado território é percebido por um indivíduo ou por uma comunidade; dá testemunho ao passado e ao presente do relacionamento existente entre os indivíduos e seu meio ambiente; ajuda a especificar culturas e locais, sensibilidades, práticas, crenças e tradições. (IPHAN, Cartas Patrimoniais. Recomendação da Europa, 1995).

No entanto, a Recomendação da Europa diferencia *paisagem* das áreas de *paisagem cultural*, as quais define como sendo

[...] partes específicas, topograficamente delimitadas da paisagem, formadas por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço e quanto de valores reconhecidos tem adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças a presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra no passado, experiências ou tradições particulares, ou representação em obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos. (IPHAN, Cartas Patrimoniais. Recomendação da Europa, 1995).

No Brasil, em 2009 o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) considerou como paisagem cultural brasileira “[...] a porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas, ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009) e, a partir da regulamentação estabelecida pela recente Portaria no 127, de 30/04/2009, estabelece a chancela da “paisagem cultural brasileira”.

A partir de uma reflexão de toda a conceituação de regulamentação encontrada até aqui, o que podemos ver é que as concepções de paisagem cultural permanecem flutuantes em qualquer das experiências analisadas. Mesmo no contexto da UNESCO que tem tentado conferir uma única visão sobre o termo, ele ainda permanece sem precisão. O conceito de paisagem e sua aplicação enquanto atribuição de valor de patrimônio, portanto, enredam diferentes problemas ainda difíceis de serem solucionados, apresentando até os dias atuais um campo rico na área de identificação e preservação, pelo fato de até então ter se revelado com pouca clareza em suas definições e aplicações. (RIBEIRO, 2007, p.10)

Sendo assim, a aplicação da conceituação de paisagem cultural será o aporte teórico desta pesquisa, porém aqui na intenção de se somar aos inúmeros estudos direcionados à definição do termo, bem como aos métodos de leitura da paisagem, trabalhando-a “como um conceito vivo e em construção” (RIBEIRO, 2007, p.32).

Segundo critérios da UNESCO, a delimitação da paisagem cultural, a qual será atribuída valor enquanto patrimônio, deve levar em conta o fato de que a extensão e o limite devem garantir a sua funcionalidade e inteligibilidade (RIBEIRO, 2007, p.46). De acordo com as definições da Recomendação da Europa ainda, podemos perceber que a paisagem cultural deve ser reconhecida como um recorte de uma paisagem, recorte este que possua características consideradas especiais, no sentido de um bem cultural. (RIBEIRO, 2007, P.52). Nesse aspecto, a delimitação da paisagem não precisa necessariamente abarcar a totalidade, podendo constituir-se a partir de uma parte do todo, que seja ilustrativa e representativa das qualidades do conjunto.

Desta forma, para realização da pesquisa definiu-se um recorte espacial do local a ser trabalhado, que engloba a área central da vila, com as quinze ruas de maior densidade habitacional. Esta área contém trinta (30) hectares e dezesseis (16) ares e corresponde à porção de terra doada à Prefeitura de Lima Duarte pela Mitra Arquidiocesana de Juiz de Fora em 1999, após a aprovação do loteamento da Sede da Vila de Conceição de Ibitipoca (MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS, 2014). Neste recorte estão inclusos, além do Conjunto Arquitetônico da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca e a Capela de Nossa Senhora do Rosário de Ibitipoca, ambos bens culturais tombados a nível municipal em 2002, um casario de caráter histórico, os principais estabelecimentos comerciais da vila, a Escola Municipal Padre Carlos e um número expressivo de pousadas, bares e restaurantes (Figura 9).



Figura 9: Mapa da área central da Vila Conceição de Ibitipoca. **Fonte:** Modificado do Google Earth (2017).

1.4. AS LEITURAS DA PAISAGEM

Mas as paisagens nunca têm um único significado; sempre há a possibilidade de diferentes leituras. Nem a produção, nem a leitura de paisagens são inocentes. Ambas são políticas no sentido mais amplo do termo, uma vez que estão inextricavelmente ligadas aos interesses materiais das várias classes e posições de poder dentro da sociedade. (James DUNCAN, *The City as Text*, 1990 Apud RIBEIRO, 2007, p.23)

É possível hoje se observar em diversos países uma intensa preocupação com formas de abordagem e métodos de leitura da paisagem, levando em consideração seus aspectos histórico-culturais, assim como sua interação com os aspectos naturais, seus problemas ecológicos e ambientais. De acordo com Ribeiro (2007, p.111) “a grande vantagem da categoria de paisagem cultural reside mesmo no seu caráter relacional e integrador de diferentes aspectos que as instituições de preservação do patrimônio no Brasil e no mundo trabalharam historicamente de maneiras apartadas”.

Assim, a partir do momento que a categoria de “Paisagem Cultural” hoje nos mostra uma grande riqueza e variedade de possibilidades de abordagem e/ou leituras, Ribeiro (2007, p.111) alerta para uma questão que merece atenção: devemos sempre ter o cuidado de analisar uma paisagem como um todo, de forma sistêmica e integrada, ressaltando as interações que nelas existam, “evitando cair no erro de percebê-la como o entorno ou ambiência para um sítio, ou para determinados elementos que tenham seu valor mais exaltado”.

Uma vez que a abordagem das paisagens deve ser realizada em conjunto, é na integração entre material e imaterial ou ainda cultural e natural, onde está o valor da paisagem enquanto patrimônio. Scazzosi apud Ribeiro (2007) “assinala ainda alguns pontos que deveriam ser mais profundamente analisados e experimentados no caso europeu”:

1. O crescente interesse por paisagens como um arquivo da história natural e humana e de lugares vivos, consideradas como uma garantia para a conservação das identidades das pessoas, impõe a consciência de que devemos ultrapassar os métodos de leitura visual – ainda prevalecente – e integrá-las com estudos históricos. (...)

2. As paisagens herdadas não são uma mera soma de objetos, (...), mas um sistema de relações visuais, espaciais, simbólicas e também funcionais e ambientais, além de outras, que mantêm juntos os pontos, linhas e áreas que precisam ser entendidas e gerenciadas como uma unidade. **Hoje são poucos os estudos que promovem esse tipo de leitura.** Esse método supõe uma **profunda análise do tema da unidade da paisagem**, superando a concepção que define a paisagem como um quebra-cabeça de áreas homogêneas: essas unidades podem aparecer algumas vezes como áreas, outras como redes entre elementos não contínuos (como, por exemplo, sistemas de objetos religiosos maiores e menores), ou mesmo um elemento linear (ruas históricas, por exemplo).

3. Existem estudos, ainda que raros e não sistemáticos, sobre os significados simbólicos que os sítios podem ter para a cultura das populações, como lugares da memória, mesmo se lhes faltam as marcas da ação humana. Similarmente, **existem poucas metodologias para o entendimento**, em cada sítio, das “lentes culturais” que foram historicamente desenvolvidas, mesmo que inconscientemente, **para a leitura da paisagem e seus valores.**

4. As paisagens herdadas são complexos objetos feitos pelo homem, em particular as rurais, resultantes de um trabalho difuso e contínuo de construção e manutenção, levado a cabo pelas coletividades. **Existe uma crescente demanda para trabalhos de survey difusos e sistemáticos, sobre desenho, materiais, técnicas de construção etc.**, de acordo com elementos, como terraços e canalizações que comumente estruturam paisagens inteiras. (Grifo nosso) (RIBEIRO, 2007, p.56)

A perspectiva europeia trata a paisagem como um documento em constante transformação, onde o território inteiro deve ser considerado como um grande arquivo de história do homem, assim como da natureza. A partir do momento que “a paisagem tem seu valor principal dado como representação da materialização da memória”, deve-se preservar o *locus* no qual se encontram elementos de diferentes tempos e onde a história pode ser reconhecida e interpretada, “onde encontramos alguns traços, mas não todos, que as diferentes épocas deixaram e que se misturam aos traços que o presente deixa à sua volta e que o modifica continuamente, de maneira contrária a uma simples estratificação”. (RIBEIRO, 2007, p.58)

Com a constatação de que elementos culturais próprios de uma comunidade estão intimamente ligados à sua história e sua tradição, podemos pensar que em pequenas localidades urbanas, como no caso da nossa pesquisa, onde existe uma grande proximidade e permeabilidade com as áreas verdes em todo seu perímetro, naturalmente

os traços peculiares se apresentam mais claramente, existindo uma forte relação de saberes tradicionais e locais rurais com as novidades contemporâneas do mundo urbano.

Do ponto de vista institucional, temos nos inventários os grandes auxiliares de metodologia de leitura da paisagem por terem como função tanto a constituição de ações de preservação do patrimônio, na medida em que conservam em outros suportes as informações contidas nos bens culturais, permitindo o acesso e a produção de conhecimento sobre os mesmos, como também, especialmente no caso dos sítios urbanos, o apoio aos trabalhos de planejamento e atualização das intervenções, contribuindo diretamente para o estabelecimento de critérios e parâmetros de preservação. (IPHAN, 2001, p.17)

No caso da legislação brasileira, de acordo com a Portaria nº299 de 6 de julho de 2004 do IPHAN, elaborada na intenção de se “criar o Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano - PPSH, estabelecendo, para tanto, um Termo Geral de Referência para orientar a sua formulação, implementação, acompanhamento e avaliação”, temos em suas considerações iniciais “a competência comum de proteger os bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens notáveis e de impedir a destruição e descaracterização desses bens, conforme prevista na Constituição Federal” (IPHAN, 2004). Neste documento temos:

Art. 7º O PPSH possui os seguintes princípios norteadores:

- a) reconhecimento do valor patrimonial do sítio em sua expressão objetiva, relacionada ao ambiente urbano que o constitui;
- b) reconhecimento da preservação como um fenômeno/processo inerente ao chamado desenvolvimento urbano;
- c) reconhecimento da necessidade de uma abordagem urbanística da preservação do sítio urbano;
- d) reconhecimento da estrutura física e humana do sítio urbano, considerando variáveis de análise que contemplam a dimensão da cultura como uma das lógicas do desenvolvimento das cidades;
- e) envolvimento de todas as áreas político-administrativas atuantes na área;
- f) estabelecimento do processo participativo.

Art. 8º Para os trabalhos necessários ao PPSH tem-se como referência básica a área tombada em nível federal e seu entorno imediato, podendo também ser considerado, quando for o caso, o conjunto de áreas protegidas ou tombadas pelas três esferas administrativas.

Art. 11 Para o desenvolvimento do PPSH serão utilizados, de modo adaptado a cada situação, os seguintes instrumentos de conhecimento e pesquisa produzidos pelo Iphan:

- a) Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU);
- b) Inventário de Configuração de Espaços Urbanos (INCEU);
- c) Inventário de Bens Arquitetônicos (IBA);
- d) Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). (IPHAN, 2004)

Assim, temos que este documento, a princípio, serve de baliza de uma avaliação e leitura da paisagem cultural do nosso objeto de estudo. Os princípios norteadores estão condizentes com a estrutura física, humana e cultural do ambiente urbano estudado, o qual possui um núcleo urbano tombado a nível municipal, com o envolvimento político-administrativo por parte da Prefeitura de Lima Duarte (seu município), assim como um processo participativo, por parte da AMAI – Associação de Moradores e Amigos de Ibitipoca.

De acordo ainda com esta portaria, para o desenvolvimento do PPSH são propostas metodologias de pesquisa de acordo com os quatro inventários desenvolvidos pelo Iphan, acima citados, sendo que para esta pesquisa de paisagem só nos interessam três deles.

O INBI-SU é uma metodologia de inventário de sítios urbanos tombados, que se desenvolve com três abordagens distintas e inter-relacionadas: a pesquisa histórica, coletando informações gerais sobre a formação e o desenvolvimento do sítio; os levantamentos físico-arquitetônicos, registrando as características e condições físicas de cada edificação; e através das entrevistas com os moradores e usuários, abordando dados sócio-econômicos e registrando as opiniões sobre a cidade onde vivem. Os dados produzidos pelo INBI-SU podem ser recuperados individualmente, por edificação, ao mesmo tempo em que possibilitam uma leitura conjunta dos aspectos urbanos, históricos, arquitetônicos, tipológicos, morfológicos, sócio-econômicos e afetivos do sítio como um todo.

O método proposto no Manual de Aplicação do Inventário de Configurações de Espaços Urbanos – INCEU, elaborado por Kohlsdorf em 2001, auxilia na investigação mais profunda da identidade configurativa do sítio, através da análise nos níveis da percepção visual do espaço urbano. Este método topoceptivo permite ampliar o conhecimento sobre a cidade através da pesquisa da dimensão morfológica dos lugares, articulando dois níveis de apreensão do espaço urbano: o da percepção visual,

registrando efeitos topológicos, perspectivos e semânticos, revelador das características do lugar visualizadas a partir do deslocamento nos espaços públicos e o de sua representação projetual, através do estudo dos sistemas de representação próprios ao projeto arquitetônico e urbanístico como plantas cadastrais, silhuetas, perspectivas de praças e ruas, elevação das fachadas dos edifícios. (IPHAN, 2001a)

O Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC - foi criado como um instrumento essencial para a identificação e documentação de bens culturais e, conseqüentemente, para as possibilidades de preservação desses bens, tanto imateriais quanto materiais. O INRC objetiva “identificar e documentar bens culturais, de qualquer natureza, para atender à demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade” e “apreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores de sítios tombados, tratando-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferencias de sua preservação”. (IPHAN, 2000)

Estes inventários estão na origem da constituição do campo da preservação do patrimônio e devem, portanto, ser considerados parâmetros-chave, porque remetem à própria conceituação do que seja o patrimônio cultural. No entanto, como a conceituação de patrimônio é dinâmica e passa por transformações ao longo do tempo, os trabalhos de inventário representam estratégias diferentes para atribuição de valor, pressupondo uma base sistemática de registro de informações, mais ou menos complexa, dependendo das diferentes concepções adotadas, de períodos históricos distintos, dos territórios delimitados e da diversidade de tipos de bens estudados. Esta complexidade advém de verificar o valor patrimonial da paisagem cultural como resultante da interação da ação humana com o ambiente construído, além de reforçar o entendimento de que os grupos sociais imprimem valores culturais à porção territorial, aos espaços em que habitam ou aos quais estão (afetivamente, sensivelmente, emocionalmente) ligados.

As arquitetas Lia Motta e Maria Beatriz Rezende afirmam em seu artigo “Inventário” (2016) que “ao observarmos a trajetória dos diversos inventários realizados é possível perceber criticamente que eles nem sempre correspondem ao entendimento de sua função como estratégias para atribuição de valor”. São necessários objetivos claros em relação às concepções de patrimônio cultural adotadas para orientar os

procedimentos, sendo eles “delimitação dos períodos, territórios, os tipos de bens, grupos sociais e sujeitos que participam da inventariação”. (MOTTA; REZENDE, 2016)

Segundo as autoras, no entanto, “dois aspectos são importantes para uma reflexão sobre esse instrumento de identificação aplicado ao campo da preservação: as transformações das concepções de patrimônio e o desenvolvimento das tecnologias da informação”. (MOTTA; REZENDE, 2016). Hoje pode-se trabalhar com os recursos das fotografias digitais, imagens feitas por satélites, sistemas georreferenciados e bancos de dados. E para além disso, temos que as concepções de patrimônio estão igualmente “mais complexas e plurais com a ampliação dos sentidos de patrimônio atribuídos aos bens, com a ênfase no reconhecimento da diversidade cultural como um valor essencial à humanidade e com os questionamentos sobre a legitimidade da atribuição de valores e sobre os sujeitos dessa atribuição”. (MOTTA; REZENDE, 2016)

1.5. DESAFIOS DA LEITURA

Diante de todas estas afirmações, podemos constatar como a dinâmica das transformações das paisagens culturais e seus valores ainda apresentam caminhos a serem trilhados e desvendados acerca de estudos aprofundados na área e de metodologias de análise em seus diversos campos e interseções. Fica claro que não podemos trabalhar leituras específicas de determinada localidade sem o esforço de conectá-las entre si para compreensão de sua totalidade. Aqui, portanto, tomaremos as metodologias sugeridas nos inventários como diretrizes ao rumo do nosso estudo, trabalhando em consonância com uma visão integral da paisagem, em que aspectos relativos à dinâmica dos atores, seu espaço físico e a apreensão deste espaço estejam interligados.

Assim, não podemos esquecer que as paisagens constituem - além do já referido sistema de relações visuais, espaciais, simbólicas, funcionais e ambientais integrado aos estudos históricos - uma associação complexa da dinâmica socioespacial e econômica, dentre seus diversos atores, produtores do espaço. A questão se dá de como e quais leituras devem ser feitas na paisagem, de forma a abranger todos os seus valores determinantes, atores transformadores do espaço e a linha do tempo da dinâmica das transformações, para prospecção de critérios eficazes para o futuro.

Para uma localidade de pequeno porte, como a Vila Conceição de Ibitipoca, destaca-se a relação com os processos construtivos de sua comunidade tradicional, a qual constitui a expressão de um modo de vida específico, decorrente de seu sistema de organização social, do respeito às condicionantes do meio e dos aspectos simbólico-culturais que determinaram e ainda determinam como as ações se realizam. É neste sentido que a análise desta pesquisa, portanto, se pauta de antemão no patrimônio tangível, na intenção de reconhecer neste as marcas dos distintos fluxos dinâmicos do patrimônio intangível que a ele está correlacionado.

No âmbito do patrimônio intangível ou imaterial, destaca-se a importância de se estudar a relação do fator humano com as técnicas construtivas tradicionais adotadas e com os materiais de construção locais, no sentido de, em um primeiro momento, se fazer o resgate de um conhecimento peculiar cultural expresso no domínio com o trato dos materiais locais, na sutileza dos afazeres manuais, na riqueza do valor dado à sensibilidade de quem habita a vila e, com o devido respeito ao meio, edifica com originalidade seus abrigos. Não menos importante, toda a dinâmica atualizada deste conhecimento também precisa ser captada, dentre os processos contemporâneos de readequação, readaptação e re-leituras dos processos construtivos.

Não podemos desconsiderar, no entanto, que assim como a pequena localidade possui o conjunto de edificações de datação dos séculos XVIII, XIX e início do século XX, temos todo o agrupamento de edificações de décadas recentes, inclusive as contemporâneas que, no sentido de leitura da paisagem, são valorizadas como edificações de arquitetura local e analisadas conjuntamente na unidade urbana. Ao valorizarmos-nas enquanto patrimônio cultural, estaremos estabelecendo determinados critérios, pontos de vista e recortes sobre seus universos sociais e territoriais, os quais irão definir a metodologia de sua leitura, explicitada mais à frente.

A grande motivação, portanto, desta pesquisa, se dá na intenção de se chamar atenção para uma maior valorização quanto à preservação da identidade cultural de Conceição de Ibitipoca, reconhecida através dos valores reais apreendidos no imaginário coletivo e na percepção sutil de seus atores envolvidos. No caso específico desta pesquisa, onde o objeto empírico consiste em uma paisagem com características especiais e peculiares, agrega-se a tudo isto a questão da atratividade turística, a qual é

responsável por fatores de interferência de grande relevância na paisagem, fatores estes relativos à preservação, educação, lazer e desenvolvimento urbano e econômico.

1.6. MACROESTRUTURA TEÓRICO - METODOLÓGICA DA PESQUISA

Assim, como vimos anteriormente, a complexidade da compreensão da paisagem em questão e sua abrangência de valores vem requerer abordagens teórico-metodológicas com enfoques diferenciados e até inovadores, para fins de uma maior compreensão, sendo esta a proposta deste trabalho. Para isto, a base metodológica inicial adotada neste estudo partiu de proposições teóricas do Manual de Aplicação em Educação Patrimonial: inventários participativos (IPHAN, 2016), a partir do momento que sua dinâmica foi definida em campo, de acordo com as necessidades e observações diretas. A base metodológica proposta pelo manual consiste na “mobilização e sensibilização da comunidade para a importância de seu patrimônio cultural, por meio de uma atividade formativa que envolve produção de conhecimento e participação”. (IPHAN, 2016, p.6). Esta metodologia proporciona a identificação do problema dentro de um contexto social e/ou institucional, o levantamento de dados relativos ao problema e a análise e significação dos dados levantados.

A condição inicial para que a metodologia desta pesquisa partisse de “inventários participativos” deu-se a partir do momento em que se fez necessário um mergulho nas práxis do grupo social em estudo, do qual extraiu-se as perspectivas latentes e onde pode-se perceber necessidades de mudanças negociadas e geridas no coletivo. Nessa direção, a ferramenta de Educação Patrimonial possibilita uma interação direta com atores locais e uma conseqüente conscientização sobre o que é patrimônio cultural, assim como estimula que a própria comunidade busque identificar e valorizar as suas referências culturais.

O percurso requer o registro metódico dos dados, através da realização de entrevistas e preenchimento das fichas propostas pelo inventário. Para esse trabalho, portanto, faz-se necessário um diário de campo, ou seja, um instrumento capaz de documentar os dados recolhidos durante todo o processo de pesquisa, de forma a objetivar o vivido e o compreendido. A dinâmica de coletar os dados e registrá-los coletivamente, discuti-los e contextualizá-los foi o caminho para a construção de novos saberes e/ou teorias científicas. Esse processo, entendido como compartilhamento dialético, possibilita a produção de conhecimentos novos e contribui na formação de

sujeitos críticos e reflexivos. A partir desta perspectiva circular e dinâmica que a metodologia proposta pelo IPHAN em 2016 encontra ressonância e sustentação para a conquista de um novo espaço ou a conquista de um novo conhecimento no contexto do ambiente construído, tornando-nos clara a maneira por qual iremos abordar cada ator e toda a sua bagagem de conhecimento, fundamental à nossa pesquisa histórica e simbólica.

A metodologia acima citada, no entanto, nos auxilia nas formas da coleta dos dados necessários à pesquisa, colocando-nos próximo ao universo do objeto, mas não na sua forma de apreensão e organização das informações coletadas de acordo com os objetivos específicos desta dissertação. Assim, na intenção de complementar a metodologia dos inventários participativos, iniciou-se uma busca a um método que estivesse mais especificamente relacionado a leituras de paisagens, uma vez que verificamos que as metodologias propostas nos manuais dos inventários não nos auxiliariam diretamente em uma leitura sistêmica e interligada, portanto integral, nos âmbitos socioespacial, socioeconômico e sociocultural.

Assim, optou-se por uma abordagem teórica de análise da produção da paisagem inspirada no modelo tripolar interativo **GTP** (Geossistema, Território e Paisagem), elaborado pelo geógrafo Georges Bertrand. Segundo o autor, trata-se de três entradas ou três vias metodológicas que correspondem à trilogia fonte / recurso / provisionamento e que são baseadas em critérios de antropização, de artificialização e de artialização (termo usado pelo autor para expor o aspecto subjetivo da paisagem, uma vez que a arte é vista e praticada de maneira particular, por cada pessoa. (BERTRAND; BERTRAND, 2007).

A inspiração na proposta teórico-metodológica de Georges Bertrand (2007) - para a leitura dos fenômenos geográficos – nos aproximam da certeza de que a multiplicidade de acontecimentos, fenômenos, temporalidades e espacialidades inerentes à paisagem cultural em estudo permitirão superar métodos unilaterais, conceituações estanques e procedimentos rígidos caso queiramos, de fato, dar conta de compreender ao menos um pouco da realidade da Vila Conceição de Ibitipoca.

Através da proposta de um sistema tripolar, tomamos o espaço da vila como uma mercadoria, onde a complexidade da vida cotidiana, retratando as diferenças e particularidades contextuais, nos auxilia no entendimento das dinâmicas e

ordenamentos territoriais, sendo que estão presentes inúmeros agentes e seus poderes, relacionando-se uns com os outros. (BERTRAND, 2007). Assim, podemos perceber o caráter estruturante que as intenções dos agentes produtores do espaço, através de sua dinâmica sobre o plano material (arquitetura local), assumem na análise da paisagem sob sua dimensão socioeconômica e ainda sociocultural. Agindo de forma holística e integradora, o modelo proposto tem a intenção de permitir uma interação com as especificidades locais, e por isto a escolha desta “lente” para nosso olhar analítico.

Desta forma, para a proposta da macroestrutura teórico-metodológica desta pesquisa, portanto, definiremos para simplificar o sistema tripolar **LIP – Leitura Integral da Paisagem**, abordando a **Arquitetura Local**, a **Composição Social** e a **Percepção Simbólica** – na intenção da reaproximação destas três conceituações para analisar como funciona uma determinada paisagem cultural em sua totalidade, apreendendo as interações entre seus diferentes elementos constitutivos (Figura 10).

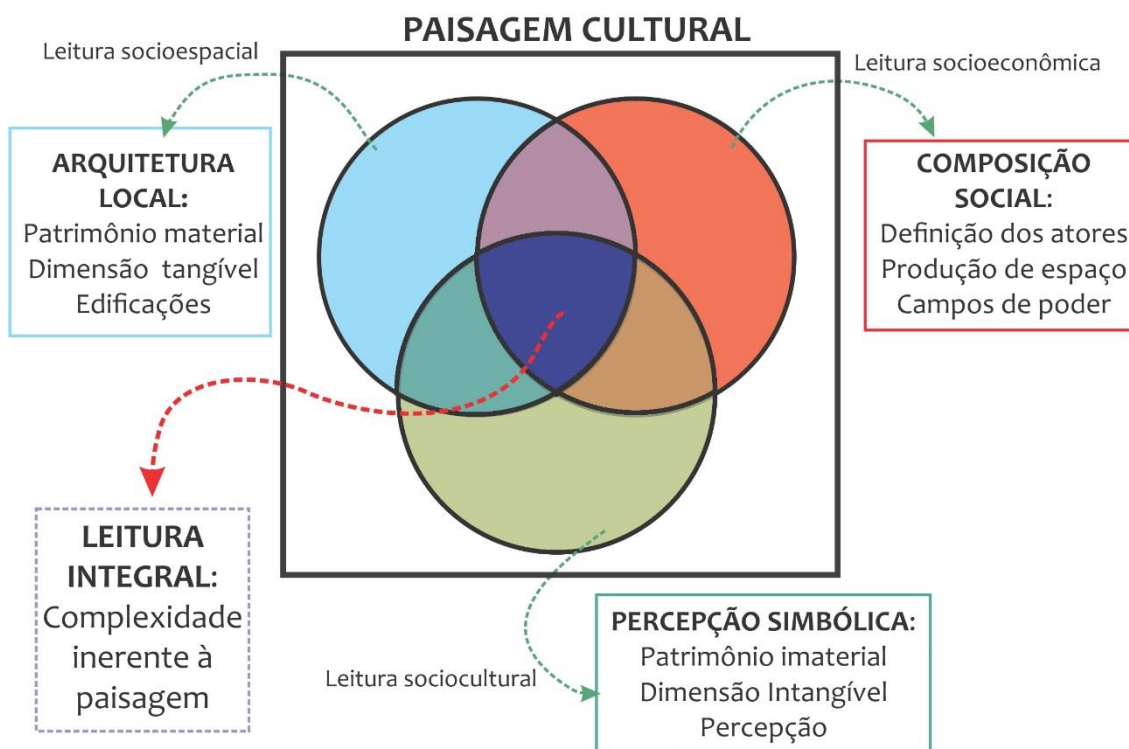


Figura 10: Representação do sistema LIP – Leitura Integral da Paisagem, conforme a proposta de inovação metodológica. **Desenho:** GONZAGA, F.G.

Em nossa inovação metodológica a um sistema holístico, entendemos que cada uma das componentes do tripé funcionará como um *layer* de leitura da paisagem; como camadas ou “lentes” de análise que se sobrepõem e se interagem apresentando, assim se espera, os resultados que o cruzamento das informações será capaz de apresentar. Assim, a primeira componente física do sistema tripolar é a **Arquitetura Local**, referente ao patrimônio material, a dimensão tangível da paisagem, a componente socioespacial; a segunda componente abarcará a análise da **Composição Social**, a ação dos atores e seus campos de poder, a componente socioeconômica; já a terceira componente referente à **Percepção Simbólica**, será relacionada ao seu provisionamento sociocultural, o patrimônio imaterial enquanto saber-fazer, a dimensão do intangível tanto das apreensões e sentimentos topofilicos captados de seus diversos atores, como das manifestações simbólicas através da identidade e linguagem arquitetônica retratadas historicamente na Vila Conceição de Ibitipoca.

1.7. MICROESTRUTURA TEÓRICO - METODOLÓGICA DA PESQUISA

No entanto, a partir da estrutura metodológica geral proposta para esta pesquisa, temos uma questão a solucionar: de acordo com a conceituação de paisagem e suas leituras vistas no item 2 deste capítulo, como fica a análise da questão temporal? Como mencionado anteriormente, para Castriota (2009) a paisagem cultural reúne formas criadas em momentos históricos diferentes, que coexistem no momento atual, onde os aspectos materiais e imateriais do patrimônio estão entrelaçados na sua concepção. Como, então, identificar e ainda organizar cronologicamente a produção/ apropriação/ reprodução do espaço através da leitura destas edificações?

Como o modelo de leitura integral LIP aqui proposto se fundamenta no sentido de entender a paisagem como um sistema dinâmico, onde os fatores materiais, sociais e culturais são tratados em conjunto e, além de se influenciarem ainda são determinantes e determinados pela estrutura global, sua associação direta com o método *Regressivo-progressivo* proposto por Henri Lefèbvre (1991), em seus três momentos, nos auxiliará na compreensão máxima da paisagem cultural do nosso objeto de estudo, a Vila de Conceição de Ibitipoca. Tradicionalmente utilizada para análises de abordagem socioespacial de pesquisas da área da geografia, a metodologia lefebvriana está diretamente ligada ao modo de organização prática da sociedade urbana, levando em consideração toda a dinâmica decorrente do sistema capitalista contemporâneo.

Do ponto de vista teórico, o método permite uma compreensão mais abrangente de como o desencontro de temporalidades ligadas ao tradicional e ao moderno concorre para a dinâmica de uma urbanização relativamente recente, como é o caso do nosso objeto empírico. E isso porque, em termos metodológicos, a perspectiva lefebvriana conduz, em relação ao contexto urbano ibitipoquense, a uma sistematização dos registros históricos que ressaltam a coexistência, no tempo presente, de representações historicamente sucessivas, sejam elas no âmbito do ambiente construído e das relações sociais. O método *Regressivo-progressivo* visa compreender a gênese do presente, partindo sempre do atual em direção ao passado, não apenas para explicar o passado, mas, sobretudo, para esclarecer os processos em curso no presente que apontam para o futuro. (Lefebvre, 1991)

Poderemos assim vislumbrar a sistematização de uma teoria da composição do ambiente construído sobre a análise da comunidade até há pouco tempo camponesa, a qual compreende a realidade atual dessa comunidade como consequência de uma formação social, sem perder de vista o sentido do processo histórico. Desse modo, de acordo com Henri Lefebvre (1991) o estudo da sociologia histórica requer um movimento dialético entre a pesquisa apoiada sobre a história e aquela sobre a realidade sociológica. Esse movimento consolida a síntese espaço-temporal desta pesquisa apoiada num período de longa duração (desde a gênese da vila até a contemporaneidade), de modo que a ideia de longo aparece aqui como um processo histórico cumulativo na formação da comunidade, a partir de sua organização tradicional.

Sendo assim, para a microestrutura desta pesquisa adotou-se a metodologia lefebvriana na intenção de se fazer um retorno ao passado e, através de uma linha do tempo, voltamos gradativamente ao presente compreendendo a evolução da dinâmica socioeconômica, a transformação dos valores atribuídos por cada um de seus atores dentro de seu contexto histórico-espacial e sua relação com a evolução das técnicas construtivas adotadas na vila, objetivo central deste trabalho. Para esta pesquisa, no entanto, a metodologia complementar escolhida será mais uma vez excepcionalmente aplicada à área do ambiente construído, onde trataremos de analisar os elementos da paisagem sobre nova ótica, a fim de abrangermos não somente o ambiente construído, mas toda a dinâmica das relações humanas, simbólicas, culturais e temporais.

De acordo com a metodologia proposta por Lefèbvre, o caminho proposto para a crítica da vida cotidiana, a qual ele classifica como uma “metafilosofia do cotidiano” possui três momentos de investigação da produção social do espaço: o descritivo, o analítico-regressivo e o histórico-genético. (LEFÈBVRE, 1981). Esses momentos são bem descritos por José de Souza Martins, sendo primeiro deles - o descritivo - relativo à complexidade horizontal da vida, reconhecida sempre na descrição do que é visível, cabendo ao pesquisador reconstruir, identificar e descrever o que vê, a partir de um olhar teoricamente informado. (MARTINS, 1996, p.21)

Já o segundo momento - o analítico-regressivo - propõe uma decomposição da realidade analisada, através da datação exata de cada relação social revelada, podendo ser elemento da cultura material ou espiritual, desvendando o que antes parecia ser simultâneo ou contemporâneo, descoberto então como remanescente de uma época específica. (MARTINS, 1996, p.21)

O reencontro com o presente é dado no terceiro momento - o histórico-genético - onde, através da busca na gênese das suas formações e nos apontamentos de marcos de transformações, sem perder a noção do conjunto, são apresentadas todas as contradições sociais, os desencontros entre temporalidades e espacialidades. “Na descoberta da gênese contraditória das relações e concepções que persistem está a descoberta de contradições não resolvidas, de alternativas não consumadas, necessidades insuficientemente atendidas, virtualidades não realizadas”. (MARTINS, 1996, p.22). Neste momento, deve-se evitar identificar os fatos a partir de etapas históricas, mas realizar a investigação através das temporalidades desconstruídas e coexistentes. A intenção, portanto, consiste na aplicação desta metodologia regressivo-progressiva em cada uma das componentes de análise da paisagem proposta no sistema LIP, sendo trabalhadas em cada um dos capítulos subsequentes.

Concluindo, no capítulo 2 desta dissertação nos dedicaremos a análise das conformações materiais presentes – o patrimônio material - e, cumprindo o primeiro objetivo específico proposto, teremos construído uma linha do tempo das edificações levantadas dentro do nosso recorte espacial, contemplando a componente *Arquitetura Local* do modelo LIP. No capítulo 3 analisaremos a reprodução contemporânea do espaço da vila, com identificação de seus atores e seus campos de poder, contemplando o segundo objetivo específico e, abrangendo, portanto, a componente *Composição Social*

e da metodologia inovada. Já para o capítulo 4 pretende-se, neste terceiro momento da metodologia **LIP**, a *Percepção Simbólica*, elencar os elementos cristalizados no imaginário coletivo e sua relação com o patrimônio imaterial, assim como quais foram e as contribuições relevantes e de importância expressiva na composição da Paisagem Cultural de Ibitipoca, contemplando o terceiro objetivo específico. Por fim no capítulo 5, afim de cumprir o quarto objetivo específico, iremos confrontar os dados encontrados em relação aos marcos históricos captados na dinâmica social aos elementos arquitetônicos predominantes, assim como aos elementos simbólicos cristalizados elencados.

1.8. SISTEMATIZAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Para fins de uma maior clareza da complexidade da estrutura teórico-metodológica trabalhada nesta pesquisa, dentre a organização em capítulos, segue o esquema a seguir:

ESTRUTURA TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PESQUISA

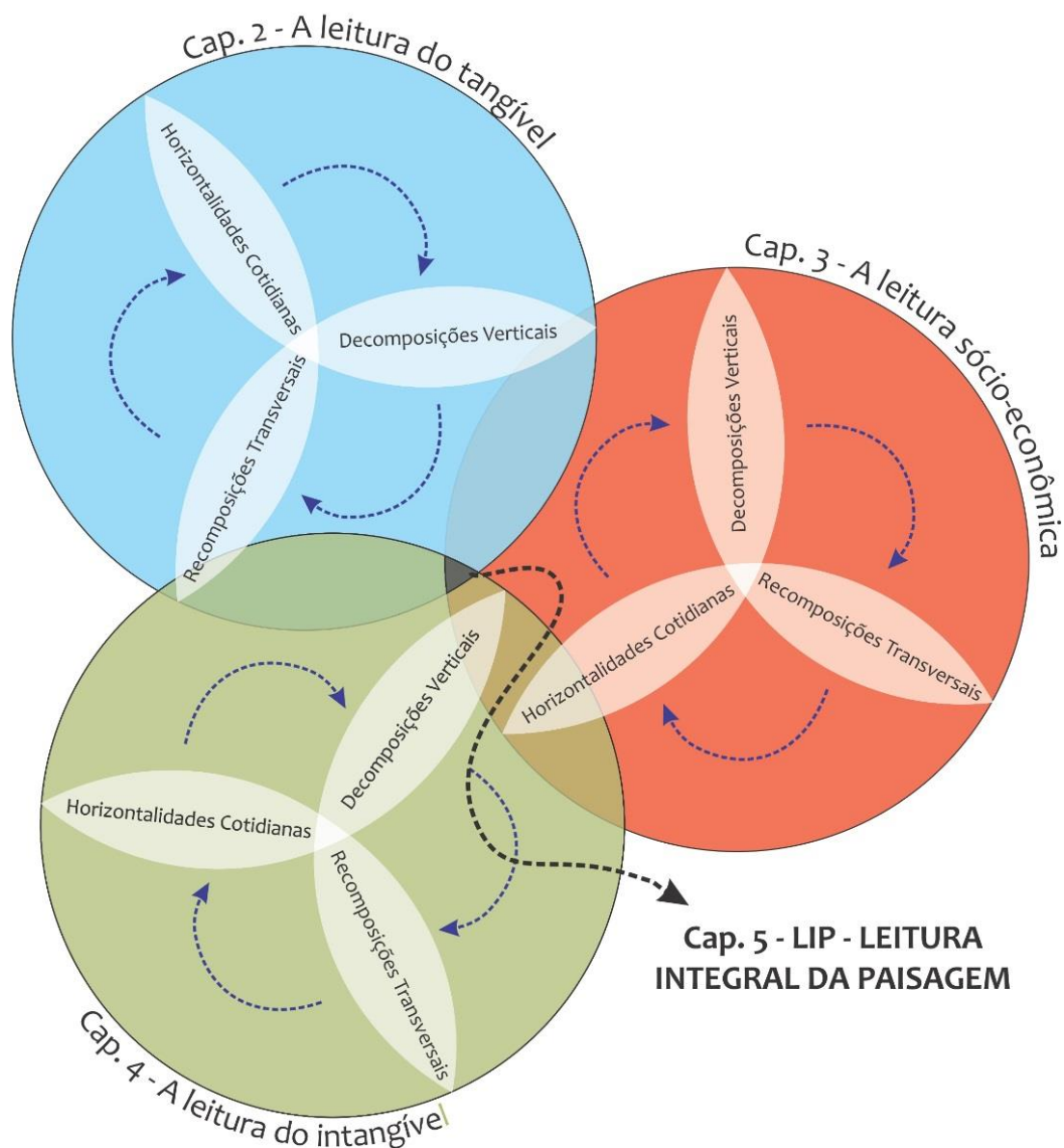


Figura 11: Representação esquemática da estrutura teórico-metodológica da pesquisa.

Desenho: GONZAGA, F.G.

CAPÍTULO 2: A ARQUITETURA LOCAL

2.1. O PATRIMÔNIO MATERIAL – AS EDIFICAÇÕES

Neste primeiro capítulo do desenvolvimento da nossa pesquisa em que nos propomos a fazer uma leitura da dimensão tangível de uma paisagem cultural, ou da porção material de seu patrimônio, podendo também chamá-la de arquitetura local, nos aportaremos teoricamente aos conceitos de Augustin Berque (2004) a respeito da manifestação concreta da paisagem, a qual existe a partir de sua relação com o sujeito coletivo, através de sua produção e reprodução, sempre em função “de uma certa lógica”. (BERQUE, 2004, p. 84)

No capítulo 1 deste trabalho nos referimos à *paisagem-marca* de Berque (2004), onde iremos analisar a paisagem de Conceição de Ibitipoca enquanto *marca*, ou seja, o que é dado como perceptível, o que “pode e deve ser descrito e inventariado”. (BERQUE, 2004, p. 85). Para isto, nos disporemos de instrumentos metodológicos de coleta de dados a fim de quantificar estatisticamente as formas (edificações) que compõem a paisagem, bem como suas funções e estruturas e suas relações de associação e de exclusão.

Pela lógica da história da vila, através dos acontecimentos sociais, podemos perceber em seu conjunto edificado uma coerência em leituras tipológicas, repetição/imitação de elementos, releituras do estilo, compondo um cenário vivo, representativo de uma mão-de-obra treinada de acordo com técnicas construtivas tradicionais, mesmo que adaptada aos materiais contemporâneos. Estas formas são resultado de um processo, onde o ponto de partida não é a forma ou a construção em si, mas a construtibilidade, ou seja, as técnicas que a tornam concebível e projetada. Todavia, segundo Argan, uma cidade não é apenas o produto das técnicas de construção, mas também os diferentes ritmos existenciais da cidade, muitas vezes distintos segundo as classes sociais. (Argan, 1995, p.75).

Para Berque, no entanto, o ponto de partida deve ser a descrição dos elementos da paisagem; “mas a explicação ultrapassa decididamente o campo do percebido, seja por abstração (uma função se define abstratamente), seja por mudança de escala no espaço (...), ou no tempo (pela explicação histórica ou geológica). O conjunto arquitetônico histórico tombado presente em Conceição de Ibitipoca, por exemplo, marca um tempo,

registra uma realidade que se desenvolveu segundo processos seletivos fáceis de serem reconhecidos e descritos, bem diferente do caráter diversificado de experiências da vila atual, a qual iremos efetivamente analisar.

Assim, neste capítulo nos focaremos no estudo dessas “edificações” que compõem a paisagem de Conceição de Ibitipoca e, para que abarquemos todo o seu contexto material evolutivo dentro do recorte definido, necessitamos de fazer uma análise de todos os exemplares existentes, desde àqueles constituintes do chamado centro histórico, até os construídos em tempos atuais. Precisam aqui ser documentados seus processos construtivos e seus materiais, suas características de uso e sua datação, os quais serão responsáveis por determinar a historicidade, a legibilidade e a consequente esteticidade relativa de seus elementos.

Desta forma, a fim de cumprir o objetivo deste capítulo da leitura da dimensão tangível da paisagem da vila (arquitetura local), identificando os elementos compositivos presentes nas edificações, componentes da Paisagem Cultural, através de sua história e identidade - na intenção de se traçar uma linha do tempo de evolução do uso dos materiais e das técnicas construtivas preservadas, apropriadas ou reproduzidas, retomaremos à ideia da microestrutura metodológica regressivo-progressiva, para o desenvolvimento dos três estágios - a análise das Horizontalidades Cotidianas, a Decomposição Vertical e a Recomposição Transversal.

Para isto, nos basearemos de antemão nas proposições ditadas pelo Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), proposto pelo IPHAN em 1999, associadas às diretrizes do Manual de Preenchimento do Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos Tombados (INBI – SU) , proposto também pelo IPHAN em 2001, ambos reconhecidos como instrumento de pesquisa do Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano (PPSH – Portaria nº299 de 6 de julho de 2004 do IPHAN), já mencionado no capítulo anterior.

O INRC consiste em uma metodologia de pesquisa desenvolvida com o objetivo de “produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social” (IPHAN, 2000), onde entenderemos, neste trabalho, por marcos e referências de identidade as ditas “coisas” ou edificações. Assim, as proposições do INRC nos darão suporte através de seus procedimentos na coleta de

dados, as quais incluem: pesquisa de campo, revisão de literatura e técnicas básicas de levantamento documental de fontes primárias e secundárias, sistematização e interpretação de dados, fotografias e registro de informações.

Já o INBI-SU se dispõe a uma análise do tecido urbano, dos tipos de ocupação, dos tipos de arquitetura, onde a pesquisa histórica orienta as hipóteses de interpretação das características formais dos sítios. Neste modelo de inventário, os levantamentos físico-arquitetônicos reúnem os dados individualizados dos imóveis, como plantas, fotos, características dos lotes, características arquitetônicas e avaliação do estado de conservação. Através do cruzamento dessas informações e do mapeamento dos dados históricos e arquitetônicos na planta cadastral que se faz possível a leitura de tipologias e características formais do sítio urbano e a compreensão do conjunto. Além destas coletas, as entrevistas constituem a terceira forma de abordagem, as quais são realizadas concomitantemente aos levantamentos arquitetônicos, ajudando a estabelecer o contato com os moradores. (IPHAN, 2001, p.157)

Reúnem dados sobre movimentos de migração, grau de satisfação quanto a morar ou usar o sítio urbano tombado, desde a relação afetiva dos cidadãos com o patrimônio edificado e natural até os problemas com a moradia”. A confrontação desses aspectos com os demais dados levantados pelas duas outras formas de abordagem confere às análises do sítio urbano a dimensão socioeconômica, fundamental para orientar qualquer proposta de preservação. (IPHAN, 2001, p. 158)

A partir daí, através do Formulário Geral do Sítio Urbano, temos como diretriz de coleta de dados um roteiro, o qual foi estruturado para a síntese da pesquisa histórica quanto ao processo de ocupação do território e de formação do sítio urbano, além de servir de base como uma síntese dos levantamentos de campo quanto aos principais atributos formais que caracterizam o sítio urbano e que lhe conferem valor de patrimônio.

Este roteiro visa compor uma espécie de dossiê sobre o sítio, pois além de campos objetivos, ele reúne na forma de anexos textos, documentação iconográfica, mapeamentos das informações históricas e de análise dos elementos formais que configuram o sítio (...). Esta síntese, etapa conclusiva do INBI-SU, se concretiza a partir do cruzamento dos dados de campo e da sua análise associada aos

indicativos da pesquisa histórica, visando elencar as características formais dos elementos constitutivos do sítio. (IPHAN, 2001, p.262)

A partir deste aporte teórico-metodológico dos dois modelos de inventários, temos os parâmetros fundamentais da leitura do tangível, objetivo deste capítulo, onde será possível captarmos todos os elementos materiais, constituintes da realidade atual do nosso objeto de estudo. No entanto, sabemos que o procedimento minucioso e detalhado de inventários individuais completos para cada edificação de acordo com o INBI-SU não nos cabe neste trabalho, pelo fato do grande número proposto de edificações a serem pesquisadas, mas apenas uma simplificação e uma esquematização de caráter mais generalizado.

Para organizar o raciocínio da linha do tempo e a hierarquia cronológica de todo o corpo edificado detectado, a estrutura lefebvriana nos servirá de modelo, considerando os dados adquiridos dentro dos métodos propostos no INRC. De acordo com o este manual, para a realização do referido Inventário se faz necessário que se definam e se tipifiquem as ocorrências concretas que serão consideradas pertinentes, sendo que, no caso da chamada cultura material, que é a vertente mais consolidada nas políticas de patrimônio, esses levantamentos referem-se a bens imóveis ou móveis, tomados isoladamente ou em conjunto. “Nos dois casos – bens móveis ou imóveis – as unidades de observação podem ser identificadas sem muita dificuldade: serão estruturas arquitetônicas ou objetos bem delimitados que se encontram em determinado sítio.” (IPHAN, 2000)

De acordo ainda com o Manual de Aplicação do INRC, a delimitação da área do Inventário ocorre em função das referências culturais presentes numa determinada área territorial. Essas áreas podem ser reconhecidas em diferentes escalas, ou seja, podem corresponder a uma vila, a um bairro, a uma zona ou mancha urbana, a uma região geográfica culturalmente diferenciada ou a um conjunto de segmentos territoriais. Assim, definindo a dimensão da área a ser trabalhada, faremos análises pontuais (edificações) em toda a sua extensão. Para a definição da abordagem do nosso objeto de estudo, temos no INRC a conceituação, dentre outras categorias, a do nosso interesse:

- Edificações: estruturas erguidas em alvenaria e pedra associadas a determinados usos, a significações históricas e de memória ou às imagens que se tem de certos

lugares. Essas representações as tornam bens de interesse diferenciado para determinado grupo social, muitas vezes independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística. (IPHAN, 2000)

O levantamento a ser realizado deve incluir a identificação das atividades formadoras do bem, as quais sejam vinculadas à produção de sua singularidade. O Manual do INRC deixa clara a valorização ao conhecimento pessoal de atores profundamente envolvidos nas culturas locais. “Esse conhecimento, por menos sistemático ou elaborado que seja, é de valor inestimável para o planejamento do inventário, pois dificilmente serão suficientes, mesmo como ponto de partida, as informações obtidas por meio de fontes secundárias.” (IPHAN, 2000) Além do mais, como a intenção da pesquisa é o envolvimento com o tema da identidade social, a seleção dos bens a serem inventariados deve sempre ter por base o que a comunidade oferece ao conhecimento e não ao contrário. Assim, complementando a metodologia da coleta de dados, dentro da proposta dos “inventários participativos” do Manual de Aplicação em Educação Patrimonial (IPHAN, 2016) da macro estrutura teórico-metodológica da presente pesquisa, também foram feitas entrevistas e colhidos depoimentos de personalidades locais com características julgadas de grande relevância para o levantamento de dados, a fim de certificarmos da datação fiel das edificações levantadas e da legitimidade (ou não) de seus materiais e técnicas construtivas.

2.2. AS HORIZONTALIDADES COTIDIANAS DA ARQUITETURA LOCAL

O levantamento preliminar deve ser a primeira etapa de um inventário, de acordo com o Manual, o qual deve incluir “pesquisa em fontes secundárias e documentos oficiais”, assim como permitir “o contato com instituições para obtenção de documentos específicos e mapas, e para a verificação das condições práticas em que o trabalho de campo será realizado”. (IPHAN, 2000) A partir destas afirmativas, após um estudo do referencial bibliográfico, passou-se para o trabalho a campo onde, através de observação direta, primeiramente foram levantadas as características predominantes da estrutura urbana e dos assentamentos em relação ao relevo, assim como das edificações históricas e contemporâneas presentes e realizados registros fotográficos de visadas específicas a fim de documentação de materiais, técnicas construtivas, tipologias arquitetônicas e volumetria. Neste momento, o método qualitativo utilizado possibilitou uma sistematização de parâmetros simbólicos predominantes.

A partir daí, foi elaborado um roteiro de levantamento de dados detalhado (ver questionário em anexo), a partir do qual realizou-se um trabalho de campo através do percurso pelas 15 ruas centrais do recorte definido da área urbana pesquisada, onde exaustivamente foram levantadas as seguintes características de todas - sem exceção de nenhuma – as 321 edificações encontradas:

- Identificação da construção: RUA; NÚMERO ou REFERÊNCIA; USO; IDADE.
- Características arquitetônicas: FUNDAÇÃO; ESTRUTURA; VEDAÇÃO; ESQUADRIAS; COBERTURA; VOLUMETRIA; GABARITO; OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS.

Para a montagem do questionário da coleta de informações, assim como para a compilação e cruzamento dos dados, foi utilizado o software “Epi Info 7”, onde a partir das estatísticas encontradas foram feitos estudos de agrupamentos que definiram estágios, estilos, zoneamentos e demais semelhanças. Como uma explanação de forma mais generalizada sobre as características físicas da paisagem já foi dada no primeiro capítulo desta dissertação, iremos focar nos elementos compositivos da arquitetura local encontrada na atualidade através de uma exposição de caráter um pouco mais estatístico da composição da paisagem, no que se refere ao estágio da horizontalidade cotidiana. É importante frisar que, de todas as porcentagens destacadas, muitas podem sofrer sobreposições, uma vez que foram contabilizados todos os elementos encontrados em cada uma das edificações, podendo haver mais de um tipo de determinada característica arquitetônica em uma mesma edificação.

Dentre as características de materiais e técnicas construtivas nas *fundações*, foram encontradas: pedra (24,61%), concreto (30,84%), mista - massa de concreto misturada a pedras grandes (3,73%), concreto com revestimento de pedras ornamentais (7,78%) e blocos de cimento (0,93%) (Figuras 12A e 12B).

Dentre as características de materiais e técnicas construtivas nas *estruturas*, foram encontradas: concreto sem laje (30,84%), concreto com laje (8,72%), lajota estrutural (17,44%), tijolo maciço estrutural (49,53%), bloco de cimento (3,11%) e madeira (7,16%) (Figuras 12C e 12D).

Dentre as características de materiais e técnicas construtivas nas *vedações*, foram encontradas: tijolinho à vista (36,44%), lajota à vista (1,55%), lajota revestida de pedra (0,3%), pedra (14,20%), pau-a-pique (1,25%), tijolo maciço rebocado (29,28%), lajota rebocada (36,44%), bloco de cimento rebocado (2,49%). De todas as vedações rebocadas, um total de 61,37% das edificações possui pintura e 6,84% possui paredes que ainda não foram pintadas (Figuras 12E e 12F).

Dentre as características de materiais e técnicas construtivas nas *esquadrias*, foram encontradas madeira (90,96%), vidro temperado (2,18%), metalon (15,26%), alumínio (1,55%), e um total de apenas 1,24% das edificações possuem portão externo de ferro (Figura 12G).

Dentre as características de materiais e técnicas construtivas nas *coberturas*, foram encontrados telhados em estilo colonial executados com estrutura de madeira e diversificados em telhas curvas - as chamadas “telhas de coxa” (16,19%) – sendo 1,87% de meia-água, 6,54% de 2 águas e 7,78% de 4 águas; telhas cerâmicas nos estilos portuguesa e romana (77,24%), sendo 6,85% de meia-água, 42,36% de 2 águas e 28,03% de 4 águas; ou telhas francesas de demolição (3,42%), sendo 0,93% de 2 águas e 2,49% de 4 águas. Além destes, algumas poucas coberturas de laje exposta (7,16%), modelos de telha de amianto (4,98%) ou escondidos por platibanda (1,55%) (Figura 12H).

Dentre as características de materiais e técnicas construtivas nos *muros de contenção*, foram encontradas pedra (14,33%), concreto (20,80%), concreto revestido de pedra (5,91%), blocos de cimento (16,51%), tijolinho à vista (2,48%) e mourões de madeira ou bambu em cercas ou contenções (3,42%). Importante dizer que 40,5% das edificações possuem cercas-vivas (Figura 12I).

Dentre as características *volumétricas* das construções, foram encontradas de 1 até 5 volumes em uma única edificação, sendo que 66,35% com 1 único volume, 23,36% com 2 volumes, 6,23% com 3 volumes, 2,49% com 4 volumes e apenas 1,24% com 5 volumes ou mais (Gráfico 1, Figuras 13A 13B).



Figura 12: Elementos arquitetônicos construtivos encontrados. A. Shopping Portal da Serra, ano de construção: 2004 – Fundação em pedra seca. B. Casa de veraneio, ano de construção: aprox. 2010 – Fundação em concreto revestido de pedra. C. Suítes para aluguel, ano de construção: 2012 – Estrutura de concreto com laje. D. Pousada Janela do Céu: ano de construção 1984 – Tijolo maciço estrutural. E. Pousada Janela do Céu: ano de construção 1984 – Vedação tijolo à vista. F. Casa de aluguel, ano de construção: aprox. 1995 – Lajota estrutural. G. Casa de veraneio, ano de construção: 2012 – Esquadria de madeira. H. Telhados coloniais. I. Muro em pedra seca, ano de construção: aprox. 1990. **Fotografias:** Acervo pessoal.

QUANTIDADE DE EDIFICAÇÕES/ Nº DE VOLUMES

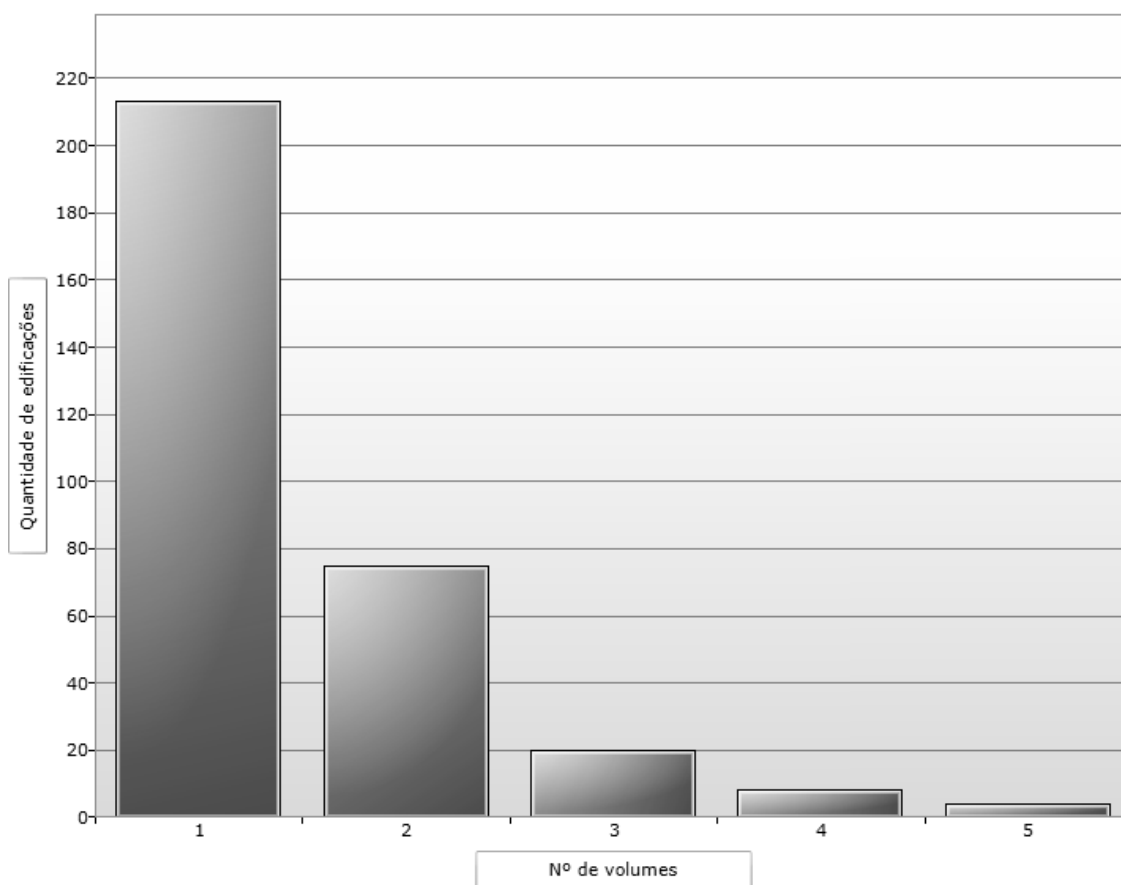


Gráfico 1: Quantidade de edificações por número de volumes.

Dentre as características de *número de pavimentos* das construções, foram encontradas de 1 até o máximo de 4 pavimentos, sendo que na grande maioria acima de 3 pavimentos, pelo menos um deles fica abaixo do greide da rua. De acordo com os gabaritos máximos levantados, 54,20% das edificações possuem gabarito 1; 3,42% possuem gabarito 1,5; 31,46% possuem 2; 0,93% possuem 2,5; 9,34% possuem 3 e apenas 0,62% das edificações possuem gabarito 4 (Figura 13C).

Dentre as características de *uso*, foram encontradas edificações com uso residencial (36,13%), comercial - bares, restaurantes, lojas, padaria, atendimento ao turismo, etc (18,83%), serviços públicos - posto policial, posto de saúde, escola municipal, central de energia, Espaço Multimeios de uso da AMAI, etc (2,49%), casas e chalés para aluguel (37,38%), casas de veraneio (24,61%), sendo algumas vezes com uso misto, além de 19 pousadas (5,92%).

Dentre as características de *idade*, foram encontradas desde obras recentes até uma edificação exemplar do início de século XIX, além da Matriz de Nossa Senhora de Ibitipoca, com reconstrução datada de 1768. Estas questões relativas à datação serão trabalhadas na decomposição vertical da arquitetura local.

Faz-se importante mencionar que, por motivos de limitações e tempo hábil para esta pesquisa, consideramos uma margem de erro de 5% dos dados levantados. As características relativas à implantação e porcentagem de ocupação do terreno, assim como áreas permeáveis e jardins não foram levantadas, uma vez que há pouca definição dos limites dos lotes, várias construções em um mesmo lote, recortes irregulares, invasão de áreas verdes públicas, etc, dificultando significativamente sua leitura.



Figura 13: A. Casas de aluguel, ano de construção: aprox. 1975 – Exemplos de volume único. B. Casa de veraneio, ano de construção: 2002 – Exemplo de 2 volumes. C. Rua Jucundiano Chaves – Exemplo de edificações de gabarito. **Fotografias:** Acervo pessoal.

2.3. DECOMPOSIÇÃO VERTICAL DA ARQUITETURA LOCAL

Neste momento da pesquisa, de acordo com a metodologia lefebvriana em que nos propomos, iremos fazer um retorno no tempo em relação a cada um dos elementos construtivos da arquitetura local, a fim de se analisar as suas preservações, transformações, readequações e/ou releituras. Apresentando inicialmente o quantitativo geral encontrado ordenado pelas idades da edificação - relativas à data de construção, (Gráfico 2) temos:

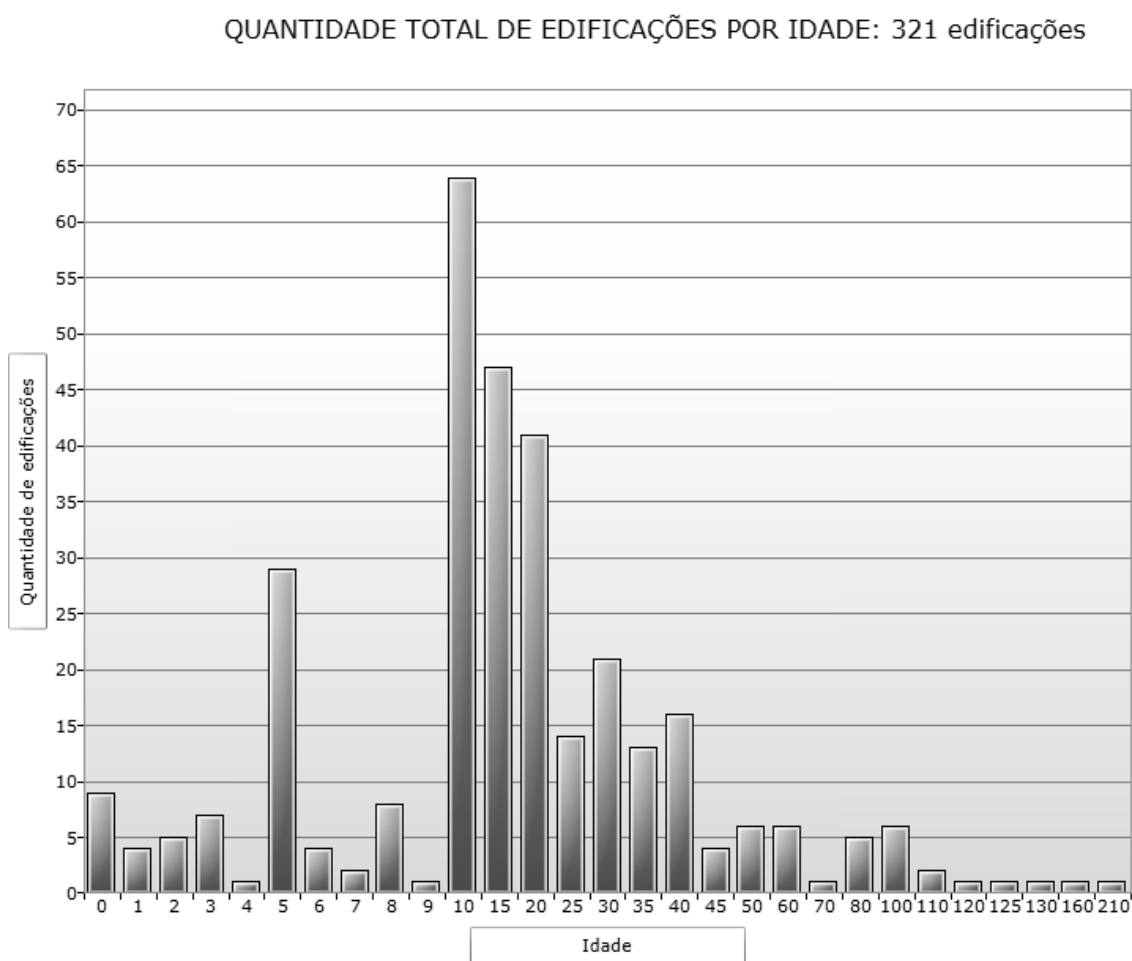


Gráfico 2: Quantidade total de edificações por idade.

De antemão é importante mencionar que as idades definidas nos gráficos foram configuradas de ano a ano na primeira década da edificação, depois de 5 em cinco anos até a idade de cem anos, e após isto de dez em dez anos até a edificação mais velha (que possui 210 anos de idade), sempre arredondando para o valor mais próximo, na intenção de se associar melhor as semelhanças, diferenças e contrastes das características arquitetônicas.

Através desta análise inicial, podemos perceber que das 321 edificações encontradas, 103 ou 32,08% possuem idade igual ou menor que 10 anos, o que comprova o *boom* imobiliário da atualidade, mesmo nesta área central de Conceição de Ibitipoca; 88 edificações possuem entre 11 e 20 anos, período referente à intensificação demográfica, mesmo que de uma população flutuante; 81 casas possuem entre 21 e 85 anos, período que irá englobar toda dinâmica do reerguimento da localidade; apenas 13 edificações possuem mais de 100 anos, demonstrando a ação indiscriminada de demolições por qual sofreu a localidade e descuido com o patrimônio histórico material.

Passando para a análise dos sistemas construtivos, apresentaremos no corpo do trabalho apenas os gráficos considerados mais relevantes, deixando para os “anexos” o restante dos gráficos utilizados na leitura. Segue, então, a análise dos sistemas construtivos.

2.3.1. Fundações:

Os blocos de cimento que representam hoje 0,93% do total, são os materiais mais recentes utilizados nas fundações da localidade, sendo comercializados nas lojas de materiais locais há no máximo 5 anos. Somando essas fundações às de concreto, totalizam 76,93% do total.

O que se verifica na arquitetura local, no entanto, é o predomínio de fundações de concreto (68,22%) (Gráfico 3), associadas às que são de concreto revestido de pedra (7,78%), as quais surgiram na paisagem em edificações mais jovens que 40 anos, porém com bem mais intensidade na virada do milênio. As fundações de concreto constatadas em apenas 3 casas de mais de 50 anos surgiram após reforma e ampliações recentes.

O construtor local Carlos Antônio de Sales (conhecido como Neném), 53 anos, sendo há 33 responsável por expressivas obras na localidade e, segundo dele, aprendiz autodidata das técnicas construtivas “modernas”, nos conta que em meados da década de 90 já havia melhorado o acesso de Lima Duarte até a vila, época em que Luiz Moreira abriu a primeira loja de materiais de construção em Ibitipoca. Pouco depois dele, em 2000, Paulo Rivelli abriu a segunda loja do ramo, sendo ambas as duas únicas lojas dedicadas à construção civil até os dias atuais, de onde eram e ainda são fornecidos o cimento, brita, areia e ferragem.

De acordo com depoimento de Vicente Fortes, 67 anos, comerciante e de família tradicional de pedreiros da vila, o cimento chegou em Ibitipoca por volta de 1980, trazido da Mercearia do Povo em Lima Duarte. Nesta época a brita era extraída de pedras da localidade, as quais eram quebradas em pequenas partes e associadas à areia extraída do córrego local. Foi a partir daí que aos poucos a técnica foi sendo adotada como padrão construtivo.

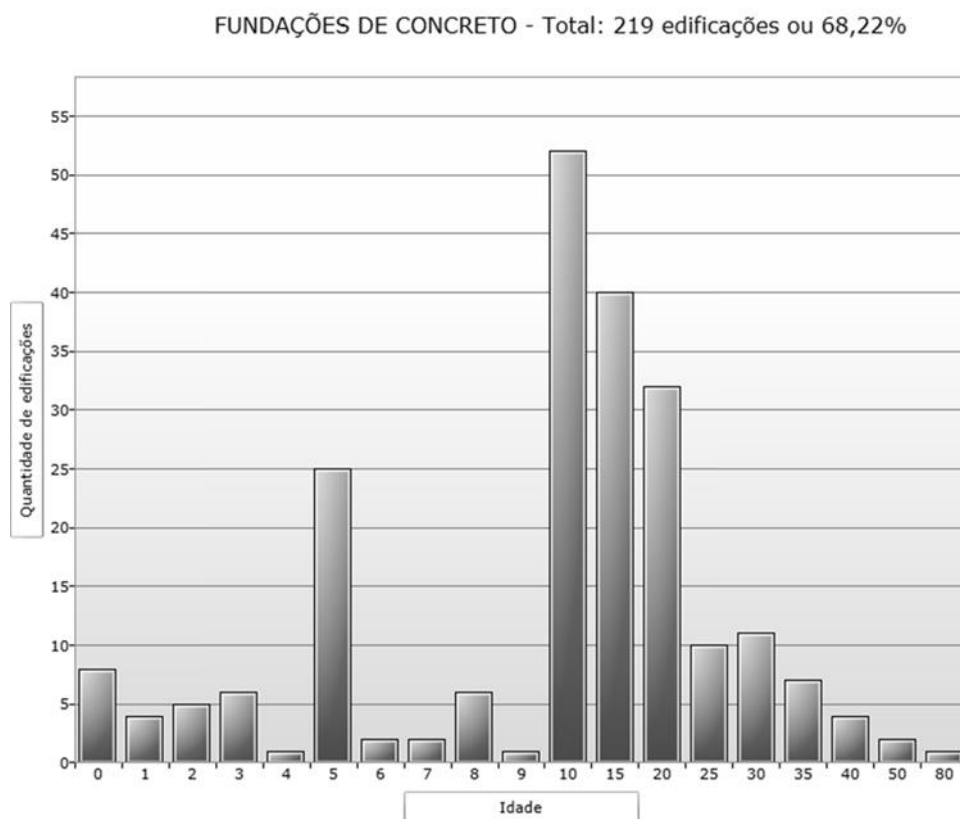


Gráfico 3: Quantidade de edificações com fundações de concreto por idade.

No entanto, dos 24,61% das edificações que foram executadas com pedras da região, observamos uma diluição ao longo do tempo no uso do material, tradicional desde o século XIX, mas incluindo a execução em 12 casas nas últimas duas décadas, o que representa uma tendência ao uso da técnica e preservação da identidade cultural passada. (Gráfico 4, Figura 14)

Conta-nos Neném, que as pedras utilizadas nas fundações das casas de Ibitipoca desde o início do século XX são extraídas da região dos Moreiras, localizada a aproximadamente 5Km da vila, com atividade até os dias atuais. Somando-se à porcentagem de fundações encontradas em pedra seca aos 3,73% de fundações que mesclaram um pouco de concreto às pedras locais e ainda àquelas de concreto que

mantiveram o cuidado de revesti-las de pedra, a porcentagem encontrada de 37,05% reforça o esforço em manter a tradição e “imagem” desta característica arquitetônica da localidade.

No caso dos revestimentos de alicerces, paredes e muros, muito encontrados na paisagem, as pedras vêm em grande parte de Piedade do Rio Grande, MG, desde a virada do século, ainda segundo Neném.

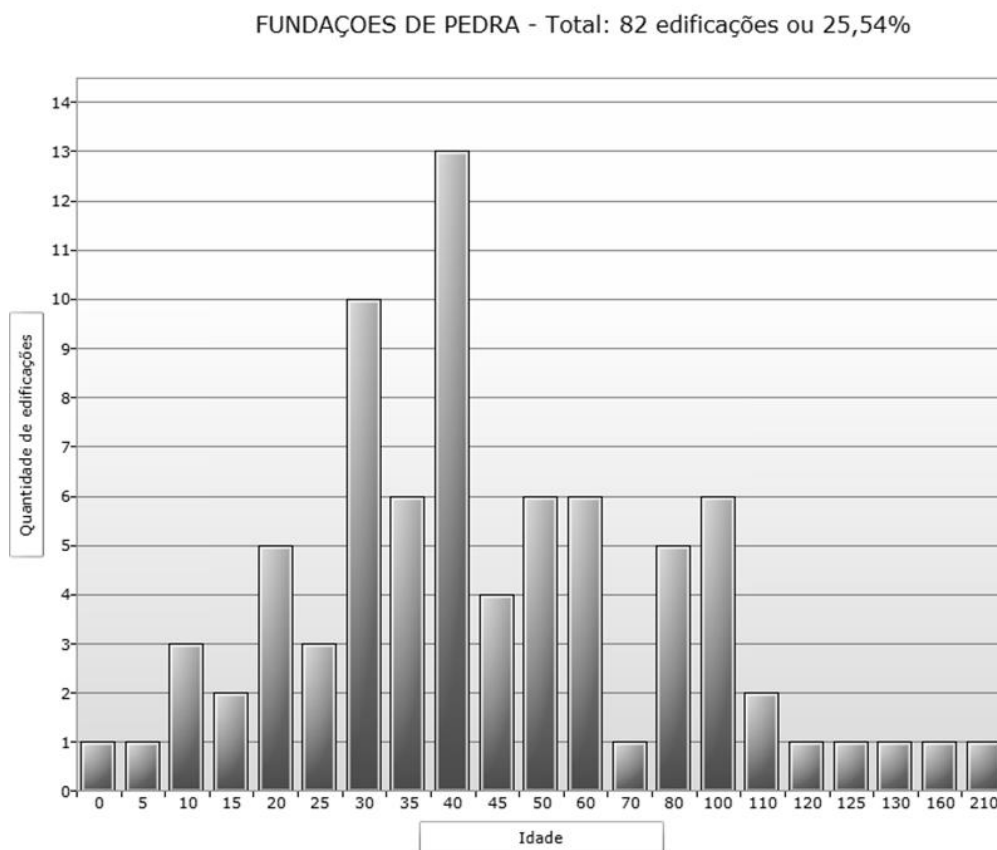


Gráfico 4: Quantidade de edificações com fundações de pedra por idade.



Figura 14: Edificação com uso comercial, ano de construção: aprox. 1850 – Fundação de pedra.
Fotografia: Acervo pessoal.

2.3.2. Estruturas:

As paredes estruturadas em bloco de cimento apesar de ainda serem inexpressivas na localidade, atingindo no máximo 3,11% das edificações, são recentes na paisagem da vila, tendo surgido nas edificações há no máximo dois anos.

No mesmo raciocínio das fundações, as edificações com estruturas de concreto armado (30,84%) – com a utilização de pilares, vigas e cintamentos – compõem o quadro das edificações há no máximo 35 anos, intensificando-se a partir do final dos anos 90. Proporcionalmente à evolução histórica, houve um aumento significativo de execução destas estruturas no período da primeira década do milênio, onde também surgiram os 8,72% de casas que obtiveram a estrutura associada à laje, também em grande parte datadas deste período (Gráfico 5, Figura 15A).

ESTRUTURAS DE CONCRETO - Total 99 unid. ou 30,84%

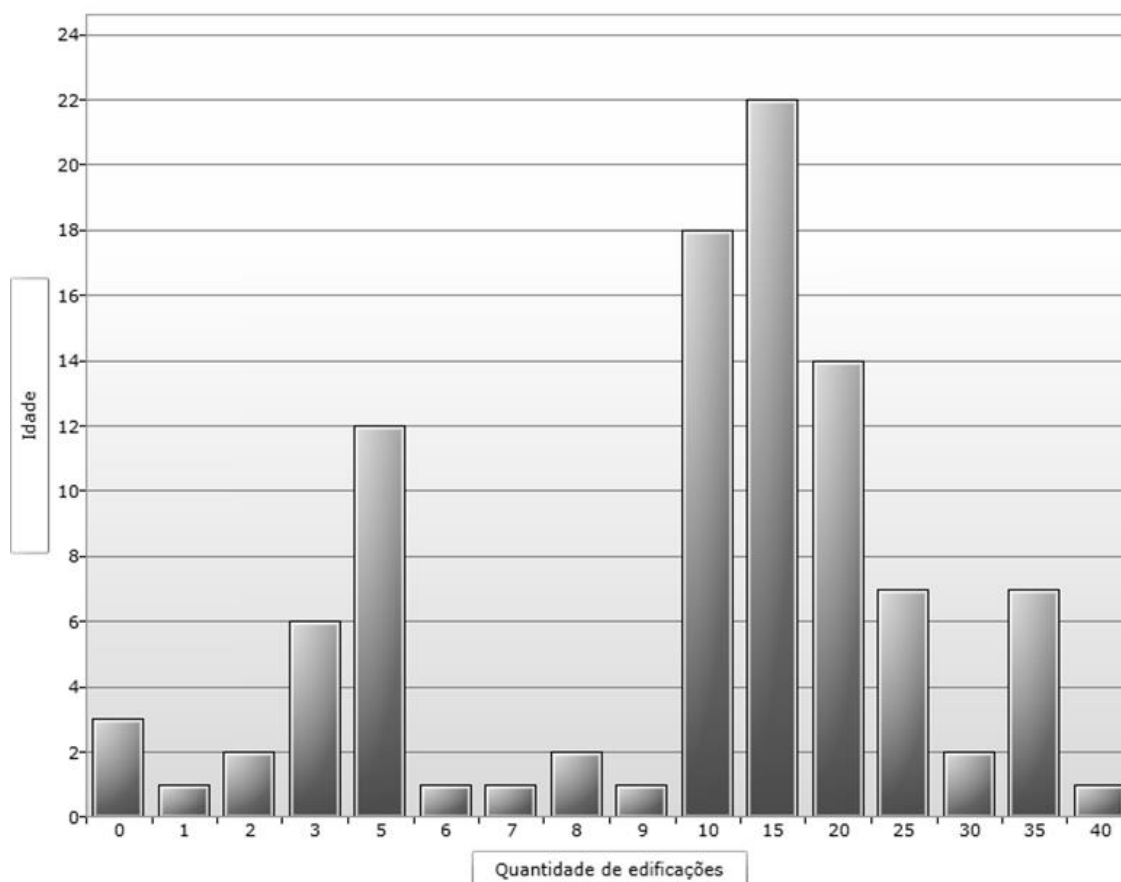


Gráfico 5: Quantidade de edificações com estruturas de concreto por idade.

Contemporaneamente às construções com estrutura de concreto, com menos de 35 anos, houveram aquelas moradias térreas executadas em lajota estrutural (17,44%), se apresentando na composição da paisagem na última década na mesma proporção de edificações com dois pavimentos com estruturas em concreto armado. De duas casas de 50 anos e duas de 40 anos que foram encontradas esse sistema estrutural, foi constatado que se tratou de uma ampliação com data mais recente. Podemos perceber, contudo, que este sistema surgiu mais tímido de início, tendo sido relatada por Neném a chegada deste material na vila pouco mais de um ano após a chegada do cimento, em 1982, aproximadamente. “No momento da chegada da lajota, de início, a gente mesclava as paredes. O que ia ser pintado, dava-se preferência pela lajota. Era mais fácil, mas tinha que balancear, por conta do frete, que não era barato”, aponta Neném.

Em seu depoimento, Vicente Fortes confirma ainda que, durante o período do início da década de 80 até meados de 1990, houve uma expressiva preferência por edificações executadas com a lajota estrutural, “muito pela novidade da agilidade de mão-de-obra e depois cobertas com laje, a qual muitas vezes ficava exposta” (Gráfico 6, Figura 15B).

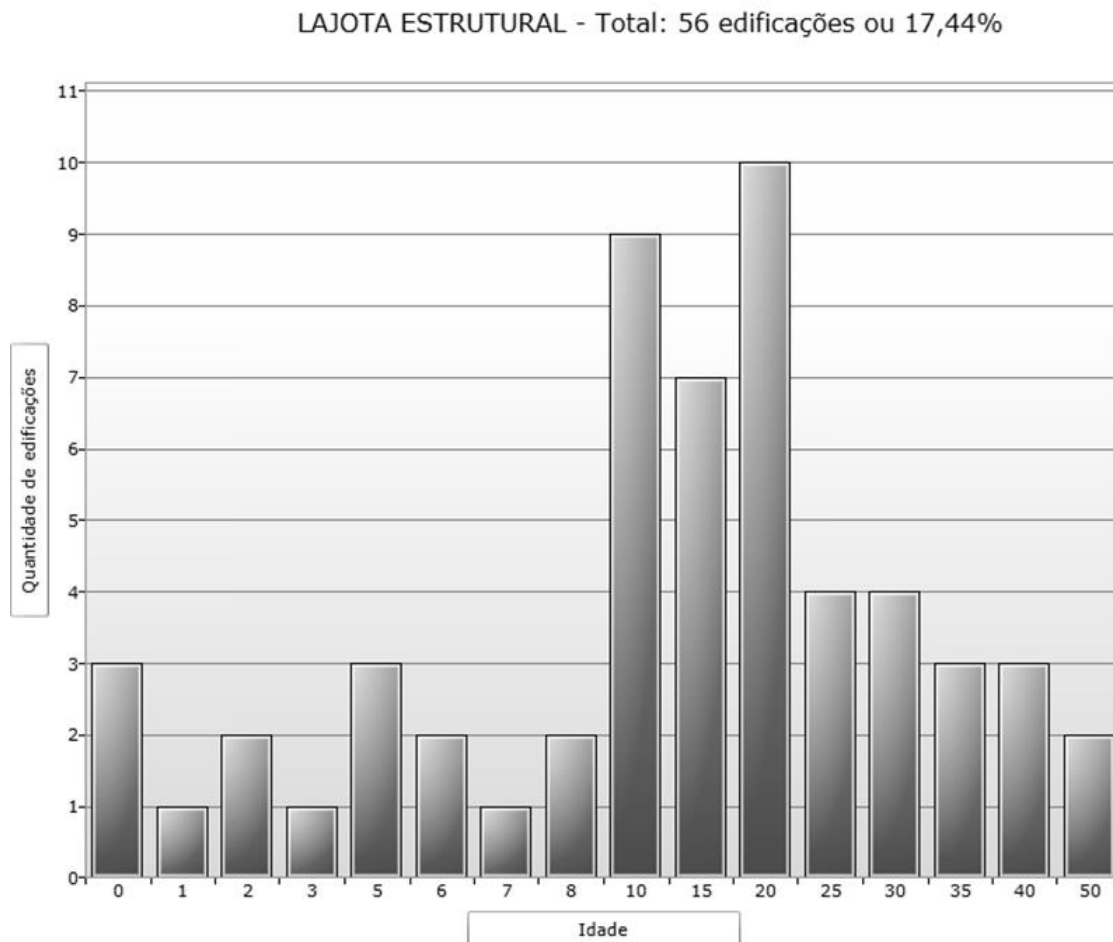


Gráfico 6: Quantidade de edificações com lajota estrutural por idade.

Em relato de Waltemberg Sales de Carvalho, 67 anos, produtor rural nascido e ainda morador da Fazenda do Tanque, a mais antiga da localidade, conta-nos que a primeira laje a ser construída na vila de Ibitipoca foi através da Prefeitura de Lima Duarte, quase vinte anos antes da chegada do cimento no uso geral das edificações da vila. Esta laje, no entanto, foi executada sobre paredes de tijolos estruturais na construção da caixa d’água localizada atrás da Igreja Matriz, em 1968. Em torno de 2 anos após esta data, foi construída a segunda laje da vila, na construção da Escola Municipal Padre Carlos, a qual permaneceu assim até o ano de 1996, quando a AMAI providenciou a colocação de um telhado colonial (Figuras 15C e 15D)

Temos que o grande destaque em termos de técnica construtiva estrutural sempre foi por conta do tijolo maciço, utilizado sem a utilização de vigas e pilares de concreto. Esta técnica, referente a praticamente metade das edificações da localidade atualmente (49,53%), vem sendo predominante até a chegada do cimento e da lajota e, ainda sim, tradicionalmente utilizada em Conceição de Ibitipoca até os dias atuais. Na virada do milênio, contudo (final da década de 1990 e até 2010) foi o auge em número de edificações deste modelo construtivo (Gráfico 7, Figuras 15E e 15F).

Segundo o depoimento de Neném, um dos construtores que mais produziu na vila neste período, no momento do auge da produção de edificações estruturadas em tijolos maciços houve uma substituição de fornecedores do material. Antes produzidos em Conceição de Ibitipoca, “desde o ano de 1996 as olarias locais foram proibidas de funcionar, sob acusação do IBAMA de grandes impactos ambientais na extração de lenha para o forno”. Neném conta que a partir deste momento, então, os tijolos maciços passaram a ser trazidos de localidades relativamente próximas como Ibertioga, Piedade do Rio Grande e Cachoeirinha em Santana do Garambéu.

“Desde o início do século XX haviam na vila pequenas olarias de subsistência, e posteriormente olarias para comercialização local, sendo as mais expressivas a do Agravio, a de José Caetano localizada no Clementes (estrada para Santa Rita de Ibitipoca), a do Benevides na Fazenda do Tanque e a olaria do Tatão, localizada em terreno atrás de onde hoje fica a Repousada, bem na entrada da vila”, segundo Neném. Waltemberg esclarece, contudo, que o tijolo maciço já é tradicionalmente utilizado como técnica construtiva estrutural desde a última década do século XIX, quando ainda era assentado com uma massa de tabatinga (terra). O tijolo foi introduzido na localidade em torno de uma década antes da reconstrução da Igreja do Rosário, em 1918, utilizando este material, a qual era frequentada por escravos da região e hoje, tombada pela Prefeitura de Lima Duarte/ MG. De acordo ainda com Waltemberg, a primeira olaria local foi criada pela família Telheiros - vinda de Santana do Garambéu - e localizada na Fazenda do Tanque por volta do ano de 1890.

TIJOLO MACIÇO ESTRUTURAL - Total: 159 edificações ou 49,53%

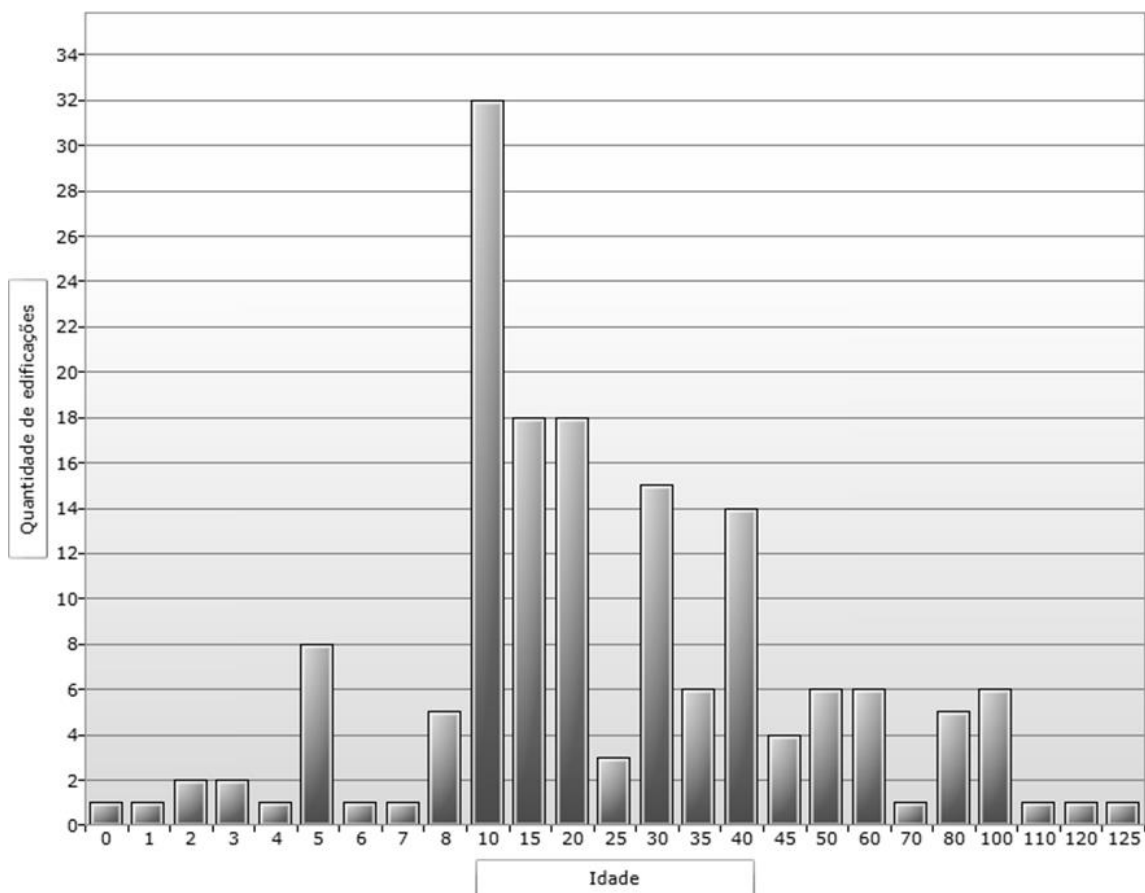


Gráfico 7: Quantidade de edificações com tijolo maciço estrutural por idade.

As edificações estruturadas em madeira, apesar de não serem tão representativas (7,16%), possuem exemplares em todos os estágios, desde a mais antiga das edificações datada do início do século XIX. Esta técnica igualmente teve seu auge nos primeiros anos deste século, fazendo, de certa forma, uma releitura das edificações tradicionais dos séculos anteriores, as quais eram de pau-a-pique (Figuras 16A e 16B).



Figura 15: A. Casa de veraneio e aluguel, ano de construção: 2006 – Estrutura de concreto armado; B. Casa residencial, ano de construção: 2012 – Lajota estrutural e bloco estrutural; C. Caixa d’água da matriz, ano de construção: 1968 – colocação da 1ª laje de Conceição de Ibitipoca; D. Caixa d’água da matriz, ano de construção: 1995 – Colocação da cobertura e muros de pedra; E. Escola Municipal Padre Carlos, ano de construção: 1962 - Após a colocação do telhado colonial em 1996; F. Casa de uso comercial “Mãos de Maria” ou cada da Dona Laura, ano de construção: aprox. 1910 – 1ª casa de tijolo maciço estrutural a ser construída na Vila Conceição de Ibitipoca. **Fotografias:** Acervo pessoal.



Figura 16: A. Casa de uso comercial muito conhecida como “Ibitipharma”, ano de construção: aprox. 1860 – Estrutura de madeira com pau-a-pique e fachada frontal refeita em tijolos maciços; B. Casa de uso comercial muito conhecida como “Ibitipharma”, ano de construção: 1860 – Detalhe da estrutura de madeira apoiada em fundação de pedra seca. **Fotografias:** Acervo pessoal.

2.3.3. Vedações:

O que temos de mais recente em termos de destaque na arquitetura local de Ibitipoca no elemento compositivo *vedação*, surgindo com bem maior intensidade principalmente no último ano (período coincidente da realização desta pesquisa) é a questão do uso de cores vibrantes e sortidas na pintura das fachadas. Do total de 61,37% de edificações pintadas, detectou-se que pelo menos metade destas possuem hoje essas características (Figura 17A).

Temos na atualidade (última década) uma tendência ao uso de lajotas com reboco e pintura em edificações estruturadas em concreto, por questões econômicas do custo do material e agilidade no assentamento, o que barateia a mão-de-obra. A partir do momento que este material passou a ser comercializado na vila através das casas de materiais de construção e, portanto, não necessitando de despesas com frete de transporte, houve um aumento significativo do seu uso por parte, principalmente, dos nativos e moradores locais. Para construções térreas, este material também foi muito utilizado nas últimas duas últimas décadas, quando o desejo era a pintura do imóvel,

uma vez que recebe a carga somente do telhado. Neste caso, a lajota de vedação também passa a ser considerada lajota estrutural, mesmo não sendo tecnicamente indicada para isto. O percentual (36,44%) encontrado hoje na vila deste material, no entanto, é idêntico ao levantado em vedações de tijolinhos à vista, o qual, pelo caráter diferenciado da maioria dos centros urbanos, se destaca na paisagem (Gráfico 8, Figura 17B).

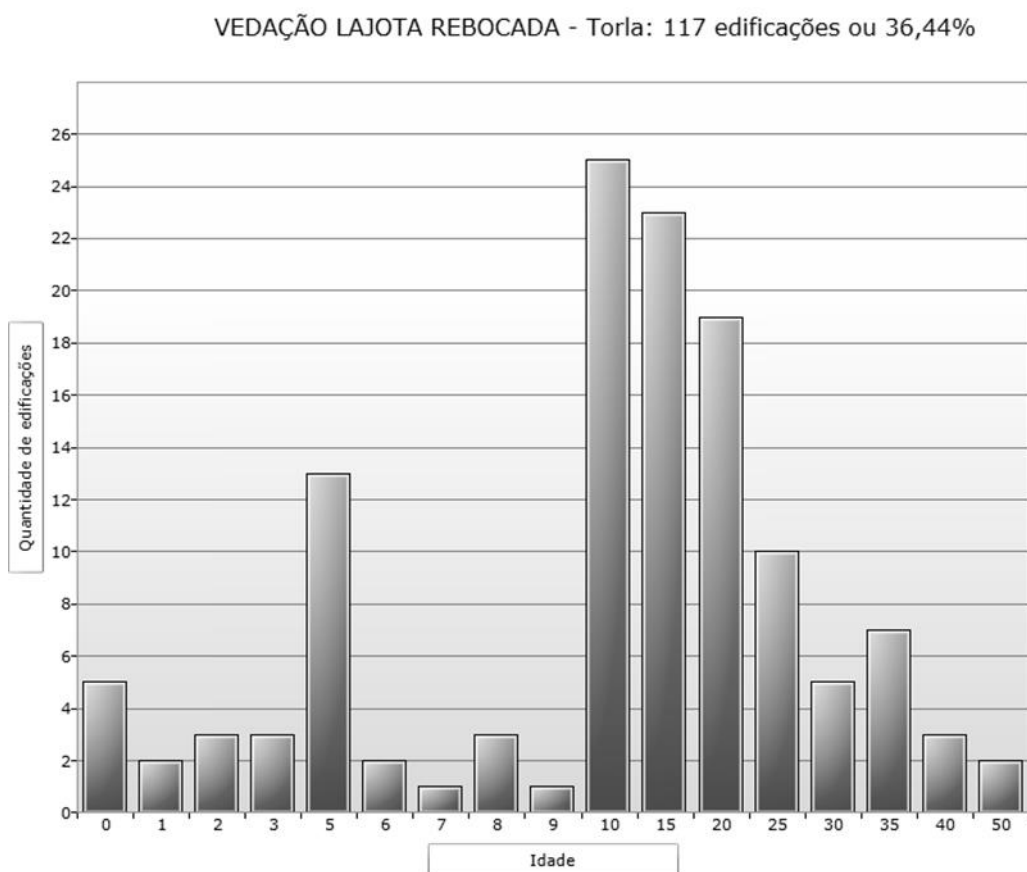


Gráfico 8: Quantidade de edificações com vedação de lajota rebocada por idade.

No entanto, o tijolo maciço exposto, na função de vedação (e aqui pode ou não estar sendo utilizado como função estrutural), foi o mais utilizado na última década – 67 edificações construídas nesta época, deixando em segundo lugar a lajota rebocada com 57 edificações do mesmo período. No momento do início deste século, o tijolinho à vista teve um empate técnico em obras com a lajota (42 contra 36 edificações) (Gráfico 9, Figuras 18A, 18B e 18C)

VEDAÇÃO TIJOLINHO À VISTA - Total: 117 edificações ou 36,44%

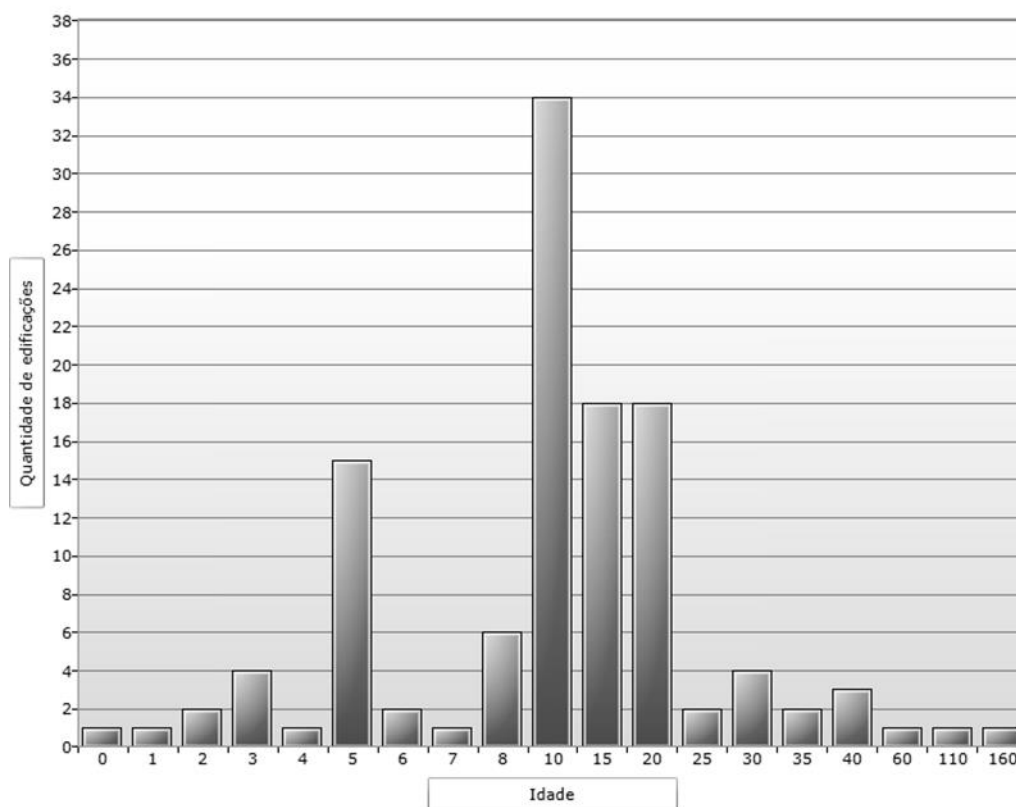


Gráfico 9: Quantidade de edificações com vedação de tijolinho à vista por idade.

Apesar dos tijolos à vista terem visualmente um destaque na paisagem da vila, observando este gráfico podemos perceber uma pequena tradição passada de trabalhar o material desta forma, sendo que, a partir do final do século passado aconteceu um “boom” na utilização da técnica.

O período que antecede o ressurgimento ao uso dos tijolos à vista, desta forma, é marcado pela chegada da lajota e cimento à vila em 1980 com o uso, inclusive, das lajes expostas, como mencionado anteriormente. Assim, as obras que, tradicionalmente desde o final do século XIX eram construídas em tijolos maciços rebocados, passam aos poucos a serem substituídas pela facilidade da execução em lajotas, registrando na vila, com idade de 25 a 35 anos, a mesma quantidade de edificações, tanto de um material, como do outro. Há um número muito pequeno de registros autênticos deste padrão arquitetônico atualmente na paisagem, por conta de reformas e readaptações à “nova identidade” da arquitetura local (Figura 15D).

Anteriormente a este momento, contudo, podemos encontrar 44 edificações em tijolos rebocados e apenas 6 edificações em tijolos à vista, comprovando a tradição

ibitipoquense desde o início do século XX de edificações rebocadas com tabatinga, a qual proporciona uma cor clara. Muitos dos exemplares deste período constituem hoje na paisagem da vila referências de destaque da identidade local enquanto edificações preservadas em termos de volumetria e cobertura, porém nem todas com esquadrias e pintura originais (Gráfico 10, Figura 18E).

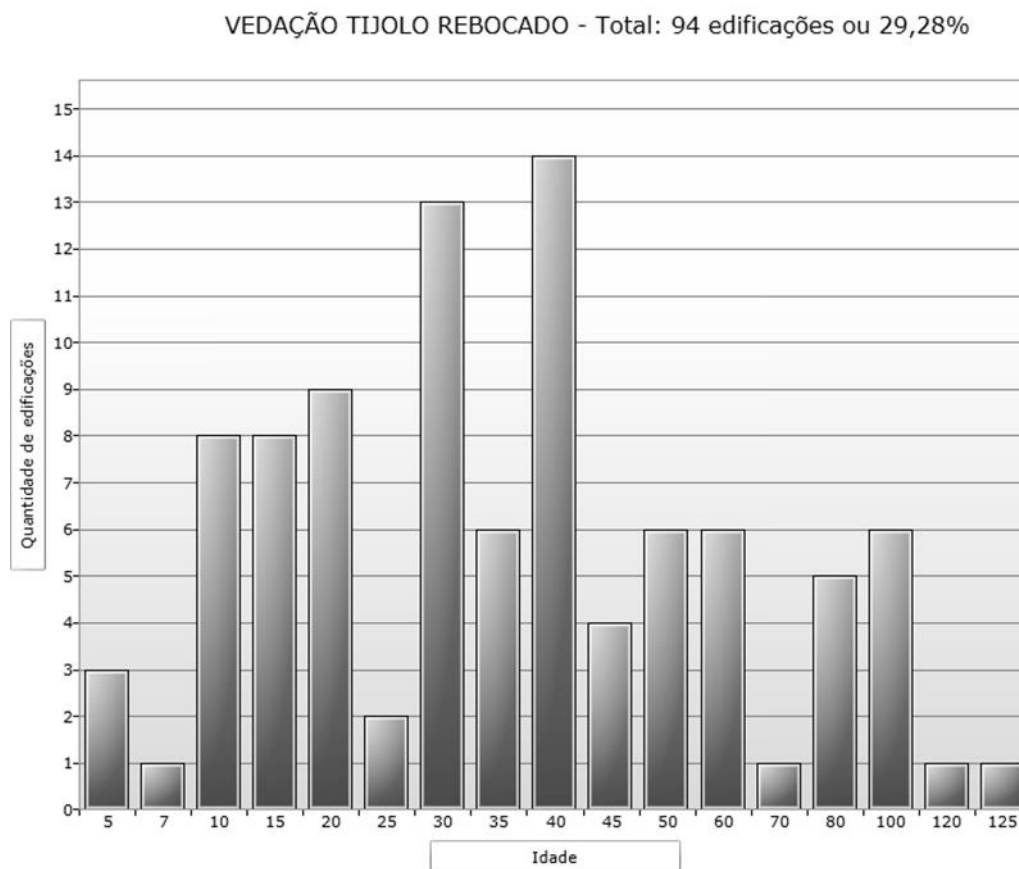


Gráfico 10: Quantidade de edificações com vedação de tijolo rebocado por idade.

Além destas, no início do ato da coleta de dados preliminar desta pesquisa foram encontradas 4 edificações (1,25%) em pau-a-pique originárias do século XIX, sendo que uma delas (localizada em rua de caráter comercial), onde foi criada a família Baleia, uma das mais tradicionais da vila das últimas décadas, foi demolida em julho de 2017 sob pretexto de difícil manutenção (Figura 18F).

De acordo com os relatos de Waltemberg, desde o início do século XIX quando as construções ainda eram de paredes de terra crua, como o adobe ou pau-a-pique eram rebocadas com uma massa à base de tabatinga e acabamento final era a base de uma massa fina preparada com “oca” em vários tons diferentes (extrato de argila retirado nos diversos horizontes do barranco). “Tinha oca de todas as cores: mais vermelho, amarelo,

roxo, cinza..., dependia da cor que (o sujeito) queria”. Exemplares encontrados na vila deste período, no entanto, já sofreram repintura.

O uso da pedra como vedação (14,2%) também possui um caráter tradicional, sendo encontrado em exemplares desde meados do século XIX nos fechamentos dos porões, até a atualidade em paredes decorativas, com auge de execuções no início deste século, apresentando-se, igualmente, como um resgate histórico-cultural (Gráfico 11).

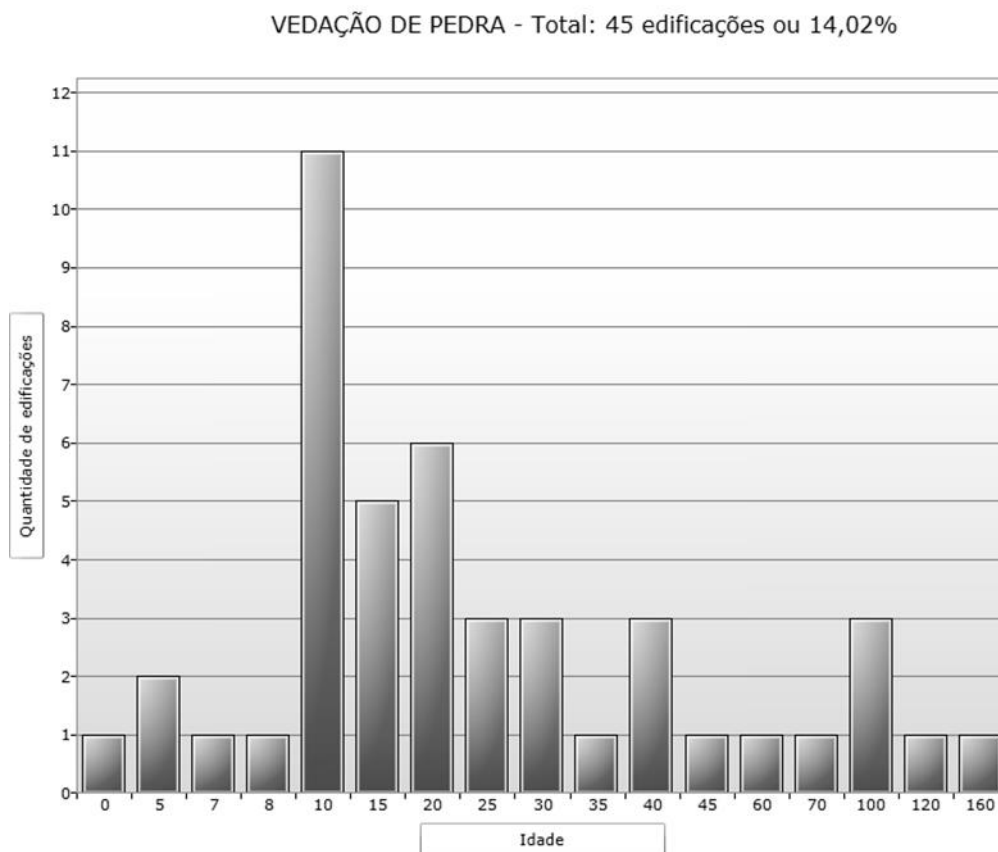


Gráfico 11: Quantidade de edificações com vedação de pedra por idade.

Remetendo-nos ao século XIX ainda, temos que os relatos das características arquitetônicas da localidade se baseiam na visita do naturalista francês August de Saint Hilaire, ocorrida no ano de 1822, o qual descreveu sobre a vida cotidiana dos mineiros na povoação. A respeito de uma moradia situada, na época, onde hoje é o Parque Estadual de Ibitipoca, narra: “A pouca distância deste lugar encontramos um casebre, grosseiramente construído de taipa, coberto de sapé, e cujas entradas são portas estreitas fechadas com couro”. (SAINT-HILAIRE apud Cunha, 2006, p.33). Logo após este momento, os relatos são de que os índices caíram para 727 pessoas habitando a localidade, distribuídas em 95 fogos (casebres).

Retornando mais ainda à paisagem de Ibitipoca, de acordo com Cunha (2006, p.27) entre os anos de 1700 e 1720 “as casas eram pobres e rusticamente construídas de pau-a-pique; os móveis eram poucos e muito simples”. A arquitetura local desta época remetia à arquitetura paulista, assim como seus costumes sociais, pois foram eles a desbravar a área de estudo. No período do Ciclo do Ouro, desde que se tem conhecimento da história da vila através do relato do padre João de Faria Fialho em 1692, habitavam na localidade 5.481 pessoas, distribuídas em 637 fogos (casebres) construídos em estrutura de madeira com fechamento em terra crua, cobertos com telhados feitos de madeira roliça e sapé. Essas construções, no entanto, tinham uma qualidade de pouca resistência e durabilidade, explicadas pelo fato do caráter efêmero e pouco estável proporcionada pela atividade mineradora, daí a explicação por não existir nenhum exemplar mais na paisagem estudada.



Figura 17: A. Vista da paisagem cultural da Vila Conceição de Ibitipoca – Casarios com telhados coloniais e fachadas multicoloridas. Data da foto: setembro de 2017; B. Casa de uso residencial, ano de construção: 2016 – Vedação de lajota rebocada, aguardando a pintura. **Fotografias:** Acervo pessoal.



Figura 18: A. Casa de uso residencial do Jucundiano Chaves, ano de construção: aprox. 1920 – 1ª Casa com estrutura e vedação em tijolos maciços à vista da vila; B. Casa de uso residencial, ano de construção: aprox. 1940 – Estrutura e vedação em tijolos maciços; C. Casa de uso residencial, ano de construção: 2015 – Vedação em tijolos maciços; D. Sobrado residencial no térreo e aluguel no 2º andar, ano de construção: 1985 – Estrutura e vedação de tijolos no térreo e vedação em lajotas rebocadas no segundo andar; E. Casa de uso residencial, ano de construção: aprox. 1920 – Estrutura e vedação em tijolos maciços rebocados e pintados; F. Pousada “Ar da Graça”, ano de construção: aprox. 1820 – Estrutura de madeira com vedação de pau-a-pique. **Fotografias:** Acervo pessoal.

2.3.4. Esquadrias:

Em relação às esquadrias, afirmamos que foi o segundo maior índice de hegemonia na paisagem, em relação à arquitetura local. Presente em 90,96% das edificações levantadas, aparece em diferentes modelos, desde os mais tradicionais até os mais elaborados, porém trabalhados no mesmo material natural. Em relação ao seu uso mais contemporâneo, encontramos elementos diferenciados no uso ornamental da madeira, como tesouras com fechamentos em vidro, ripados, madeiras roliças irregulares ou dormentes. É característico da última década o aproveitamento de esquadrias de demolição nas obras.

Através do gráfico abaixo podemos observar a presença deste elemento nas edificações de 0 a 210 anos. A tradição da utilização da madeira nas esquadrias é mantida, principalmente, nas fachadas principais, mesmo que em diferentes modelos. Contudo, nota-se na paisagem que muitas vezes as esquadrias originais são substituídas, encontrando em edificações mais antigas modelos recentes de esquadrias, com a inserção de vidros e venezianas, além de padrões de desenho, porém mantendo o elemento madeira (Gráfico 12, Figuras 19A e 19B).

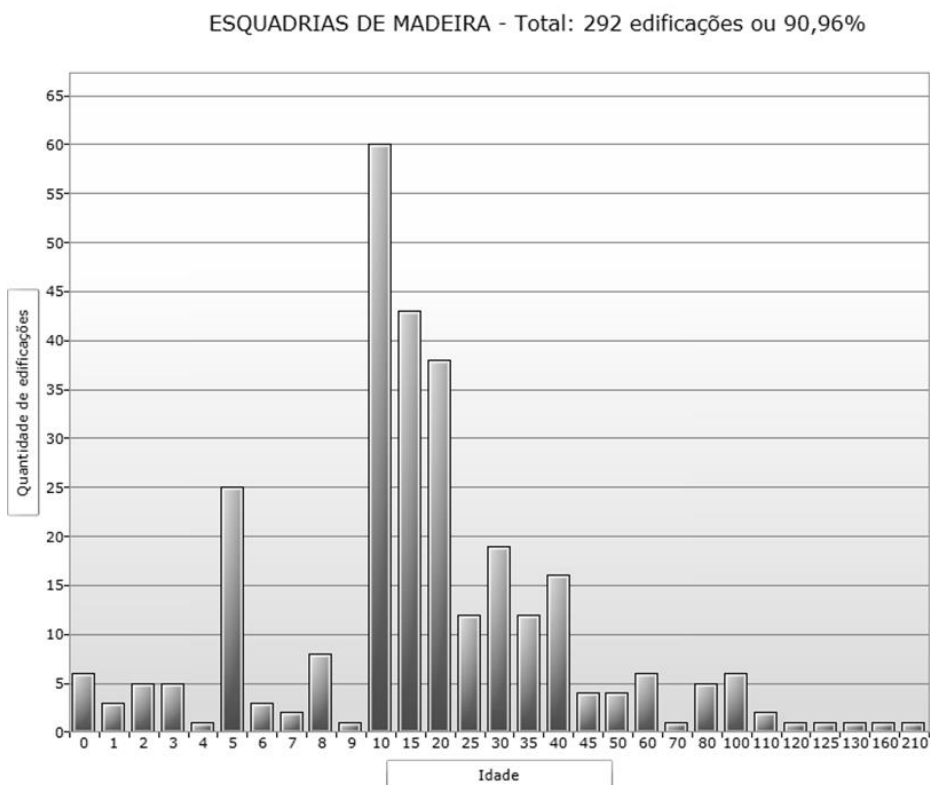


Gráfico 12: Quantidade de edificações com esquadrias de madeira por idade.



Figura 19: A. Casa de nativo, ano de construção: 1930 – Esquadrias de madeira original e preservada; B. Pousada “Alternativa”, ano de construção: 1985 – Uma das primeiras edificações com laje sobre tijolos estruturais. Exemplo de esquadrias e portões de madeira. **Fotografias:** Acervo pessoal.

Através do gráfico (em anexo), podemos notar que a utilização de esquadrias de metalon teve seu auge no período referente à intensificação demográfica quando, pela facilidade e custo do material, eram adquiridas juntamente com o cimento e a lajota. A incidência encontrada deste material foi de 15,26%. Grande parte destas esquadrias foi substituída nas fachadas frontais, permanecendo em algumas casas nas fachadas laterais de residências de nativos, principalmente basculantes dos banheiros. São representantes deste caso a grande maioria dos exemplares contabilizados no gráfico.

O uso do alumínio e vidro temperado como materiais adotados nas esquadrias, ainda possui uma quantidade insignificante, porém são elementos trazidos na última década e pecam por descaracterização da arquitetura local.

2.3.5. Coberturas:

Em relação às coberturas encontradas nas 321 edificações, temos a hegemonia quase que absoluta de telhados coloniais, totalizando 96,85% do total, sendo executados em estruturas de madeira (roliças ou aparelhadas) e telhas de barro (dentre telhas curvas ou “de coxa”, telhas estilo portuguesa, romana ou ainda a francesa, vinda de demolições de

casarões externos à localidade) e modelados segundo os estilos de meia-água, duas ou quatro águas, com as suas variações dependendo do número de volumes e pavimentos.

De acordo com a estatística da coleta de dados, a maior incidência encontrada na paisagem dentre os modelos descritos foi o telhado executado com a telha cerâmica no estilo 2 águas (42,35%) (Gráfico 13). Sabe-se que este padrão é mais econômico em relação a outros por proporcionar uma menor perda nos recortes do material, além de baratear a mão-de-obra pelo fato de ser menos trabalhoso que os modelos de 4 águas (responsáveis, nesta mesma telha, por cobrirem 28,03% das edificações da paisagem estudada). Analisando o gráfico abaixo, podemos perceber que houveram algumas reformas com a troca de telhas em edificações com mais de 45 anos e, ainda, em grande parte das edificações datadas do período de 1970 a 1990.

Em seu depoimento, Waltemberg relatou que neste período houve uma intensa dinâmica arquitetônica de construções em tijolos estruturais de olarias locais, porém com cobertura em telha de amianto, assim como esquadrias laterais em metalon, período coincidente com a intensificação demográfica, crescimento desordenado e descaracterização. A partir do início da década de 90, essas coberturas começaram a ser substituídos por telhados coloniais em duas águas, muito provavelmente devido ao formato original da alvenaria da edificação. As telhas cerâmicas em seus três modelos compõem no total 77,24% das edificações.

COBERTURA TELHA CERAMICA 2 ÁGUAS - Total: 136 edificações ou 42,36%

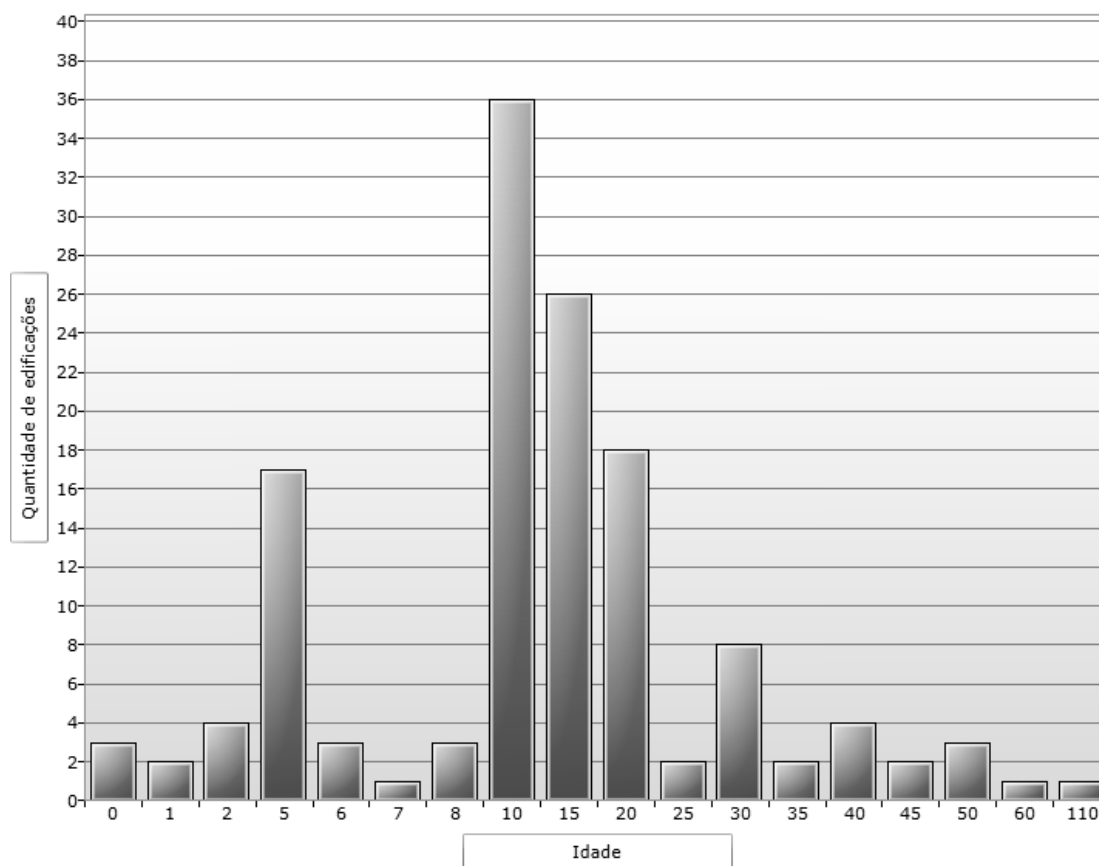


Gráfico 13: Quantidade de edificações com cobertura em telha cerâmica modelo 2 águas por idade.

Os telhados coloniais, contudo, foram responsáveis pela cobertura das edificações desde o início das construções em tijolos maciços, quando também eram produzidas telhas locais. Anterior a isto, sabe-se que se faziam telhados de madeira e sapé para cobrir as edificações feitas em pau-a-pique, como já mencionado. Acredita-se (observação da pesquisadora) que as edificações em pau-a-pique remanescentes até os dias atuais só se mantiveram por terem tido suas coberturas substituídas pelas telhas curvas ou chamadas “telhas de coxa”. Destas telhas curvas, a de maior incidência é no modelo de 4 águas, tradicional da localidade, desde a edificação mais antiga, de idade 210 anos. Das 19 construções com mais de 70 anos, 14 delas mantêm a cobertura original, sendo que duas delas possuem o modelo 2 águas. As construções mais recentes a esta idade que possuem a telha curva fizeram aproveitamento de telhas de edificações reformadas, ou principalmente demolidas, como a exemplo do “shopping” construído por Marco Pellicano em 2004. Essas telhas são responsáveis pela composição de um

total de 16,19% das edificações da paisagem de Conceição de Ibitipoca. Somada a elas, temos o total de telhas francesas correspondente a 3,42% (Gráfico 14, Figuras 20A e 20B).

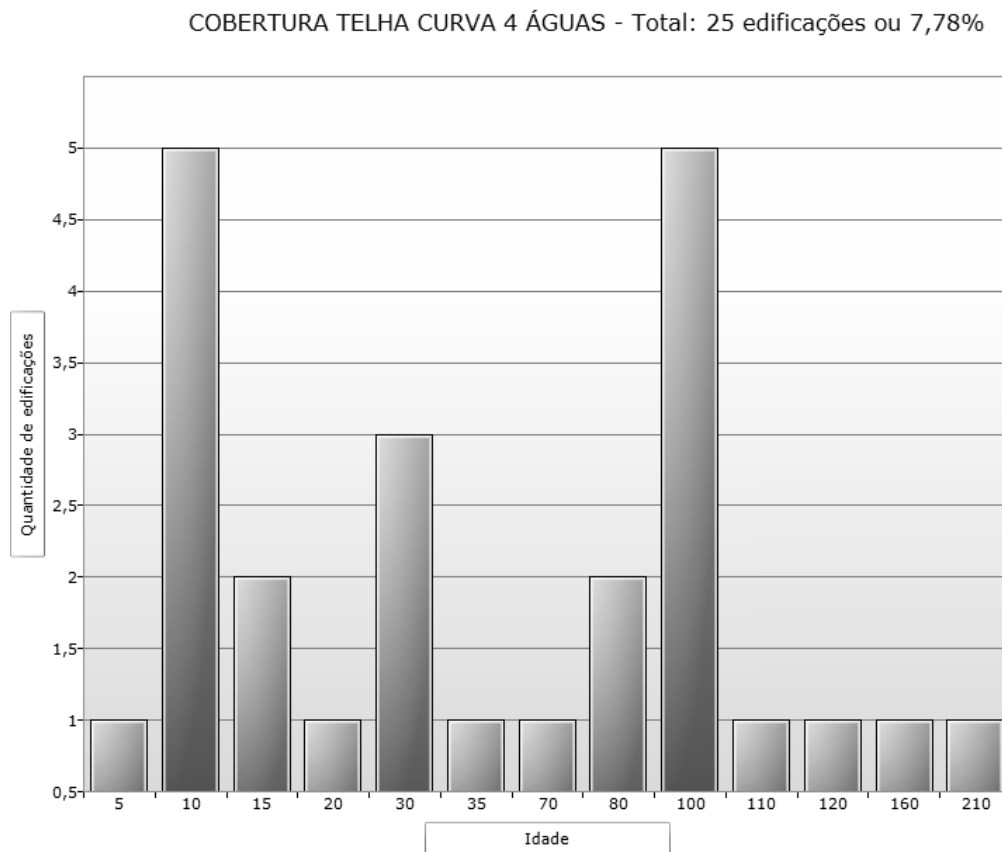


Gráfico 14: Quantidade de edificações com cobertura em telha curva modelo 4 águas por idade.

Como elemento descaracterizante da paisagem, no entanto, encontramos um total de 13,69% de coberturas em laje exposta (aguardando para ser coberta), além de remanescentes telhados nitidamente improvisados em amianto (aguardando para serem substituídos), segundo os moradores dos arredores. Foram encontradas também apenas 5 edificações executadas com a adoção de platibanda, recurso arquitetônico de deixar o telhado embutido (Figura 20C).



Figura 20: A. Coreto da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, data de construção: século XIX. – Reforma da cobertura com troca do madeiramento e substituição apenas das telhas curvas originais de baixo por telhas cerâmicas novas; B. Detalhe de um telhado em telha curva de 2 águas, data de construção: aprox. 1970; C. Edificações de uso residencial, data de construção: aprox. 1985 – Cobertura em laje exposta e platibanda, descaracterizantes na paisagem. Tentativa impedida por moradores de colocação de cobertura em telha galvanizada. Uso de cores vibrantes. **Fotografias:** Acervo pessoal.

2.3.6. Número de volumes:

Em relação ao número de volumes das edificações ao longo do tempo, ao observar os gráficos das edificações com 4 e 5 volumes (em anexo) podemos notar que estes são consequências de uma série de reformas e ampliações, características principalmente de casarões de pousadas. Juntos somam apenas 3,73%. Das edificações com 3 volumes, percebemos que a maioria delas é do início deste século e que quanto mais atuais são as edificações, mais são elaborados o jogo de telhados e volumes, dentre inclusive diferenciação de gabarito entre eles. Esta concepção surgiu principalmente com a utilização das estruturas de concreto, o que possibilitou, inclusive, pavimentos abaixo do nível da rua (a maior parte neste caso).

Neném nos conta que foi a partir de meados de 1990 que começaram a chegar os primeiros arquitetos atuantes na vila, os quais “encomendavam obras mais trabalhosas”, que criavam projetos com mais de 2 volumes ou mais. Dentre eles, os únicos lembrados por Neném foram Ricardo Santhiago, Luiz Antônio Campos (Tziu) e Leonardo de Paula.

O total de 23,36% de construções de 2 volumes tem seu histórico bem distribuído ao longo do tempo, com representantes de todo o século XX e ainda do final do século XIX, sendo que o auge deste modelo ficou por conta das obras da intensificação construtiva da virada do milênio até os dias atuais (gráfico em anexo). Contudo, a grande parte dos imóveis encontrados na área de recorte desta pesquisa (66,35%) possui 1 único volume, confirmando a tradição arquitetônica local desde a gênese da localidade (Gráfico 15, Figura 21).

EDIFICAÇÕES COM 1 ÚNICO VOLUME - Total: 213 edif. ou 66,35%

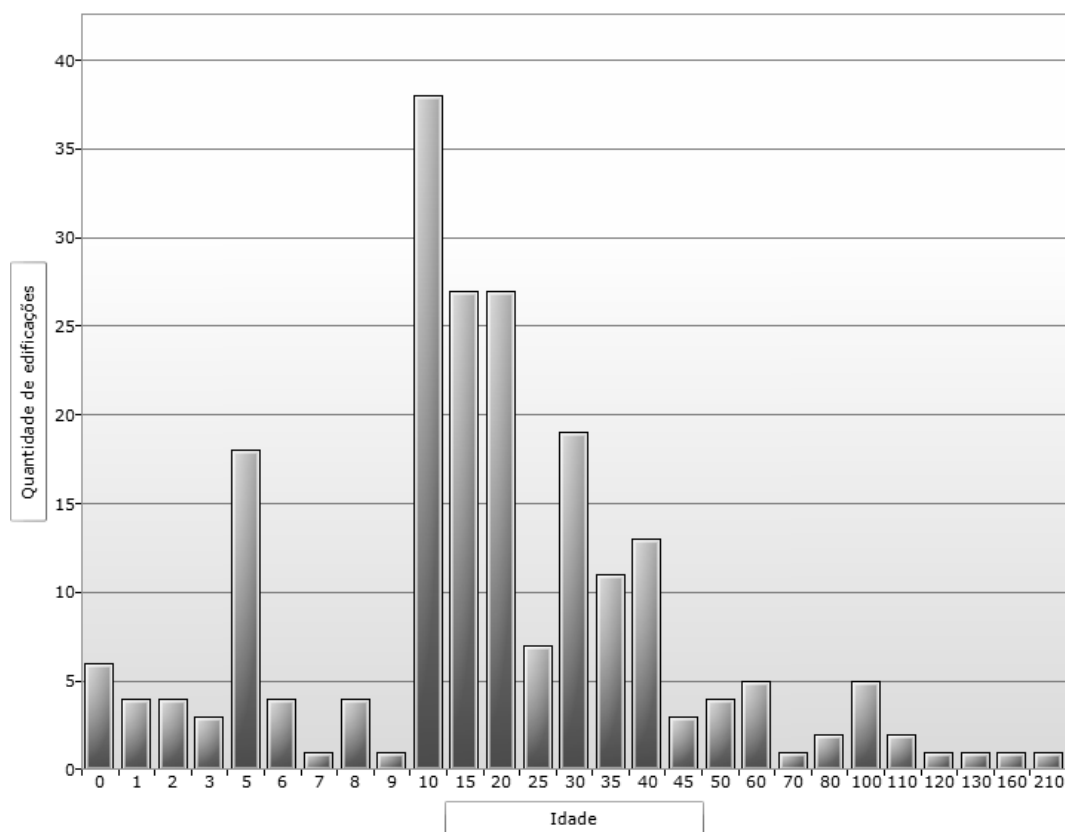


Gráfico 15: Quantidade de edificações com 1 único volume por idade.



Figura 21: Casa de uso residencial, data de construção: aprox. 1970 – Exemplo de volume único. **Fotografia:** Acervo pessoal.

2.3.7. Gabaritos:

Em relação ao número de pavimentos das edificações ao longo do tempo, ao observar os gráficos das edificações analisadas o que podemos perceber é que um dos dois únicos exemplares de quatro pavimentos, assim como a maioria quase absoluta dos exemplares de 3 pavimentos possuem um deles abaixo do nível da rua, com o objetivo de aproveitar a topografia acidentada, característica predominante em boa parte da área estudada. Este tipo de construção só aparece nas construções com idade inferior a 25 anos, por conta não da chegada na vila do cimento e da ferragem, mas sim do aprimoramento da técnica construtiva por parte da mão-de-obra local (cerca de 9,65% do total). A única exceção fica por conta de uma edificação de gabarito 4 acima do greide, a qual se destaca na paisagem como descaracterização de identidade.

As edificações de gabarito 2 representam um conjunto harmônico, o qual surgiu com a chegada do cimento e o início, ainda tímido, do aprimoramento da execução de lajes, ocorrendo a partir de meados da década de 70 (cerca de 6% do total). Até a virada deste século as lajes eram apoiadas diretamente sobre um cintamento nas paredes executadas em tijolos maciços estruturais. No geral essas casas foram rebocadas e

pintadas, no intuito de “esconder” as imperfeições das execuções estruturais, assim como as lajotas utilizadas. Foi a partir da última década que a solução de laje com estrutura e tijolos aparentes efetivamente passou a ocorrer na paisagem (Gráfico 16, Figura 22A).

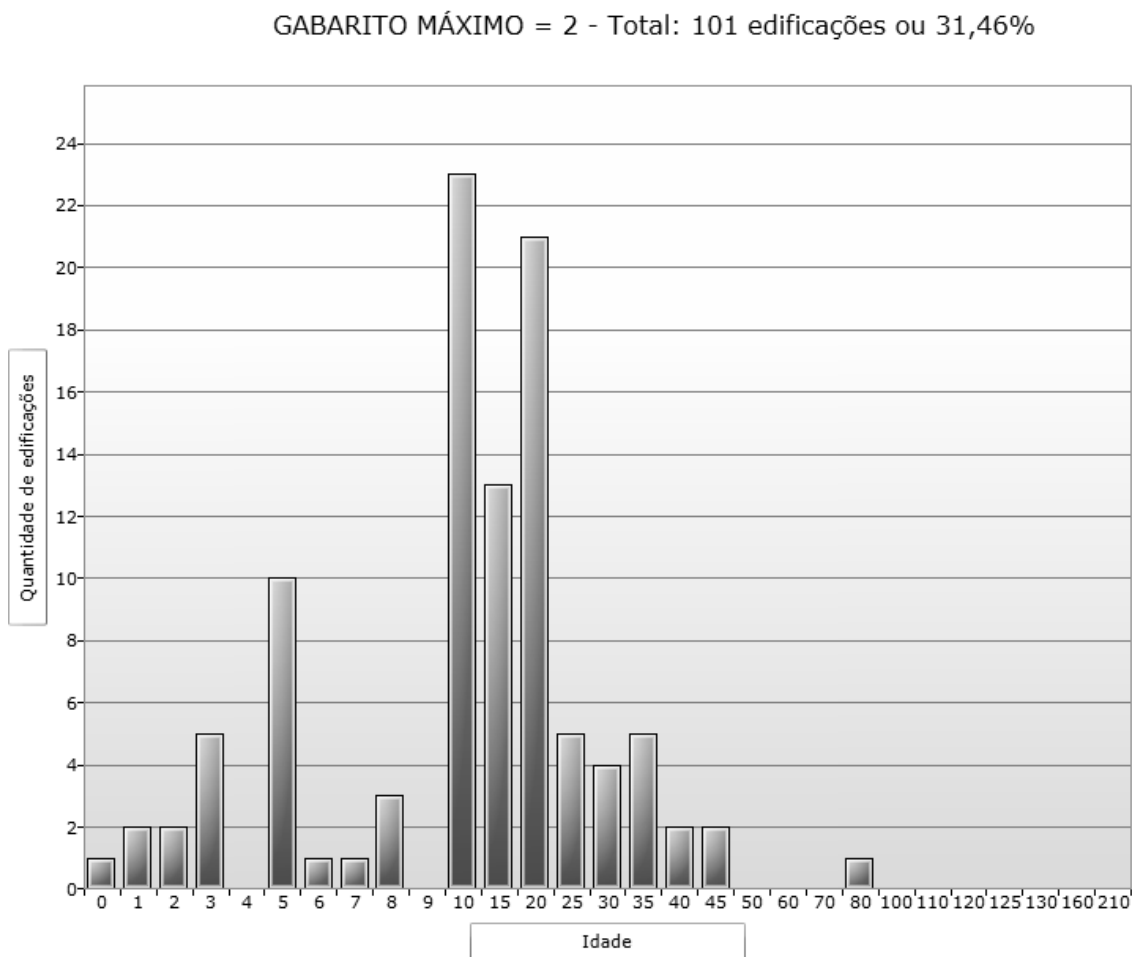


Gráfico 16: Quantidade de edificações com máximo de 2 pavimentos por idade.

Edificações de gabarito 1 conformam a maioria presente na paisagem (54,2%), sendo mais um indicativo de preservação de uma identidade tradicional na composição da arquitetura local. Este padrão, portanto, é encontrado em edificações de todas as idades, com incidência proporcional ao número de edificações na virada do século e um auge construtivo há uma década atrás, quando da retomada do padrão de edificações coloniais tradicionais, em forma de chalés e pequenas casas. Algumas poucas casas deste período foram construídas com porão (como um exemplar de 100 anos) ou mezanino, atingindo o gabarito 1,5 (Gráfico 17, Figura 22B)

GABARITO MÁXIMO = 1 - Total: 174 edificações ou 54,20%

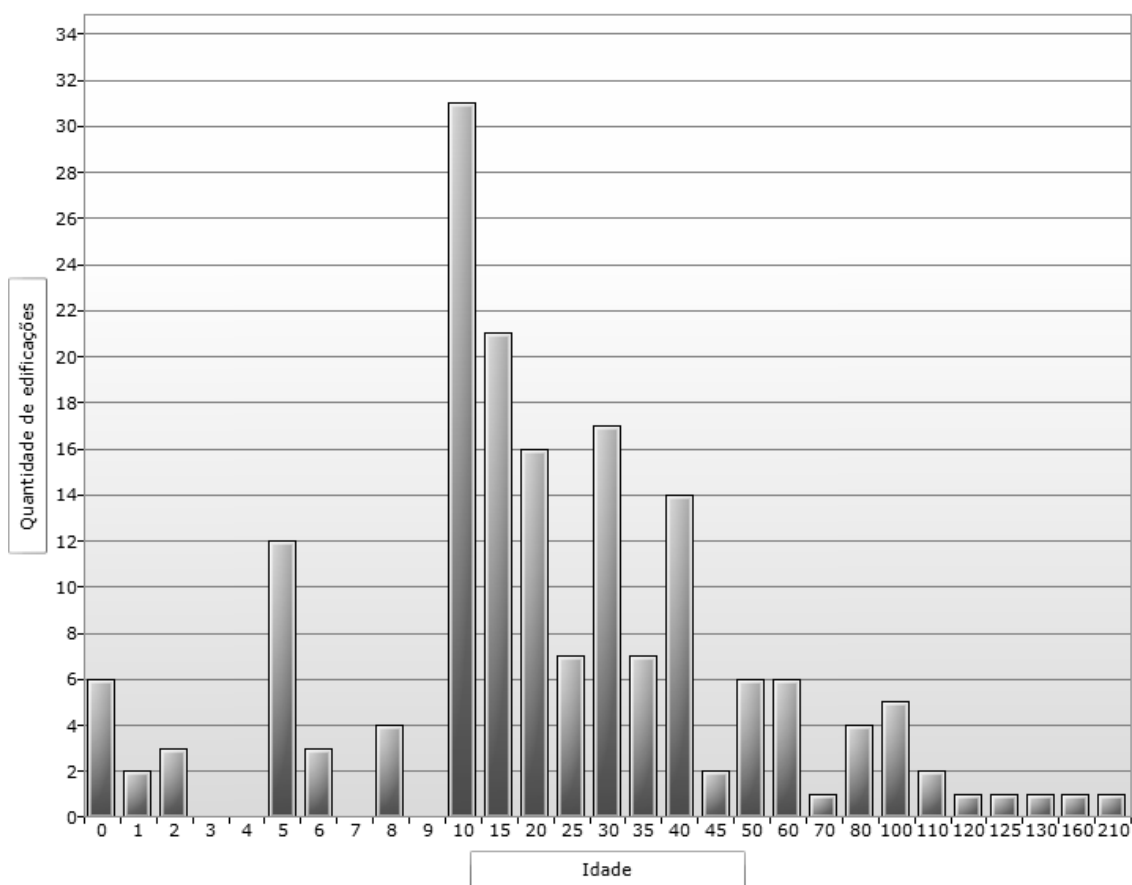


Gráfico 17: Quantidade de edificações térreas por idade.



Figura 22: A. Edificação com suítes de aluguel, data de construção: aprox. 1995 – Exemplo de gabarito 2; B. “Casa dos Paulistas”, data de construção: aprox. 1910 – Exemplo de gabarito 1.
Fotografias: Acervo pessoal.

2.3.8. Muros e contenções:

Os muros de concreto são atualmente predominantes em termos de quantidade na paisagem, na maioria absoluta dos casos como arrimo de sustentação para aproveitamento máximo das encostas dos terrenos de topografia acidentada, seja para a entrada de veículos, seja para criar acessos para os quintais, onde ocorrerão obras de chalés para aluguel, muito comum na vila de Ibitipoca. Somando os muros que estão expostos aos revestidos de pedra, além dos executados com bloco de cimento, chegam a representar 43,22% do total. No entanto, temos que este recurso se apresentou como solução recente na maior parte das casas, sendo que as datações do nosso levantamento não correspondem exatamente à construção das casas adjacentes. Mesmo assim, percebemos o seu auge do início do século até os dias atuais.

Podemos também observar que os muros de concreto costumam ficar disfarçados visualmente através dos jardins e paisagismo, nunca recebem pintura e, quando muito expostos, recebem um revestimento de pedras locais, rusticamente assentadas, na tentativa da preservação da identidade arquitetônica local (Gráfico 18).

MUROS DE CONCRETO - Total: 70 edificações ou 20,80%

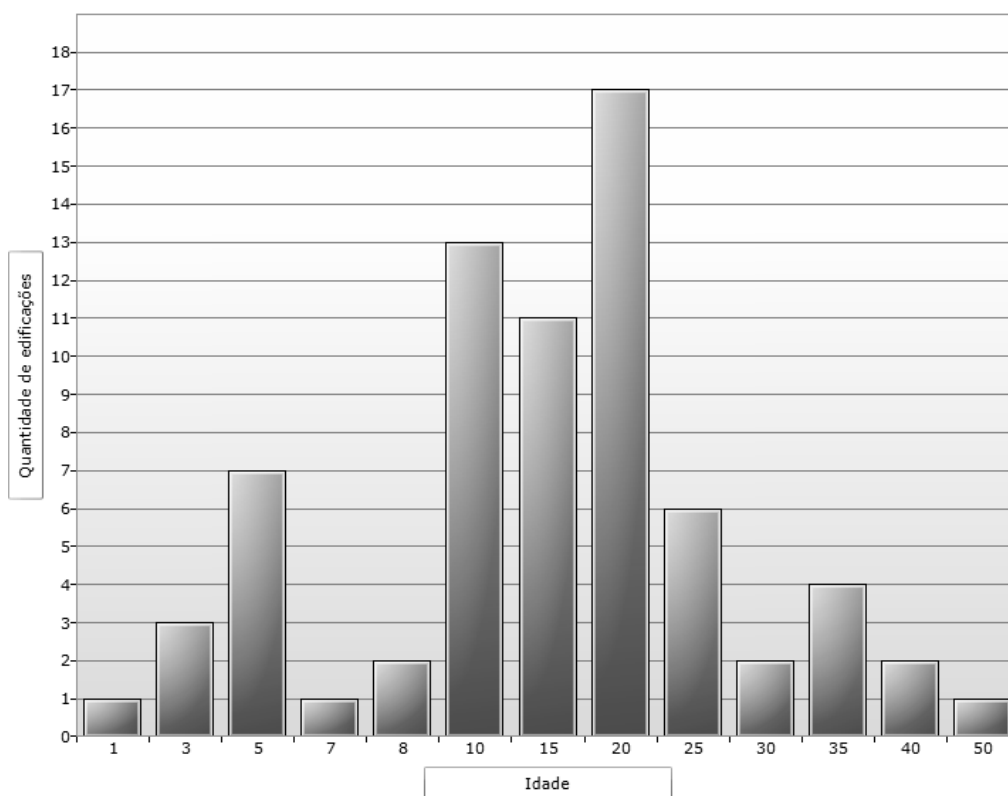


Gráfico 18: Quantidade de edificações com muros de concreto por idade.

Já os muros de pedra, na maioria dos casos “pedra seca”, ou seja, sem o uso de argamassa para o assentamento, apesar de conformarem um percentual menor na paisagem, apresentam-se como destaque visual e de soluções topográficas em todo o decorrer da história da vila. Os 14,33% de exemplares do total foram construídos com pedras locais, sendo que, segundo depoimento de Neném, assim como para fundações de edificações, na grande maioria das vezes vindas de Moreiras, de onde até os dias atuais extrai-se o material.

Exemplares de muros delimitadores de terrenos são muito pouco encontrados, conformando no máximo 5% do total e executados em tijolos à vista, lajota ou blocos de cimento, além de um percentual de 3,42% de divisórias em madeira roliça ou cerca de bambu. 40, 50% das edificações encontradas não possuem muro algum, sendo que a grande parte delimita seus terrenos com cerca-vivas e jardins (Gráfico 19, Figura 23).

MUROS DE PEDRA - Total: 46 edificações ou 14,33%

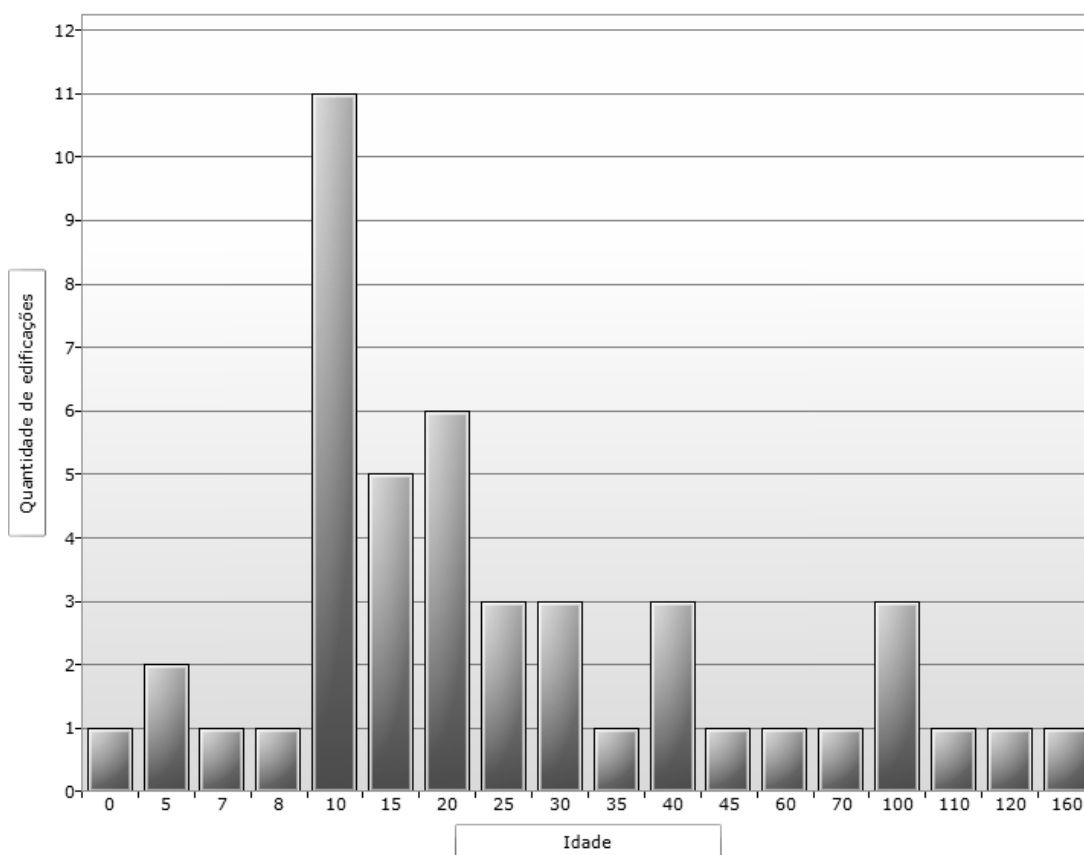


Gráfico 19: Quantidade de edificações com muros de pedra por idade.



Figura 23: Casa do Antônio Chiquinha, data de construção: aprox. 1935 – Fundação e muro em pedra seca. **Fotografia:** Acervo pessoal.

2.4. RECOMPOSIÇÃO TRANSVERSAL DA ARQUITETURA LOCAL

Neste último e conclusivo estágio de leitura da dinâmica da arquitetura local, o da Recomposição Transversal, foi feita uma organização sistemática de todo levantamento histórico, qualitativo e quantitativo da arquitetura local, com os marcos temporais e pontos de inflexão definidos. Os dados foram organizados e hierarquizados cronologicamente e, através de uma linha do tempo (Anexo I), definiu-se os grupos semelhantes e determinantes de cada composição, dentro de intervalos históricos naturalmente determinados, demonstrando os seus elementos-chave característicos predominantes. Para determinação dos parâmetros, foi levado em consideração todo o levantamento estatístico compilado, juntamente com os depoimentos dos personagens escolhidos, uma vez que muitas reformas e alterações foram feitas nas edificações e precisaram ser esclarecidas (Tabela 1).

Tabela 1: Elementos arquitetônicos por período.

PERÍODO	FUNDAÇÃO	ESTRUTURA	VEDAÇÃO	ESQUADRIA	COBERTURA	MURROS	VOLÚMEN	GABARITO
SÉC. XVIII	Pedra	Madeira	Terra	Couro e Madeira	Sapé	Pedra	1	1
SÉC. XIX	Pedra	Madeira	Terra	Madeira	Sapé	Pedra	1	1
1ª OLARIA LOCAL								
1ª METAD E SÉC. XX	Pedra	Tijolo maciço	Tijolo rebocado	Madeira	Telha curva	Pedra	1	1
CHEGADA DO CIMENTO E DA LAJOTA								
DÉCAD A 1980	Pedra	Tijolo maciço e lajota	Tij e lajota rebocados	Madeira	Amiant	Pedra	1	1
CONSTRUÇÃO DA JANELA DO CÉU E DA REPOUSADA								
DÉCAD A 1990	Concreto	Concreto e tijolo estrutural	Lajota rebocada	Madeira	Telha cerâm 2 e 4 águas	Concreto	1	2
1ª LOJA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO								
DÉCAD A 2000	Concreto	Concreto e tijolo estrutural	Tijolo à vista	Madeira	Telha cerâm 2 águas	Concreto	1	1
DÉCAD A 2010	Concreto	Concreto e tijolo estrutural	Lajota rebocada	Madeira	Telha cerâm 2 águas	Concreto	1	1

Contemplando o primeiro objetivo específico desta pesquisa de identificar os elementos compositivos presentes nas edificações, determinantes da Paisagem Cultural, através de sua história e identidade, traçando uma linha do tempo de evolução do uso dos materiais e das técnicas construtivas preservadas, apropriadas ou reproduzidas, podemos concluir que:

- ❖ Do ponto de vista de cada um dos componentes de materiais e/ou técnicas construtivas:
 - Em relação às fundações, as de pedra permaneceram na preferência de construção por toda a década de 1980, mesmo após a chegada do cimento e, só foram se efetivar como predominantes após a década de 1990;
 - Em relação às estruturas, eram de madeira antes da criação da primeira olaria e a partir daí o tijolo estrutural se manteve durante todo o século XX, sendo que, com a chegada do cimento, a estrutura de concreto teve igual preferência, da década de 1990 até os dias atuais;

- Em relação às vedações, eram de terra crua antes da criação da primeira olaria e a partir daí o tijolo estrutural rebocado se manteve até o início da década de 1990. Com a chegada da lajota, esta entra de forma rebocada até o ano 2000. A primeira década do milênio teve preferência significativa pelo tijolinho à vista e, a partir de 2010 cedeu lugar novamente à lajota rebocada;
 - Em relação às esquadrias, as de madeira permaneceram com a preferência desde o século XVIII até os dias atuais, sendo que, na década de 1980, cedeu lugar às esquadrias de metalon, as quais foram sendo substituídas ao longo das duas décadas seguintes por esquadrias de madeira;
 - Em relação às coberturas, as edificações eram de sapé durante todos os séculos XVIII e XIX e a partir do século XX passaram a receber as telhas curvas de fabricação local. Durante a década de 1980 as edificações receberam telhas de amianto, muitas delas já sobre a laje de concreto. A partir de 1990 a maior parte destas edificações foram tendo suas telhas substituídas por coberturas de telha cerâmica nos modelos de 2 e 4 águas em igual proporção, assim como as novas obras. A partir de 2000 os telhados cerâmicos no modelo 2 águas tiveram preferência;
 - Em relação aos muros e contenções, estes foram executados em pedras locais do século XVIII até o final de 1980. A partir daí os muros de concreto predominaram nas obras;
 - Em relação à volumetria, edificações de um único volume mantiveram a tradição durante toda a história da vila;
 - Em relação ao gabarito, edificações de um único pavimento mantiveram a tradição durante toda a história da vila, com exceção da década de 1990, a qual predominaram obras de 2 pavimentos.
- ❖ Do ponto de vista cronológico da predominância do conjunto:
- No século XVIII, nos baseando no depoimento do pesquisador francês August de Saint Hilaire (SAINT-HILAIRE apud Cunha, 2006, p.33), as edificações eram de apenas um volume e um pavimento e eram extremamente simples, executadas com materiais naturais locais, sendo as fundações de pedra, estruturas de madeira, vedações de adobe ou pau-a-pique, coberturas de madeira roliça e sapé, guarnições de madeira com fechamento em couro e muros de contenções também de pedra;

- No século XIX, nos baseando apenas nas casas existentes na vila deste período, por não ter encontrado bibliografia específica, as edificações eram de apenas um volume e um pavimento e extremamente simples, executadas com materiais naturais locais, sendo as fundações de pedra, estruturas de madeira, vedações de adobe ou pau-a-pique rebocadas com oca de cores sortidas, coberturas de madeira roliça e sapé, esquadrias de madeira e muros de contenções também de pedra;
- Na primeira metade do século XX, as edificações de apenas um volume e um pavimento eram executadas com materiais locais, sendo as fundações de pedra, estruturas de tijolos maciços assentados com tabatinga, vedações rebocadas com oca de cor clara, coberturas de madeira roliça e telhas curvas e muros de contenções também de pedra;
- Na década de 1980, as edificações de apenas um volume e um pavimento eram executadas com parte dos materiais locais e parte dos materiais vindos de fora, sendo as fundações de pedra, estruturas de tijolos maciços ou lajotas, vedações rebocadas com pintura de cor branca, coberturas de madeira roliça e telhas de amianto e muros de contenções também de pedra;
- Na década de 1990, as edificações de apenas um volume e dois pavimentos eram executadas com parte dos materiais locais e parte dos materiais vindos de fora, sendo as fundações de concreto, estruturas de tijolos maciços ou de concreto com vedações de lajotas, sempre rebocadas e com pintura de cores neutras, coberturas de madeira aparelhada e telhas cerâmicas de 2 e 4 águas e muros de contenções também de concreto;
- Na década de 2000, as edificações de apenas um volume e um pavimento eram executadas com materiais vindos de fora, sendo as fundações de concreto, estruturas de tijolos maciços ou de concreto com vedações de tijolos à vista, coberturas de madeira aparelhada e telhas cerâmicas de 2 águas e muros de contenções também de concreto;
- Na década de 2010, as edificações de apenas um volume e um pavimento eram e ainda são executadas com materiais vindos de fora, sendo as fundações de concreto, estruturas de tijolos maciços ou de concreto com vedações de tijolos ou lajotas, ambas rebocadas e pintadas com cores vibrantes e sortidas, coberturas de madeira aparelhada e telhas cerâmicas de 2 águas e muros de contenções também de concreto.

CAPÍTULO 3: A COMPOSIÇÃO SOCIAL

3.1. A DINÂMICA DOS AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO

A partir da proposta do trabalho de campo e informações coletadas da arquitetura local da Vila Conceição de Ibitipoca no capítulo anterior, nos voltamos novamente aos conceitos de Berque (2004) que afirma que

[...] a paisagem é plurimodal (passiva-ativa-potencial, etc.) como é plurimodal o sujeito para qual a paisagem existe; e a paisagem e o sujeito são co-integrados em um conjunto unitário, que se autoproduz e se auto-reproduz (e, portanto, se transforma, porque há sempre interferências com o exterior) pelo jogo, jamais de soma zero, desses diversos modos”. (BERQUE, 2004, p. 86).

Esse sujeito, para Berque (2004), é um *sujeito coletivo*, ou seja, a *comunidade* a qual iremos trabalhar nesse capítulo, “dotada de uma história e de um meio”. (BERQUE, 2004, p. 87). Para o autor, ainda, há de lembrarmos que a paisagem deve ser “julgada e eventualmente reproduzida de acordo com uma estética e uma moral e gerada por uma política”. (BERQUE, 2004, p. 86). Sendo assim, para que possamos fazer uma leitura da paisagem da vila sob o ponto de vista socioeconômico, necessitamos compreender como se dá dinâmica das interações sociais, assim como da lógica capitalista dos acontecimentos, as quais são responsáveis diretas pela forma como a produção ou reprodução do espaço físico através de suas edificações evoluiu e se transformou ao longo do tempo na composição do ambiente construído.

Tomando-se como ponto inicial que a realidade urbana de Conceição de Ibitipoca tem se mostrado cada vez mais complexa, necessitaremos de fazer uma abordagem teórica que nos auxilie, antes de qualquer outra coisa, na identificação dos atores e/ou agentes responsáveis pela produção socioespacial. Compreender a paisagem dentro desta dinâmica do sujeito coletivo, de acordo com esta leitura em que nos propomos, significa estar atento para os modos de organização, de articulação, de resistência e de sobrevivência que os diversos atores que ocupam a vila trabalham no seu cotidiano.

Na intenção de compreendermos essas questões em relação ao nosso objeto de estudo e, a partir daí, darmos um sentido a ele como um produto “usado”, Henri Lefebvre traz grandes contribuições de como acontecem as relações sociais do processo

da re-produção, através do qual o sistema capitalista continua e continuará influente e dominador. (LEFÉBVRE, 1973). Analisando a evolução histórica das interações sócio-espaciais, sabemos que as transformações humanas do espaço físico se processavam no compasso da força muscular, levando séculos em seus ciclos de construção e domínio do ambiente. Porém, com a apuração das técnicas, passamos a selecionar um sistema de objetos e a coordenar um sistema de ações que fizeram das transformações uma constante.

No caso específico do nosso objeto de estudo, os fatores socioculturais influenciáveis pelo turismo geralmente são os mais difíceis de se quantificar e medir, sendo “altamente qualitativos e subjetivos por natureza” (COOPER apud BEDIM, 2008). Uma das maiores dificuldades na identificação das transformações decorrentes e dos impactos causados pela atividade turística se deve ao fato de eles demorarem certo tempo para emergir. Além do mais, o impacto do turismo em uma comunidade se relaciona ao volume de turistas que a visitam e à dispersão sazonal dos mesmos. Em Ibitipoca, a sazonalidade da demanda turística é um fator bastante influente, uma vez que os picos de visitação se concentram nos feriados prolongados como Carnaval, Semana Santa e Réveillon. Contudo, a análise do fenômeno turístico na área estudada não deve considerar apenas o turista enquanto fator influente no processo, mesmo porque a estada do mesmo no arraial se dá por pouco tempo. Não obstante, observa-se que a partir do primeiro “boom” do turismo na serra, não foi somente o número de visitantes que aumentou. Juntamente com os turistas, a região passou a atrair pessoas que fixaram residência no lugar. A esses novos ibitipoquenses atribuiu-se o nome de “forasteiros”, os quais foram inseridos no sistema social local.

Assim, para o entendimento das estratégias e ações sócio-espaciais, faremos uma investigação dos construtores dos espaços da vila, baseando-nos inicialmente nas concepções de Roberto Lobato Corrêa que bem explica que o espaço urbano, fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, é um conjunto de símbolos e campos de luta, os quais só podem existir a partir dos agentes que fazem e refazem a cidade. (CORRÊA, 1995, p.16). O autor então define os seguintes produtores espaciais: 1 – os proprietários dos meios de produção; 2 – os proprietários fundiários; 3 – os promotores imobiliários; 4 – o Estado; - 5 os grupos sociais excluídos.

A partir de um período vivenciando a localidade, estando na participação de seu cotidiano e desenvolvendo uma série de atividades que demandam um grau mínimo de convívio com seus atores nas ruas, no parque e em seus estabelecimentos residenciais e comerciais, além da observação direta da dinâmica cultura local x turismo, onde este último corresponde à principal atividade econômica, pudemos constatar que na atualidade existem os produtores espaciais correspondentes aos identificados por Corrêa (1995), os quais compõem os seguintes atores:

1. Os proprietários dos meios de produção são os donos de pousadas e hotéis, além de restaurantes, bares, agências de turismo e lojas de decoração, artesanato, roupas e acessórios. Estes podem ser “nativos” ou “forasteiros”;
2. Os proprietários fundiários correspondem aos donos de suas próprias moradias, podendo ser “nativos” ou “forasteiros”, ou especuladores “de fora” que constroem casas para aluguel e/ou veraneio. Correspondem também aos donos de terras que são comercializadas para construção de edificações com fins à hospedagem, seja em forma de hotéis ou pousadas, como também chalés e/ou quartos para aluguel. A Igreja também se constitui em mais uma proprietária fundiária e doa terras, conforme alguns critérios, para “nativos” ou as vende para “forasteiros”;
3. Os promotores imobiliários, prestadores de serviço que viabilizam a compra e venda de terrenos e imóveis, na maioria das vezes são os próprios proprietários fundiários. Neste grupo também se incluem os turistas, os quais trazem o capital responsável por movimentar o setor;
4. O Estado neste caso age através do Plano Diretor e do Código de Posturas imposto pela Prefeitura de Lima Duarte, assim como o IEF através da legislação ambiental;
5. Os grupos sociais excluídos são alguns poucos “nativos” que de alguma forma se mantêm independentes economicamente da atividade turística, em sua maioria idosos. Não se incluem aqui os atores rurais, devido ao nosso recorte espacial.

3.2. AS HORIZONTALIDADES COTIDIANAS DO PONTO DE VISTA SOCIOECONÔMICO

Ao se analisar a horizontalidade cotidiana da dinâmica socioeconômica da Vila Conceição de Ibitipoca, notamos que as tradições rurais ainda permanecem na memória daqueles que a viveram, porém deparamo-nos hoje com a reestruturação da esfera produtiva, vinculada a inúmeros aspectos de caráter político, cultural e social, incluindo a chegada de novos atores sociais na comunidade estudada, potencializada pelo capital turístico.

A realidade das relações do espaço da vila na atualidade se apresenta de fácil definição, por predominar uma mesma dinâmica de movimentos antagônicos: nos dias de semana impera-se uma rotina suave – onde permanecem na vila apenas os habitantes locais, que descansam, descem a serra para fazer compras de reabastecimento de mercadorias, cuidam individualmente da manutenção de suas casas, jardins e seus estabelecimentos comerciais, além dos que trabalham na construção civil - e nos finais de semana intensifica o movimento social – quando chega a população flutuante na busca de lazer e os que vem de fora para atendê-los, somando-se à população local que irá trabalhar duro na atividade turística, seja na hotelaria, nos bares e restaurantes, no comércio, nos eventos culturais e no atendimento ao turismo rural.

Nota-se um estrato intermediário emergente, composto por alguns “nativos” empreendedores que “melhoraram de vida” com a chegada do turismo, os quais alcançaram algum sucesso com seu próprio negócio, seja uma pequena pousada, restaurante, bar, camping ou comércio. Paralelamente, a dinâmica socioeconômica do turismo provoca uma constante elevação do custo de vida – os produtos comercializados no local ficam cada vez mais caros, fazendo com que Ibitipoca reconfigure suas formas de produção e caminhe atualmente para o desenvolvimento de uma “monocultura turística”, não nos esquecendo de uma constante preocupação relacionada ao caráter sazonal dessa atividade.

O maior atrativo deste fluxo turístico, o Parque Estadual de Ibitipoca, uma das Unidades de Conservação Estaduais mais visitadas do Brasil, recebeu em 2012 cerca de 55 mil visitantes que, além de desfrutarem da beleza cênica, praticam atividades como banhos, cavernismos, observação da fauna e da flora, trekking, turismo fotográfico, dentre outros. Segundo o Instituto Estadual de Florestas (IEF), órgão que gerencia o

Parque Estadual do Ibitipoca como Unidade de Conservação, este foi classificado como o 3º melhor parque da América Latina pelo Traveller's Choices 2013 do site de viagens TripAdvisor, considerado o maior site de viagens do mundo. No Brasil, o Ibitipoca foi considerado o 2º melhor parque para visitação e em 93% das avaliações e opiniões deixadas no site a Unidade de Conservação, foi considerado como excelente (IEF, 2016) (Figuras 24A e 24B).

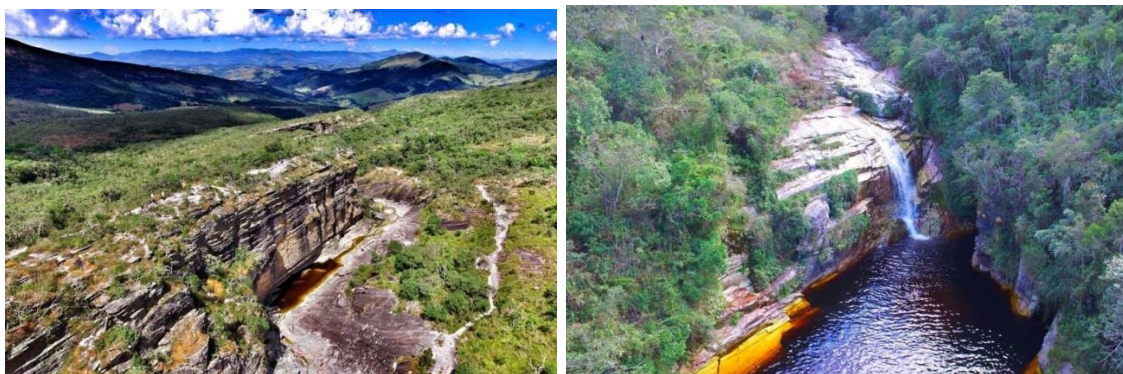


Figura 24: Fotos aéreas da área do Parque Estadual de Ibitipoca - MG. **Fotografia:** Arthur Henrique Imagens Aéreas.

Embora tal dinâmica social gradativamente se desvincule das atividades agrícolas, a família continua a desempenhar importante função socioeconômica. Observa-se, em alguns casos, que o recrutamento da força de trabalho para o turismo se dá a partir das antigas relações de parentesco e que, ainda, a “pluriatividade” do trabalho pode ser entendida, muitas vezes, como estratégia de permanência dessas famílias na terra. No mais, os “nativos” que possuem negócio próprio geralmente empregam mão-de-obra familiar. A renda é provida assim através dos turistas que trazem consigo na bagagem o capital oriundo dos grandes centros urbanos, o qual provoca seu efeito multiplicador na economia local. Dessa forma, o tempo de trabalho da população autóctone passa a ser ditado por fatores externos, criando uma relação de maior dependência para com a economia urbana – uma vez que os turistas provenientes das cidades precisam visitar e consumir o espaço rural.

A partir daí, torna-se visível a inter-relação existente entre a temporalidade dos moradores locais e a dos turistas, como se estes reproduzissem uma temporalidade acelerada, o que influenciaria diretamente no cotidiano da comunidade, a qual se vê obrigada a adotar padrões de consumo dependentes do mercado externo à vila, consumindo mais produtos vindos de centros urbanos que polarizam seus fluxos. Este consumo, portanto, se reflete nos novos artefatos adquiridos da construção civil.

Compondo o contingente, inúmeros “forasteiros” habitam hoje a vila, fugidos da agitação das grandes cidades e atraídos, tanto inicialmente pela peculiaridade paisagística e cultural da localidade, quanto pelo posterior vislumbre à oportunidade promissora de sobrevivência com a atividade turística. Estes atores facilmente constroem suas habitações e articulam seus negócios próprios, seja a nível de serviços prestados na esfera comercial, seja na construção de imóveis para locação/ hospedagem, no embate a uma concorrência com os “nativos” emergentes.

O capital especulativo imobiliário também pode vir de fora a partir de atores que investem em terrenos e conseqüentemente em casas de veraneio ou para locações esporádicas, compondo a população flutuante da localidade. A estes, somam-se os turistas propriamente ditos, os quais são atores hóspedes de todo o mercado imobiliário instalado para atendê-los, sendo os responsáveis principais da grande movimentação socioeconômica na atualidade.

Por consequência, a reestruturação da esfera produtiva com o advento do turismo também tangencia implicações demográficas: os números seguintes ilustram o “inchaço” que ocorreu no arraial. Em 1991, a população do Distrito de Conceição de Ibitipoca era de apenas 1036 habitantes, com 293 considerados urbanos (JOÃO PINHEIRO, 2000). Em dezembro de 2004, dados censitários da AMAI contabilizam 1262 habitantes no distrito, dos quais 614 residiam no arraial (área urbana). Atualmente, a comunidade urbana é composta por aproximadamente 3.200 habitantes. Ou seja, houve um acréscimo de 210% da população da vila. Em 1988 havia 130 casas no arraial (CUNHA, 2006). De acordo com levantamentos de Bedim através da AMAI em dezembro de 2004 este número subiu para 385 em todo o arraial. Já na atualidade, através de nossa pesquisa a campo foi possível contabilizar 321 edificações dentro do nosso recorte proposto, correspondente a uma área bem menor que a área de todo o arraial. Em contrapartida, a população da área rural decresceu aproximadamente 13% nos últimos vinte e três anos. Com o turismo, acelerou-se o crescimento e a concentração populacional na sede do distrito, ao passo que a área rural se tornou menos habitada.

Em relação à distribuição geográfica dos atores na área espacial do nosso recorte da pesquisa, nos aportaremos ao material coletado no capítulo anterior, para o qual foi feito inicialmente um estudo de setorização de acordo com as características arquitetônicas e

sociais observadas a campo. A setorização proposta foi dividida nos setores Histórico, Comercial, Veraneio e Nativos e se conformou espacialmente de acordo com imagem seguinte (Figura 25):

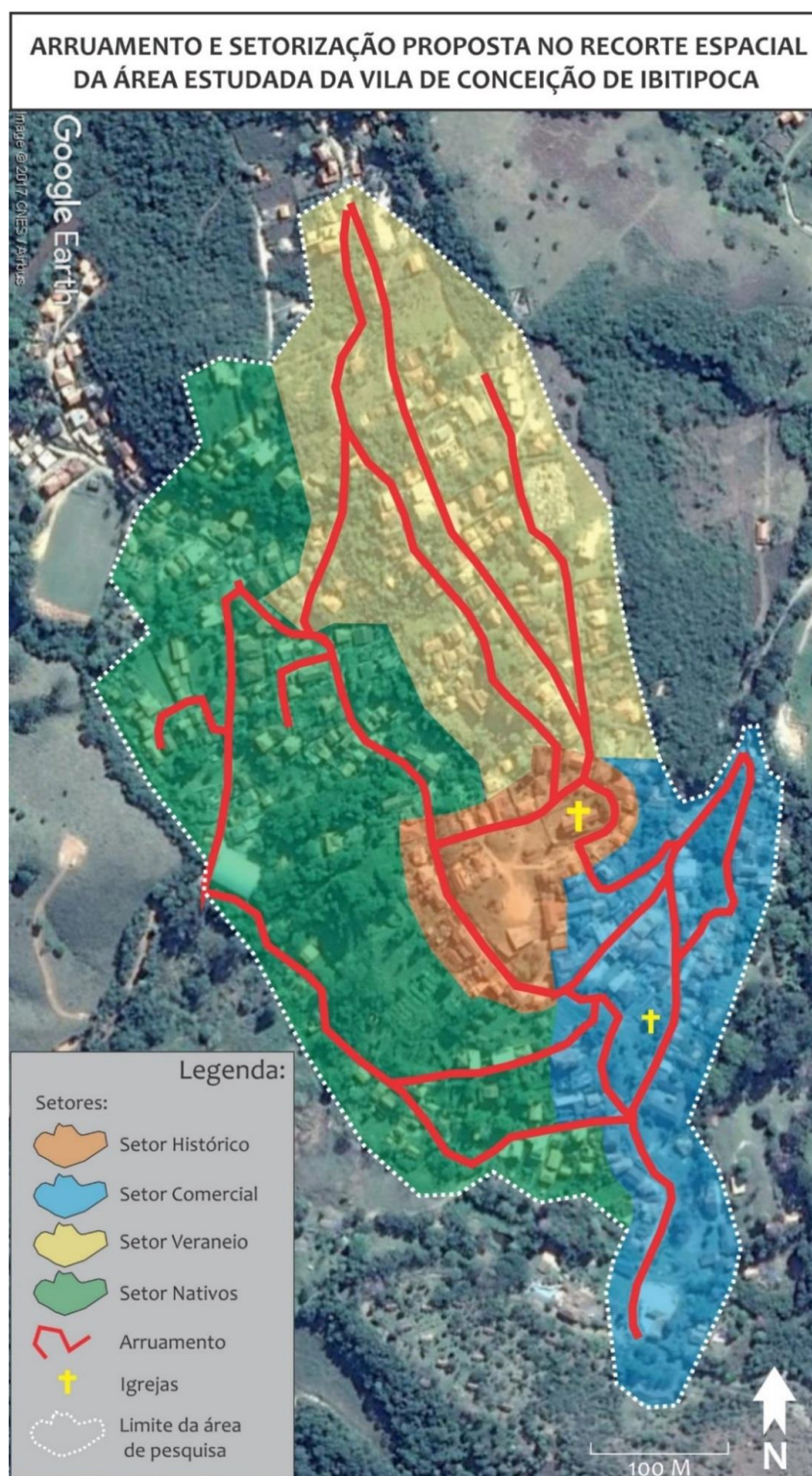


Figura 25: Cartograma da setorização proposta para análise socioeconômica da Vila Conceição de Ibitipoca, MG. Desenho: GONZAGA, F.G. **Fonte:** Modificado do *Google Earth*.

Utilizando o software Epi Info 7 para análise socioeconômica deste capítulo, inicialmente foi possível fazer uma contabilidade do número de edificações por setor. Assim temos que a distribuição populacional, proporcionalmente, se concentra majoritariamente no setor denominado “Nativos” com 35,82% das edificações, em segundo lugar o setor “Veraneio” com 29,90%, em terceiro lugar o setor “Comercial” com 19,31% e por último o “Histórico”, menor setor com apenas 14,95% das edificações totais (Gráfico 20).

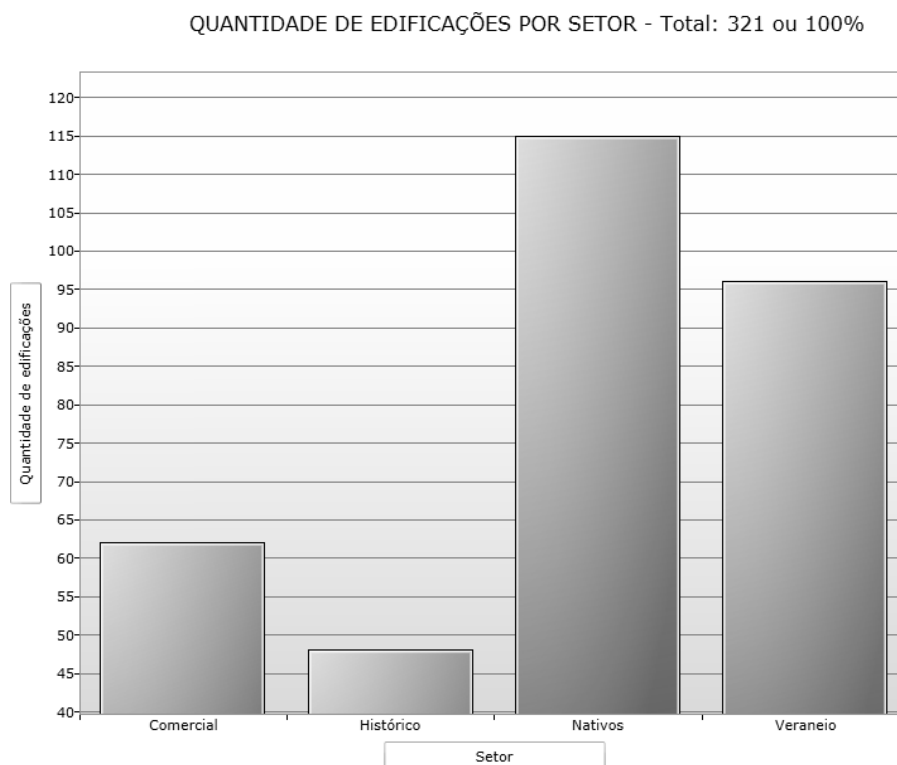


Gráfico 20: Quantidade de edificações por setor.

A partir desta distribuição, foi feito o cruzamento dos dados do levantamento do *uso* de cada uma das edificações com o setor correspondente à sua localização, na intenção de se fechar a coerência da setorização proposta. Analisando os gráficos seguintes chegamos às seguintes conclusões:

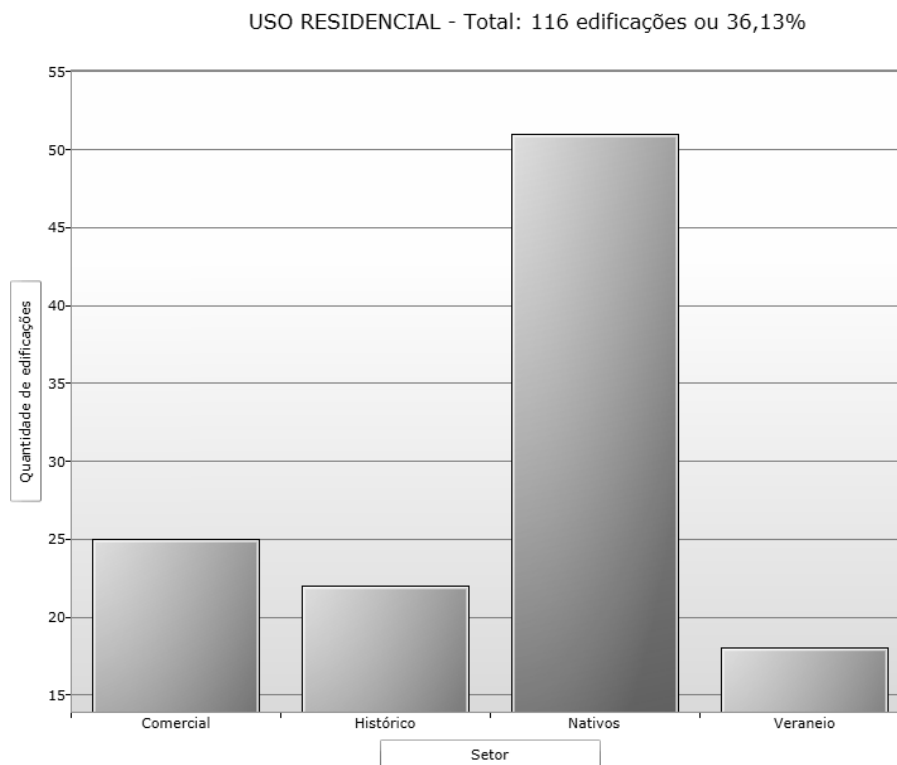


Gráfico 21: Quantidade de edificações com uso residencial por setor.

Praticamente 44% das edificações com uso residencial na vila localizam-se no setor “Nativos”, onde estão inclusos os proprietários fundiários, correspondentes aos donos de suas próprias moradias, podendo ser “nativos” ou “forasteiros”; os proprietários dos meios de produção, os quais são donos de restaurantes, bares e lojas de decoração, artesanato, roupas e acessórios; e os grupos sociais excluídos, nativos que de alguma forma se mantêm independentes economicamente da atividade turística, em sua maioria idosos.

Os 7,78% das edificações residenciais do setor “Comercial” correspondem na maioria das vezes aos proprietários de estabelecimentos comerciais que moram na mesma edificação ou nativos antigos da vila (idosos e seus descendentes), assim como no setor “Histórico”. Edificações residenciais no setor “Veraneio” correspondem na maioria das vezes a forasteiros que compraram terrenos da Igreja e resolveram se mudar definitivamente para a localidade (Gráfico 21).

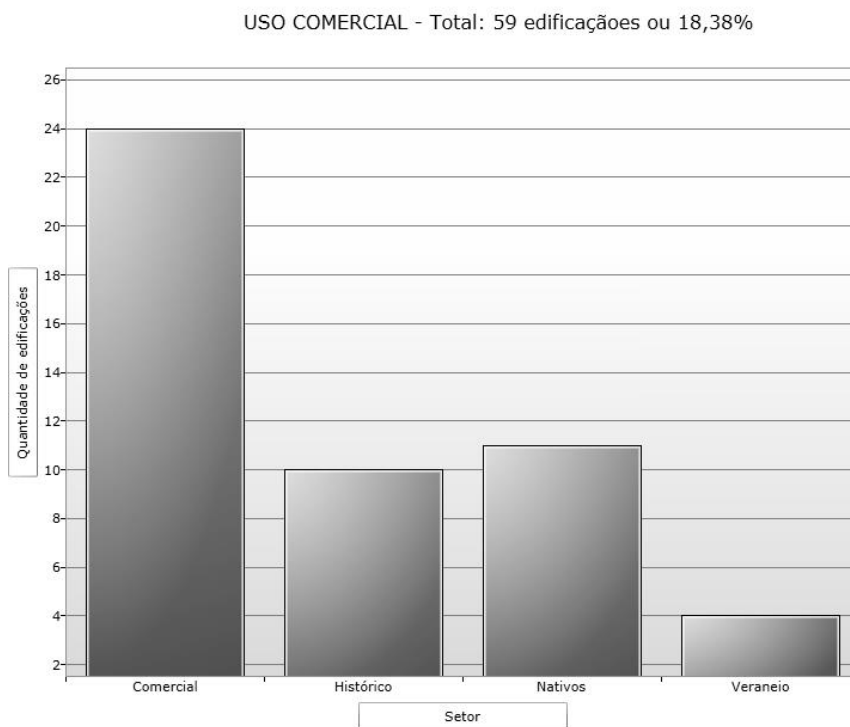


Gráfico 22: Quantidade de edificações com uso comercial por setor.

Praticamente 40% dos estabelecimentos comerciais na vila localizam-se no setor “Comercial”, o que confirma a coerência da setorização, área de maior valor econômico dos lotes. Contudo, algumas edificações destinadas a este uso são distribuídas no setor “Nativos” (proprietários dos meios de produção que constroem em seu próprio terreno armazéns, botecos, lojas de agropecuária, etc), assim como em casarões do setor “Histórico” (sorveteria, restaurantes, açougue e agências de passeio, estabelecimentos estes voltados ao turismo) (Gráfico 22, Figura 26).



Figura 26: Rua Olga da Silva Oliveira: Setor Comercial. **Fotografia:** Acervo pessoal.

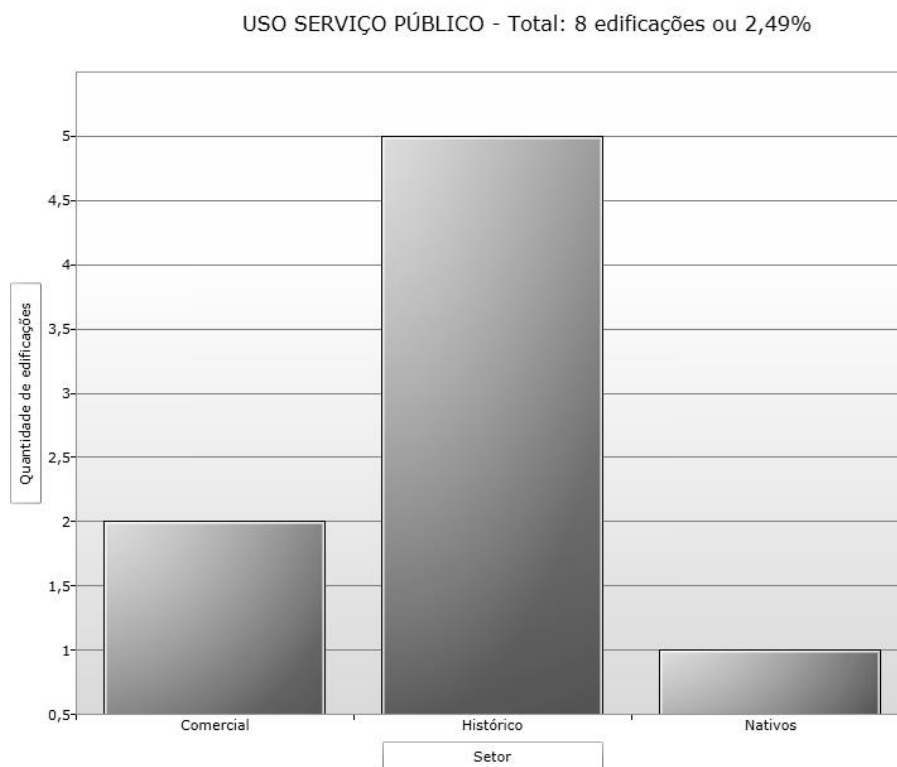


Gráfico 23: Quantidade de edificações com uso de serviços públicos por setor.

Praticamente 62,5% das edificações com uso de serviços públicos na vila localizam-se no setor “Histórico”, justamente por ser a área mais antiga de distribuição de terras por parte da Igreja e se concentrarem os primeiros terrenos de uso da Prefeitura de Lima Duarte. Localiza-se também neste setor as o conjunto histórico tombado das igrejas, a sede da AMAI e as praças públicas (Gráfico 23, Figura 27).



Figura 27: Rua Pedra Aflorada: Setor Histórico. **Fotografia:** Acervo pessoal.

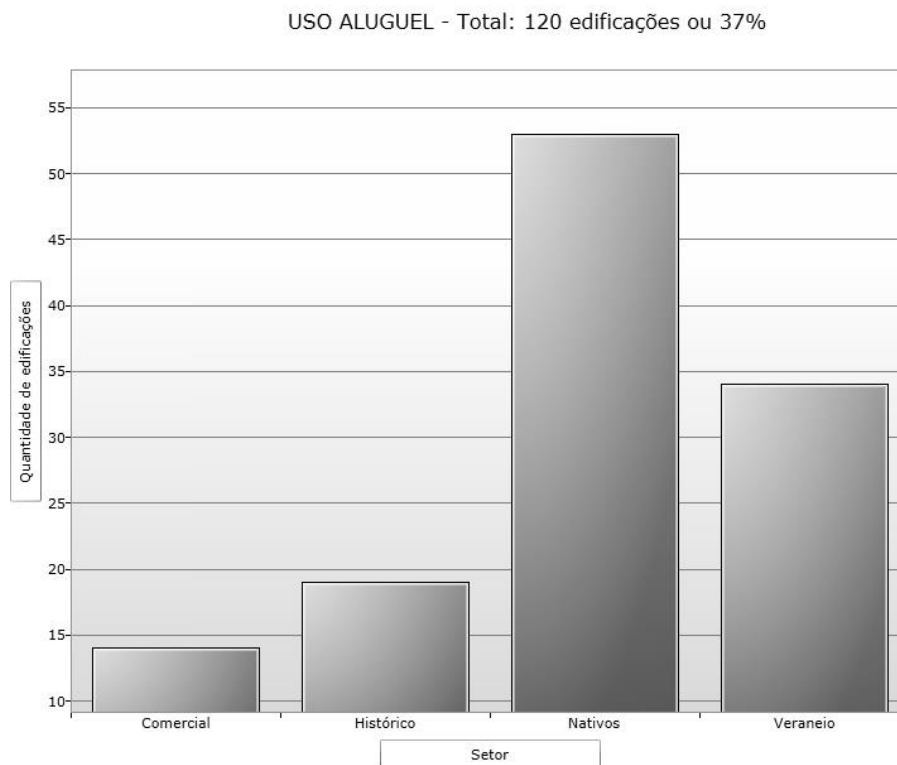


Gráfico 24: Quantidade de edificações com uso de aluguel por setor.

Um total de 44,16% das edificações com uso de aluguel na vila localiza-se no setor dos “Nativos”, mostrando a tradição dos proprietários fundiários correspondentes aos donos de suas próprias moradias (nativos ou forasteiros) de construírem casas para aluguel e/ou veraneio nos seus quintais. Muitas edificações para aluguel coincidem com residências de turistas assíduos (proprietários fundiários, especuladores “de fora”) que disponibilizam suas casas situadas no setor “Veraneio” (10,59%) ou no setor “Histórico” (5,91%) a turistas esporádicos. Os exemplares com uso de aluguel no setor “Comercial” (4,36%) correspondem, na maioria dos casos, a suítes para locação (Gráfico 24).

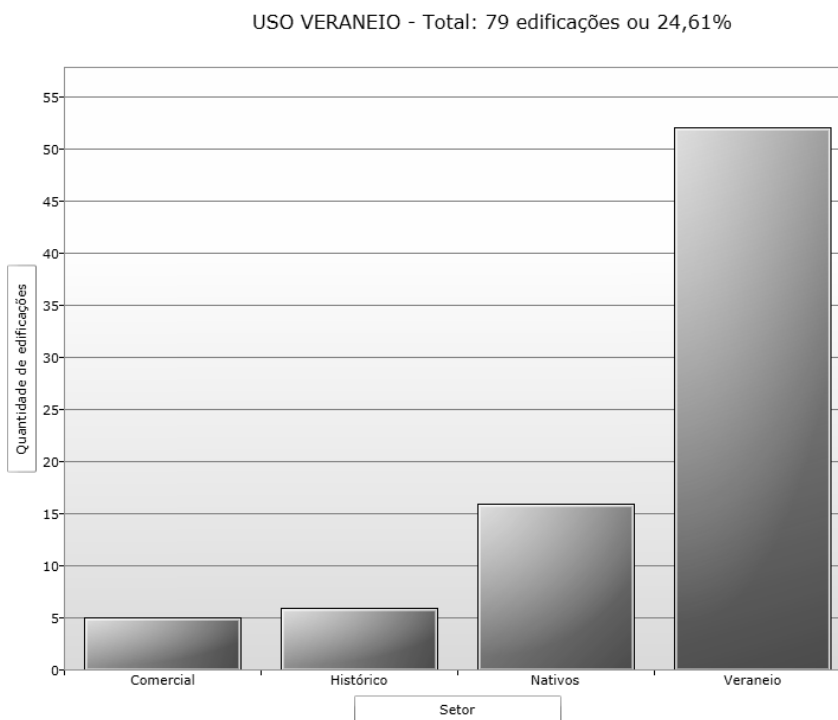


Gráfico 25: Quantidade de edificações com uso veraneio por setor.

Praticamente 65,82% das edificações com uso de veraneio na vila localizam-se no setor “Veraneio”, confirmando a característica predominante da área, a qual teve seu histórico de terras da Arquidiocese vendidas a “forasteiros” para arrecadação de obras para a Matriz de Nossa Senhora de Ibitipoca. Esta área corresponde a de maior altitude e consequente vista para a paisagem natural, além de uma maior organização territorial e menor densidade. 4,98% do total correspondem a edificações erguidas em terrenos comprados de nativos pelos especuladores “de fora” que constroem casas para aluguel e/ou veraneio (Gráfico 25, Figura 28).



Figura 28: Rua Júlio Fortes: Setor Veraneio. **Fotografia:** Acervo pessoal.

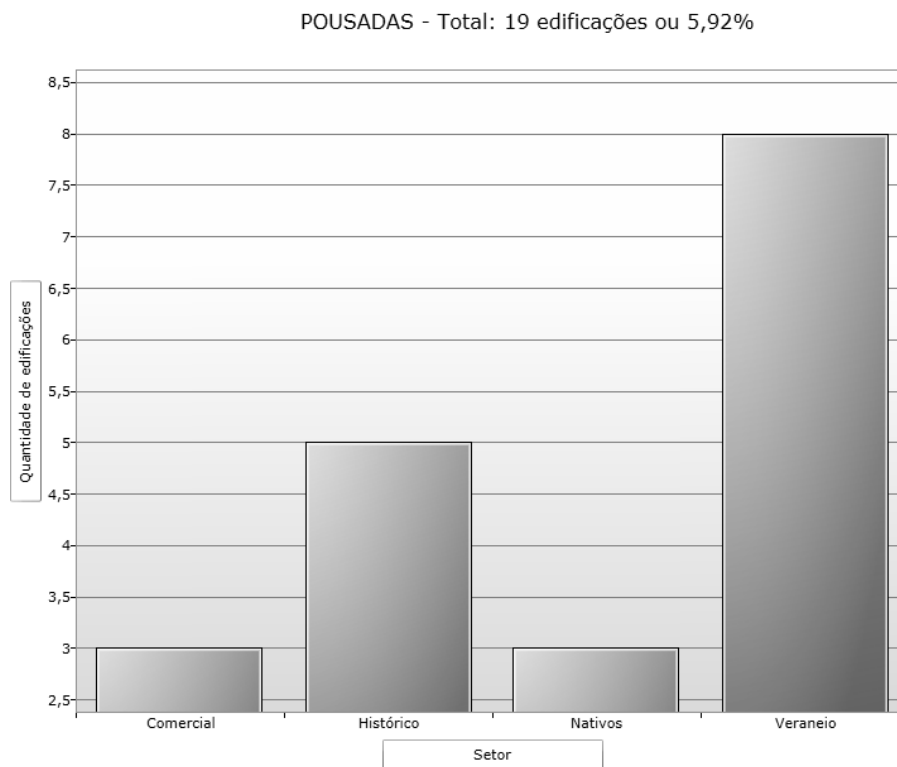


Gráfico 26: Quantidade de pousadas por setor.

Praticamente 42,1% das pousadas da vila localizam-se no setor “Veraneio” e 26,31% no setor “Histórico”, por constituírem as áreas de maior vista para a paisagem e organização territorial da área urbana da Vila Conceição de Ibitipoca (Gráfico 26).

3.3. A DECOMPOSIÇÃO VERTICAL DO PONTO DE VISTA SOCIOECONÔMICO

A partir daí, para o desenvolvimento desta segunda etapa da nossa proposta metodológica lefebvriana, uma decomposição vertical da dinâmica socioeconômica de retorno ao passado da vila, necessitamos fazer um breve histórico da relação de seus atores. Este será feito de forma regressiva, como indica a metodologia, onde partiremos do momento presente retornando ao passado, para assim elucidar a situação atual.

Para isso, iremos nos recorrer à dissertação de mestrado de Bruno Bedim (2008), intitulada “O Processo de Intervenção Social do Turismo na Serra de Ibitipoca (MG): simultâneo e desigual, dilema camponês no ‘Paraíso do Capital’”, a qual retrata a trajetória histórico-social de criação e uso público do Parque Estadual do Ibitipoca (MG). A dissertação traz uma discussão acerca dos “aspectos que estão ligados à reestruturação da esfera produtiva, ao aumento da complexidade da vida social com o

advento do turismo e à análise das características atuais como resultado de processos sincrônicos e diacrônicos de produção do espaço analisado.” (Bedim 2008).

Apesar da dissertação do autor ter seu enfoque voltado à apropriação do entorno do parque estadual pelo turismo e focar o movimento processual de transformação das condições materiais e o impacto causado à população camponesa habitante das propriedades rurais, Bedim (2008) desenvolveu o capítulo “Alteridades dissonantes: a chegada do *outsider* ao rural-paraíso”, onde retrata, através de entrevistas e depoimentos de habitantes locais, o histórico da dinâmica social, desde a gênese da chegada do turismo na década de 1970 (ponto de inflexão de grande relevância para nosso trabalho) até o ano de 2007. Utilizaremos, pois, de seu registro, para a nossa decomposição vertical de embasamento socioeconômico, associado a bibliografia complementar, além de depoimentos de alguns atores locais.

Vimos até aqui que a atividade turística foi e está sendo a grande responsável pelas principais inter-relações sociais dos atores presentes na Vila Conceição de Ibitipoca. Tendo em vista que o produto turístico é produzido e consumido ao mesmo tempo – o que demanda maior dedicação e mão-de-obra para atender às necessidades dos turistas – é observável uma tendência a um esquecimento a certos traços da cultura original local na cega obsessão a uma dedicação quase que integral por parte dos prestadores de serviço ao turismo. Um exemplo disso é a incorporação do calendário turístico ao cotidiano da vila, onde os finais de semana, meses de férias escolares e sobretudo, as datas específicas, como feriados prolongados, acabam por reduzir a margem de tempo disponível às práticas culturais tradicionais, como os festejos ofertados pela comunidade católica, uma vez que os picos de visitação coincidem com as épocas das maiores celebrações religiosas (Semana Santa, Corpus Christi e Natal). Assim, a mudança de foco da economia influencia aspectos da religiosidade local: a Igreja, aos poucos, deixou de ser o centro da órbita social.

No entanto, existe hoje um maior controle por parte das autoridades e moradores da localidade, em relação aos tempos passados, como a exemplo da AMAI - Associação de Moradores e Amigos de Conceição de Ibitipoca, em termos de organização e ordenamento do território. Da mesma forma membros responsáveis da Prefeitura de Lima Duarte têm fiscalizado o espaço físico – existindo inclusive um embargo construtivo imposto pelo Ministério Público na porção urbana delimitada por esta

pesquisa - e a Rede Ibitipoca de Turismo controla eventos e calendário. Contudo, essas transformações foram decorrentes de muitas reivindicações e reuniões intensas de atores expressivos.

Em relação à economia atual, sabemos que na zona territorial estudada não existe nenhum tipo de fábrica ou indústria, porém o que vemos hoje é a crescente “indústria” da construção civil, com expressivo vetor de expansão e significativa função de fonte de renda, daí a preocupação constante com o seu controle. Somando-se a este contexto, o fato de que as porções de terreno antes agricultável para cada família, hoje se encontram cada vez menores em função das partições fundiárias decorrentes de parcelamentos de caráter hereditário, que por razões especulativas parte da população local não vislumbra outra opção senão lotear suas terras e vendê-las para quem intenciona estabelecer empreendimentos turísticos ou construir casas de veraneio na serra.

No entanto, em tempos anteriores a vila passou por momentos mais delicados. No ano de 1995 foi registrado um aumento expressivo (240%) nos índices de visitação de costume, contabilizando quase quarenta mil turistas. Foi o ano em que o turismo na Serra vislumbrou o seu “auge”. A vila não estava preparada em termos de estrutura e organização para receber um volume tão grande de turistas. Assim, a situação estava fora de controle: barracas por todos os lados, acúmulo de lixo, falta d’água, barulho, uso de drogas, brigas, tumultos. Esse aumento significativo da dinâmica socioespacial no arraial iniciou-se em um período em que o camping do parque esteve fechado, entre julho de 1993 e dezembro de 1994, quando os turistas foram obrigados se hospedar no arraial de Conceição de Ibitipoca, inclusive acampando em suas ruas, intensificando assim o contato e as interações socioculturais entre estes e os “nativos”. Neste contexto do “caos”, a população local começou a acenar reativamente. Desde 1993 já havia sido criada a AMAI, a qual em 1994 se mobiliza em torno da criação da campanha de slogan “Salve o Arraial”, cujo objetivo principal era a melhoria da qualidade de vida no distrito frente aos danos causados pelo turismo.

Retrocedendo cronologicamente, temos que ainda no início dos anos noventa Conceição de Ibitipoca já acolhia três mil e trezentos turistas por mês, segundo pesquisa realizada por Santos e Campelo. (2008). Foi a partir da divulgação, fomentada pelo IEF, das belezas naturais do parque na imprensa regional, o lugar começou a atrair a atenção de visitantes, bem como de jornais e revistas de diversas partes do país. A notável

beleza cênica de suas paisagens rurais aliada à riqueza histórico-cultural do território da vila lhe conferia um grande potencial “ecoturístico” de destaque e foi desde então que passou a atrair milhares de visitantes anualmente. Localizado a apenas 3 km do parque, o arraial catalisa neste período o fluxo de turistas quase que em sua totalidade, uma vez que se apresenta como eixo principal de escoamento e suporte dos visitantes, intensificando o contato entre estes e a população local.

Todo esse movimento surge a partir de uma crescente exposição das belezas da Serra na mídia nacional, a qual aquece o processo de especulação imobiliária na região, que por sua vez traz novos significados e configurações ao espaço rural: se antes o poder estava associado à posse de terras férteis e agricultáveis, com o turismo outros parâmetros de poder e valorização da propriedade rural emergem – as unidades fundiárias que possuem os melhores atrativos turísticos, vista panorâmica ou localização estratégica exponenciam seu valor. Terrenos antes desprezados por serem pouco produtivos à agropecuária de repente tendem a ser sobrevalorizados a partir de uma demanda externa à população local.

Assim, o turismo começa a ganhar adeptos de amantes da natureza, vindos das cidades vizinhas, quando os “nativos” se voltam às oportunidades que a nova atividade proporcionava, e aos poucos foram aprendendo novos ofícios vinculados direta ou indiretamente ao turismo: à medida que incrementava-se a especulação imobiliária na localidade, a maioria dos homens se inseria gradativamente nos afazeres da construção civil, ao passo que o serviço “pesado” do roçado começava a ser preterido. Aos poucos, foram trocando a enxada da lavoura por outras funções ligadas à prestação de serviços em turismo: trabalhando como caseiros de residências secundárias, guias turísticos, comerciantes, ajudantes de pedreiro, recepcionistas, etc. Alguns começaram a ampliar as próprias casas e a transformar essas extensões domiciliares em leitos para hospedagem.

Foi neste momento em que se intensificaram as modificações na estrutura econômica da vila, diretamente relacionadas ao aumento do turismo, onde a maioria da população local passou a se envolver com prestações de serviços relacionadas direta ou indiretamente a esse setor e criando uma forte relação de dependência. De acordo com Santos e Campelo (2008), a população até então rural, sem perspectivas de trabalho em sua área, acaba procurando algum meio de sobrevivência e passam a vender suas

propriedades às pessoas que vinham para a vila, em sua maioria, com o intuito de estabelecer algum tipo de comércio. Construções precárias e pequenos alojamentos e estabelecimentos clandestinos surgem então para atender aos visitantes, funcionando apenas nos finais de semana e feriados.

Essas transformações na estrutura de trabalho através da inserção de ocupações não-agrícolas foram engendrando uma série de mudanças na dinâmica social local e, a partir da oferta de trabalho não-agrícola, muitos jovens se esquivaram das atividades agrárias, comprometendo a reprodução do modo de vida preexistente. Os trabalhadores agrícolas passaram a ficar em condições de desvantagem em relação aos que se “renderam” à atividade turística, uma vez que a prestação de serviços ligados ao turismo lhes provia melhor remuneração. Os mais jovens, seduzidos pelas “facilidades” das novas ocupações trazidas pelo turismo, abandonaram quase que por completo as atividades da agricultura. O cotidiano, anteriormente a isso, possuía um modo de vida marcado pelas relações intensas com os recursos naturais e estratégias de seus usos. O calendário agrícola ditava a dinâmica social: os agricultores guiavam suas ações pela observação das estações do ano e das fases da lua. Além do mais, outrora a observância das condições climáticas indicava a época mais propícia ao plantio ou à colheita, de acordo com a alternância entre períodos chuvosos ou “secos”.

Através da pesquisa realizada por Bedim, o mesmo arrisca-se em duas hipóteses:

i) Como o perfil dos turistas que visitavam a serra era composto predominantemente de juvenis, não demorou muito para que os jovens “nativos” absorvessem alguns de seus hábitos, costumes e modismos, os quais eram discrepantes daqueles da Ibitipoca rural de outrora; ii) O turismo possibilitaria um maior acesso ao trabalho assalariado, o qual permitiria uma acumulação individual que tornar-se-ia o símbolo da autonomia, principalmente para os jovens, em relação à autoridade familiar. A nova atividade, por sua vez, exigiria dos moradores locais aprimoramento e profissionalização do atendimento, o qual deveria tender à padronização, com vistas a atender uma demanda cada vez mais exigente. (BEDIM, 2008)

Outro fator observável por Bedim (2008) é que o turismo intensificou o contato dos “nativos” com “o mundo lá fora”. Com o capital proveniente da nova atividade os ibitipoquenses começaram a ter mais acesso aos meios de comunicação de massa, às leis, direitos e informação de um modo geral. Adquiriram televisão, vídeo-cassete, rádio

etc. Tal acesso trouxe consigo outros efeitos e conquistas: entre eles, é apontada a previdência social – onde até a década de 1980 eram raros os “nativos” que pagavam algum tipo de contribuição previdenciária.

Segundo o jornal Zona da Mata de 1994, relatado por Bedim (2008), de pronto a AMAI reivindicou a proibição de acampamento nas ruas de Conceição, bem como adotou medidas de segurança que resguardassem a população local durante os feriados. O periódico descreve a situação:

Principalmente após os feriados prolongados, quando a população do arraial chega a dobrar, qualquer um pode ver lixo aos montes, bem no meio das ruas, e ainda fezes e o cheiro da urina que ficava no ar, principalmente quando era permitido acampar em qualquer lugar do arraial (ZONA DA MATA, apud BEDIM, 2008).

Antes mesmo deste ‘boom’ desordenado, em abril de 1991, a revista Prática Hospitalar descreve que na época havia uma placa na entrada do arraial com o seguinte aviso: “Você está chegando em Conceição de Ibitipoca. Comunidade com quase 300 anos. Respeite nossas tradições e costumes...” (BEDIM, 2008)

Anteriormente à grande exposição da mídia, em meados da década de 1980, alguns ibitipoquenses alugavam suas próprias casas para turistas durante os feriados, quando se “espremiavam” nas casas dos parentes. Conforme pontua Rodrigues apud Bedim (2008), o turismo paulatinamente alterava a rotina das famílias que até o momento “sobreviviam basicamente dos poucos lucros proveniente de uma atividade agropecuária de pequeno porte”. Os últimos anos da década de 1980 marcam o primeiro “boom” da visitação à serra. Em relação ao número de visitantes, entre 1988 e 1995 registrou-se um aumento exponencial, segundo informações do IEF (2016).

Até então, havia poucas pessoas “de fora” residindo no arraial. Gradativamente, os moradores locais se inseriam nas novas ocupações proporcionadas pela atividade turística; de início, as mulheres ganhavam uma nova função: “pensionistas”, as quais serviam refeições aos turistas. A partir de 1987 – quando da inauguração, no parque, dos equipamentos e instalações para receber os visitantes – é que ocorreu a intensificação do turismo na Serra, sendo inclusive neste período construídas as duas primeiras pousadas. A população local começa a engrossar suas reivindicações junto ao

poder público no que tange à melhoria das condições de vida: não havia sequer transporte coletivo ainda. Não obstante, a estrada de chão que ligava o arraial a Lima Duarte estava em estado precário de conservação.

O Instituto Estadual de Florestas, por sua vez, apesar de equipar o parque para receber os visitantes, resistia em melhorar a infra-estrutura de acesso rodoviário à serra, sob argumentos preservacionistas de que a facilidade do acesso implicaria transtornos ambientais futuros, uma vez que aquela unidade de conservação não poderia receber um grande número de visitantes. Delineavam-se os primeiros conflitos entre o IEF e a população local, a qual depositava expectativas na nova atividade econômica.

Posteriormente, moradores de municípios próximos começaram a visitar a Serra de Ibitipoca, em busca de atividades de lazer. A instabilidade das formas tradicionais de produção agrícola aliada à criação do Parque Estadual de Conceição de Ibitipoca, em 1973 - por iniciativa exterior à população local - vem conferir à vila novas alternativas econômicas, não apenas pelo fato de o IEF empregar mão-de-obra local, mas por a partir deste momento ter-se dado o início do advento do turismo na região. A introdução dessa nova atividade na economia local engendrou mudanças significativas na dinâmica social da comunidade, onde o parque, então com infra-estrutura adequada para receber o público, passou a ser amplamente divulgado, redesenhando novamente a trajetória socioeconômica do distrito (Figura 29).



Figura 29: Habitantes locais na fundação do Parque Estadual de Ibitipoca, em 1973.

Fotografia: Acervo Vicente Fortes.

O período que compreende do final dos anos 1960 ao início da década de 1970, é marcado pelo começo da chegada a Ibitipoca da televisão, assim como dos primeiros turistas, fato comprovado através de uma reportagem do Diário Mercantil de 1971, extraída da pesquisa de Bedim (2008) a qual registra que, à época, “além de estudiosos e caçadores, os únicos visitantes da Serra são as pessoas acostumadas à prática do campismo, com larga experiência em acampamentos instalados em locais de acesso difícil”. Estes primeiros turistas que aportaram na região são descritos como “aventureiros” ou “mochileiros”, aspirantes a uma vida “alternativa”, sem maiores exigências mercadológica em relação ao atendimento e demais serviços que envolvem o turismo. Foi o primeiro contato entre visitantes e visitados; um verdadeiro encontro entre culturas, valores e tradições diferenciados.

Nesta década a população rural da serra cultivou peculiares formas históricas de apropriação e uso dos recursos naturais e do meio rural – as quais engendraram modos próprios de organização social, simbologias, mitos e ritos de sacralização do território por parte da população “nativa”. A população rural da Serra de Ibitipoca baseava-se em atividades de subsistência, a partir do qual aquele grupo social se reproduzia econômica e socialmente. Ocorre que, nesta época, contudo, a produção agropecuária local enfrentou dificuldades. Tal contexto está relacionado a uma combinação de fatores tanto micro quanto macroeconômicos, incluindo a conjuntura político-agrícola nacional, bem como os efeitos da “modernização conservadora” e o parcelamento das unidades fundiárias (DELGADO, 1962)

Anteriormente a este período, num passado predominantemente agrário, era comum famílias inteiras servirem a um só patrão ou a si próprias (modo camponês de produção), onde eram realizadas atividades coletivas e a família desempenhava um importante papel como unidade socioeconômica – a era do campesinato. Assim, os mutirões, as antigas relações de compadrio e o jongo traduziam o sentido de cooperação existente entre os camponeses ibitipoquenses e as demais manifestações culturais ligadas ao modo de produção agrícola e ao modo de construções tradicionais.

Durante o século XX, até a década de 1980, a população local dedicou-se ao cultivo de feijão e milho, vivendo durante anos apoiada na agricultura de subsistência e mantendo contatos externos apenas com algumas tropas de cargueiros que

transportavam mercadorias na região e a presença esporádica de viajantes e pesquisadores.

No século anterior, havia a presença da pecuária, com pequenos rebanhos e da agricultura, com lavouras de café e cana-de-açúcar. Nestes dois séculos haviam poucos habitantes locais, bem menos que o século XVIII quando, após a descoberta do ouro na antiga Vila Rica, atual Ouro Preto, houve um grande êxodo da região, permanecendo apenas a população mais humilde no local. (SANTOS; CAMPELO, 2008). Entre os anos de 1700 e 1720 dos 20 Conselheiros de Minas, 11 chegaram a residir em Ibitipoca, ponto de apoio ao Governo entre Vila Rica, Rio de Janeiro e São Paulo. Contudo, foi uma época de muita pobreza e simplicidade.

A vila mineira Conceição de Ibitipoca teve seu apogeu como rota alternativa do Caminho do Ouro, tendo seus primeiros relatos datados de 1692, quando o "Monte de Ebitipoca" foi citado pelo padre João de Faria Fialho. Sendo um dos primeiros marcos da colonização dos bandeirantes na parte meridional do território mineiro, a vila compreende uma das povoações mais antigas de Minas. Por se configurar numa das principais rotas de contrabando do ouro, em épocas setecentistas ordens régias restringiram a abertura de caminhos que perpassavam pela serra, resultando no relativo semi-isolamento geográfico e cultural com o qual a população de Conceição de Ibitipoca conviveu durante muitas décadas. No século XVIII, a região possuía mais de 5.000 moradores em decorrência da procura pelo ouro (DELGADO, 1962, P.22).

Temos assim a retrospectiva histórico-social da Vila Conceição de Ibitipoca. Contudo, a fim de um maior entendimento para vislumbre da dinâmica socioeconômica que o arraial percorreu ao longo do tempo, assim como para a execução da terceira etapa da metodologia regressivo-progressiva deste capítulo, iremos fazer uma análise da expansão urbana relativa à área espacial do recorte proposto ao nosso estudo, através de gráfico abaixo:

EXPANSÃO URBANA POR SETOR

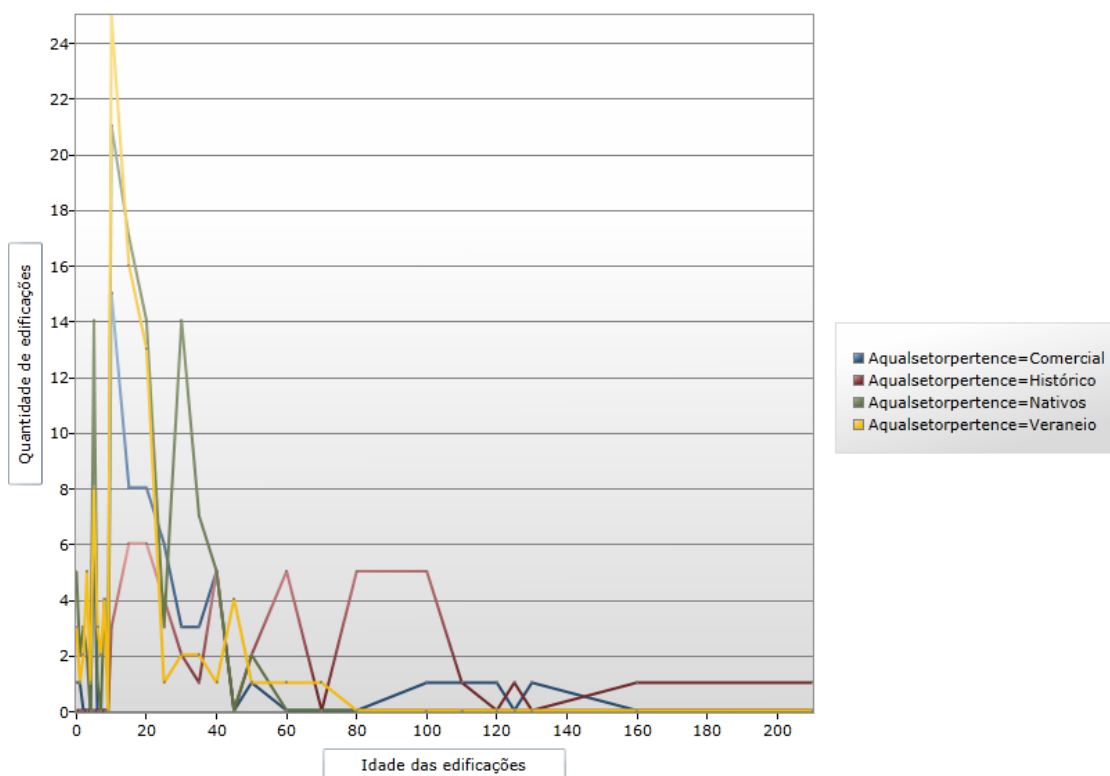


Gráfico 27: Quantidade de edificações por idade e setor.

Analisando a quantidade de edificações por idade, segmentadas pelos setores inicialmente propostos, podemos perceber que:

- A área correspondente ao setor “Comercial” tem suas primeiras poucas edificações datadas a partir da segunda metade do século XIX, ocorrendo sua expansão apenas após a década de 1980;
- O setor “Histórico” teve picos de expansão na primeira metade do século XIX e primeira metade do século XX. Contudo sua densidade se manteve estável durante toda a história da vila, considerando que algumas casas mais antigas foram demolidas e substituídas por novas edificações, a partir do início do século XX;
- A área relativa aos “Nativos” tem sua ocupação recente, apenas a partir da década de 1960, tendo seu auge de construções na década de 1990 até os dias atuais;

- Pequena parte do setor “Veraneio” próximo ao setor “Histórico” teve um início de ocupação entre as décadas de 1970 e 1990, tendo a partir daí um auge de construções concentradas até os dias atuais.

3.4. RECOMPOSIÇÃO TRANSVERSAL DO PONTO DE VISTA SOCIOECONÔMICO

Neste último e conclusivo estágio de leitura da dinâmica socioeconômica, o da Recomposição Transversal, foi feita uma organização sistemática de todo levantamento histórico dos acontecimentos da Vila Conceição de Ibitipoca, onde os dados foram organizados e hierarquizados cronologicamente e, através de uma linha do tempo (Anexo II), definiu-se com os marcos temporais e pontos de inflexão naturalmente determinado (Tabela 2).

Tabela 2: Dinâmica socioeconômica por período.

PERÍODO	ATIVIDADE ECONÔMICA	POPULAÇÃO FIXA	POPULAÇÃO FLUTUANTE	GRUPO SOCIAL DOMINANTE	SETOR DE EXPANSÃO
SÉC. XVIII	Mineração	Mineradores forasteiros	Tropas	Estado	Sem registros na área de estudo
1ª METADE DO SÉC. XIX	Mineração e campesinato	Mineradores forasteiros	Tropas	Agricultores	Histórico
2ª METADE DO SÉC. XIX	Agricultura de subsistência e pecuária leiteira	Nativos	Poucas tropas	Igreja	Comercial
RECONSTRUÇÃO DAS IGREJAS					
1ª METADE SÉC. XX	Agricultura de subsistência e pecuária leiteira	Nativos	Tropas e pesquisadores	Igreja	Histórico
FUNDAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DE IBITIPOCA					
DÉCADA 1980	Atividades de subsistência	Nativos	Turistas pioneiros, em sua maioria campistas	Agricultores e proprietários dos meios de produção	Comercial e Nativos
DOAÇÃO E VENDA DE TERRENOS PELA ARQUIDIOCESE					
DÉCADA 1990	Turismo	Nativos e forasteiros	Turistas	Turistas e proprietários dos meios de produção	Veraneio e Nativos
CRIAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE IBITIPOCA					
DÉCADA 2000	Turismo e construção civil	Nativos e forasteiros	Turistas	Turistas proprietários dos meios de produção e especuladores imobiliários	Veraneio, Comercial e Nativos
DÉCADA 2010	Turismo e construção civil	Nativos e forasteiros	Turistas	Turistas proprietários dos meios de produção e especuladores imobiliários	Veraneio e Nativos

Contemplando o segundo objetivo específico desta pesquisa de analisar historicamente a produção contemporânea do espaço na vila, identificando seus principais atores e produtores do espaço e sua relação com o ambiente construído, podemos concluir que:

- ❖ Do ponto de vista cronológico da atividade econômica:
 - No século XVIII, a mineração predominou com uma numerosa população de habitantes locais *forasteiros* na exploração da área controlada pelo *Estado*, além de tropas, e não se tem registros de exatamente em que localização relativa à Vila Conceição de Ibitipoca eram os assentamentos;
 - Na primeira metade do século XIX, a atividade da mineração começa a diminuir e aos poucos cede lugar à pecuária leiteira; há muita pobreza e uma diminuição da população, que agora passa a ser de *nativos* conformando um *grupo social de excluídos*, os quais predominantemente se localizavam nas terras da Igreja (*proprietária fundiária*), correspondente ao setor “Histórico” da vila, em torno da Matriz de Nossa Senhora Conceição de Ibitipoca;
 - Na segunda metade do século XIX, a pecuária leiteira predominou e há um esvaziamento demográfico, onde os poucos habitantes *nativos* que restaram predominantemente se localizavam no setor “Comercial” da vila, principalmente na única rua existente que ligava a chegada à vila ao caminho para a região do parque;
 - Na primeira metade do século XX, a agricultura de subsistência e pecuária leiteira predominaram e, com as visitas dos primeiros pesquisadores, há uma retomada das atividades da Igreja (reconstruções), aumentando o número de habitantes *nativos* e tropas, os quais predominantemente ocupavam o setor “Histórico” da vila;
 - Na década de 1980, as atividades de subsistência como agricultura, pecuária leiteira e tear predominaram, agora com um número bem menor de habitantes locais *nativos*, devido à diminuição da ação da Igreja em decorrência do interesse do *Estado* no uso da área (potencial turístico). Nesta época os primeiros *turistas eventuais* passam a chegar, acontecendo novamente um adensamento do setor “Comercial” e um novo vetor de expansão ao setor “Nativos” da vila;
 - Na década de 1990, as atividades de apoio ao turismo predominaram com um aumento gradativo do número de habitantes locais, compostos agora por *nativos* e *forasteiros* (ambos *proprietários fundiários* e *proprietários dos meios de produção*), além dos *turistas sazonais* que passam a se hospedar em suítes e pousadas, os quais predominantemente ocupam o setor “Nativos” e um novo vetor de expansão ao setor “Veraneio” da vila;

- Na década de 2000, as atividades de apoio ao turismo predominaram com um aumento gradativo do número de habitantes locais, compostos por *nativos e forasteiros* (ambos *proprietários fundiários e proprietários dos meios de produção*), além dos *turistas sazonais* que se hospedam em suítes, pousadas e hotéis, os quais predominantemente ocupam os setores “Nativos”, “Veraneio” e um novo aumento do adensamento no setor “Comercial” da vila;
- Na década de 2010, as atividades de apoio ao turismo ainda predominam com um aumento gradativo do número de habitantes locais, compostos por *nativos e forasteiros* (ambos *proprietários fundiários e proprietários dos meios de produção*), além dos *turistas sazonais* que se hospedam em suítes, pousadas e hotéis, os quais predominantemente expandem os setores “Nativos” e “Veraneio” e da vila.

CAPÍTULO 4 – A PERCEPÇÃO SIMBÓLICA

4.1. O PATRIMÔNIO IMATERIAL

Neste capítulo, concluindo a metodologia proposta **LIP**, trataremos da terceira abordagem do nosso objeto empírico, referente ao que denominamos de “dinâmica sociocultural” como componente da leitura integral, onde iremos fazer uma análise do *patrimônio imaterial* da vila, não somente como garimpagem do “saber-fazer” da comunidade enquanto técnicas construtivas na tradição arquitetônica como cultura local, mas sobretudo da simbologia e da apreensão da “paisagem cultural” por parte dos atores envolvidos ao habitarem e/ou frequentarem Conceição de Ibitipoca, com foco específico desta relação com o *patrimônio material*.

Inicialmente entendida por “herança do pai”, o conceito de “*patrimônio*” sofre uma ampliação e hoje se vê utilizado em uma série de expressões como “*patrimônio arquitetônico*”, “*patrimônio histórico e artístico*”, “*patrimônio cultural*” e ainda “*patrimônio natural*”, abrangendo uma gama de fenômenos bem mais complexos que a definição anterior de um simples complexo de bens. Esta explosão contemporânea do conceito pretende abranger a dimensão do espaço como um todo, colocando-nos a frente de novas questões e não mais se limitando a uma coleção de objetos ou edificações de valor histórico e estético. Assim, passam a fazer parte deste conjunto, a partir do século XX, conjuntos arquitetônicos inteiros, a arquitetura rural, a arquitetura vernacular e mesmo a produção contemporânea. Ainda a partir deste processo, também a noção de cultura deixa de englobar com a chamada cultura erudita, passando a englobar a moderna cultura de massa e manifestações populares. (CASRIOTA, 2009, p.85). Temos desta forma em Conceição de Ibitipoca, a intenção de valorizar todo o recorte proposto da paisagem cultural enquanto bem patrimonial e não somente a Matriz e seu conjunto arquitetônico tombado a nível municipal.

Complementando a abrangência do conceito, entendemos por *patrimônio imaterial*

as práticas, representações, expressões, conhecimento e técnicas, junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhe são associados, que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural, (UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, 2003)

Compreendendo a vila como um artefato humano, como um bem intangível, através de sua origem coletiva, suas técnicas construtivas tradicionais e seu processo de constante transformação, percebemos em cada geração uma intervenção sucessiva no tecido preexistente que recebe como herança, transformando-se historicamente por substituição das camadas. Sabendo-se que mão-de-obra da construção civil em toda a história de Ibitipoca foi composta por atores locais, nativos e seus descendentes, temos que, sob o ponto de vista do patrimônio, o registro histórico deste conhecimento revela sua importância na paisagem, onde os aspectos material e imaterial se entrelaçam na concepção das paisagens culturais.

É importante que fique claro, no entanto, que a presente análise limitar-se-á aos efeitos de apreensão das edificações da vila e seus respectivos elementos arquitetônicos perceptíveis ao sujeito coletivo, assim como do “saber-fazer” das técnicas construtivas e não a outras influências atuantes, como o significado social de uma área, sua função, sua história ou mesmo seu nome. Assim, para que possamos fazer uma leitura da paisagem da vila sob o ponto de vista sociocultural, tomando-se como ponto inicial que sua realidade urbana tem se mostrado cada vez mais complexa, absorvendo e sendo absorvida por agentes e culturas externas, necessitaremos de fazer uma abordagem teórica que nos auxilie, antes de qualquer outra coisa, na compreensão dos conceitos e a relação de cada um deles com a dinâmica dos atores detectada no capítulo anterior.

4.2. TRADIÇÃO E CULTURA

Há relatos que a história da Vila Conceição de Ibitipoca já ultrapassa quatro séculos, bem vimos no capítulo anterior. A Fazenda do Tanque, mencionada como sendo a primeira existente na serra em depoimento de Waltemberg Carvalho, produtor rural e morador local, é exemplo atual da memória ainda viva, tornando-se um marco tradicional da história da paisagem, assim como outras edificações seculares identificadas na leitura socioespacial do capítulo 2, executadas com técnicas construtivas que ainda se mantêm tradicionais em Ibitipoca. No entanto, temos que para muitos autores, a chamada “tradição” está passando por um momento de tendência ao desaparecimento ou, profunda transformação, frente ao avanço da modernização. Cabe a este capítulo a assimilação do que é tradicional ao espaço da vila e aos seus frequentadores, assim como sua relação com a cultura, com o patrimônio e com a

modernidade, a fim de analisarmos as transformações imateriais ao longo do tempo em Conceição de Ibitipoca.

De acordo com a *Encyclopedia of vernacular architecture*, Paul Oliver apud Castriota (2009, p.21), enuncia que são tradicionais “aqueles aspectos do comportamento, dos costumes, do ritual e do uso de artefatos que foram herdados das gerações anteriores”. No campo da arquitetura, a tradição teria uma dimensão conservadora na medida em que o presente repetiria o passado, através das heranças de tipologias, tecnologias e ofícios típicos de um tempo remoto, considerados como *tradita*. Para Castriota neste sentido, a tradição seria entendida como “um segmento relativamente inerte de uma estrutura social, uma sobrevivência do passado”, vista por alguns muitas vezes como “uma dimensão cristalizada, imóvel, da cultura”. (CASTIOTA, 2009. p. 21)

Existe, no entanto, uma complexidade na relação da tradição com o passado, no momento em que verificamos que as *tradita* são ao mesmo tempo permanência deste passado, existem no presente e ainda emprestam sua chancela de autoridade aos atos deste presente, segundo Castriota (2009). Assim, a tradição se torna “uma versão intencionalmente seletiva de um passado modelador e de um presente pré-modelado, que se torna poderosamente operativa no processo de definição e identificação social e cultural”, de acordo com Raymond Williams apud Castriota (2009). Vemos, portanto, na tradição uma “força ativamente modeladora”, detentora de certa plasticidade.

De acordo com a antropologia, esta dinâmica é reforçada através de um processo existente de contínua modificação em todos os sistemas culturais, mesmo aqueles tradicionais. Castriota (2009) define dois tipos de transformações de cultura: um primeiro seriam as mudanças internas, resultantes da própria dinâmica do grupo, o qual atinge um novo estado cultural movido pelo “desejo de novidade e o instinto humano fundamental ligado à curiosidade” (Ronald Lewcock apud Castriota, 2009 p.22); a segunda transformação seriam mudanças bruscas e rápidas, trazidas pelo contato com outro sistema cultural, muitas vezes impulsionando para avanços internos quando incorporados de elementos trazidos de outras culturas. Este processo denominado de “colaboração entre culturas”, no entanto, “leva a avanços civilizatórios, porém pode, às vezes, se mostrar catastrófico, com a destruição e o apagamento de uma cultura pela outra”, de acordo com Claude Lévi-Strauss apud Castriota (2009 P.23). Para Lewcock,

poderíamos falar de “influências trans-culturais” ‘se as influências são relativamente assimiláveis com facilidade’, e de uma ‘cultura externa impactante’ se ela não o são” (CASTRIOTA, 2009. p.23).

Para o geógrafo David Harvey (2012) a vida moderna é permeada pelo “sentido do fugidio, do efêmero, do fragmentário e do contingente”, trazendo profundas consequências para o tempo presente, onde a continuidade histórica tem sua preservação interrompida pela transitoriedade das coisas, como um “turbilhão de mudanças”. “A modernidade não apenas envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes”. (HARVEY, 2012, p. 22). Se com o advento da então modernidade, a lógica da cultura passa a ser a própria mudança, com substituição incessante de valores e modelos, essa nova configuração muda também profundamente a relação com o tempo, com suas três dimensões – passado, presente e futuro – passando a se relacionar entre si.

Para Octávio Paz apud Castriota (2009 p. 47), nada mais natural do que valorizar esta mudança e não se deve tentar minimizá-la. Segundo ele, “ a modernidade é sinônimo de crítica e se identifica com a mudança; não é a afirmação de um princípio intemporal, mas o desdobrar da razão crítica que, sem cessar, se interroga, se examina e se destrói para renascer novamente” (OTÁVIO PAZ apud CASTRIOTA, 2009 p. 49). Para Paz, “diferença, separação, heterogeneidade, pluralidade, novidade, evolução, desenvolvimento, revolução, história – todos esses nomes condensam-se em um: futuro”. Assim, o foco deixa de ser o passado ou a eternidade, mas o futuro, “o tempo que ainda não é que sempre está a ponto de ser”. A história se torna assim o “nosso caminho da perfeição”.

A ideia de modernidade, no entanto, apesar de amplamente utilizada no estudo das ciências sociais, possui definição conceitual bastante complexa, principalmente quando, “a partir dos anos 60, começa a ganhar força a ideia de uma ‘crise da modernidade”, segundo Castriota (2009 p. 40). Para este autor, “não há hoje como se usar o conceito sem uma perspectiva crítica, sem levar em conta as - inúmeras – objeções e problemas levantados por diversos autores a respeito do chamado ‘projeto moderno”. Sendo assim, para esta pesquisa analisaremos apenas a peculiar relação estabelecida da modernidade com o tempo, onde passado e tradição trazem à tona a ideia de “*patrimônio cultural*”.

Assim, pretende-se identificar através desta leitura, quais foram essas mudanças ao longo do tempo em relação às técnicas tradicionais ou modernas construtivas, associadas aos seus respectivos materiais e analisar os processos e razões/ influências por quais os sistemas construtivos se modificam com o passar do tempo.

Já o modo de vida local, as experiências e transformações implementadas pelo homem no meio físico e natural, através das contribuições coletivas e das interações do povo local com os visitantes, correspondem ao que designamos como “*Cultura*”. Em um sistema cultural, as condutas sociais e os acontecimentos são descritos com clareza e intensidade, e não como fatos arbitrários ou casuais. Quando inserida em um pensamento coletivo, a cultura é de domínio público, tornando possível a previsão e antecipação de alguns comportamentos futuros, através de análise interpretativa (RIBEIRO, 2003).

Desta forma temos que na atualidade, na medida em que Conceição de Ibitipoca se desenvolve e, através da globalização, coloca-a em estreito contato com diferentes culturas, é importante observar como a cultura local é imposta ou como a comunidade da vila recebe os valores externos, resistindo ou se apropriando deles. Assim, podemos também entender a *cultura* como transmissão de valores através da consolidação da tradição no tempo, agregando as mudanças sociais. Morin apud Torres e Holzer (2010) assim define a cultura:

[...] A cultura é constituída pelo conjunto de hábitos, costumes, práticas, savoir-faire, saberes, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, ideias, valores, mitos, que se perpetua de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, gera e regenera a complexidade social. A cultura acumula aquilo que é conservado, transmitido, aprendido, e ela comporta os princípios de aquisição, programas de ação. O primeiro capital humano é a cultura. O ser humano seria sem ela, um primata da mais baixa categoria. [...] O patrimônio hereditário dos indivíduos está inscrito no código genético; o patrimônio cultural herdado está inscrito inicialmente na memória dos indivíduos (cultura oral), depois escrito nas leis, no direito, nos textos sagrado, na literatura, nas artes. Adquirida por cada geração, a cultura é continuamente regenerada. (MORIN apud TORRES e HOLZER, 2010)

Portanto, cultura é um legado que faz parte da realidade humana, produzido e praticado pelo grupo e a ele pertencente. É também o resultado de experiências coletivas

históricas no espaço e no tempo e atua sobre o homem, determinando suas as ações sobre o meio ambiente. Sendo assim, precisa da linguagem e se apoia em um conjunto de signos e símbolos. A cultura e a memória são instrumentos fundamentais na consolidação de um povo em torno de um senso comum de compartilhamento e identificação. O conjunto de fragmentos que constituem o caráter de uma comunidade é denominado de *identidade cultural*. Esse conceito baseia-se em um princípio de representação, envolvendo práticas e símbolos, das relações entre indivíduos, entre estes e os grupos, seu espaço e seu tempo (COELHO, 1999), refletindo as experiências e os códigos culturais comuns, formadores de quadros de referência e sentido estáveis.

Assim, a comunidade local deve, acima de tudo, considerar os diversos atores envolvidos, suas relações socioeconômicas e a importância da cultura local, incorporando às práticas arquitetônicas e urbanísticas, para a sobrevivência da Vila Conceição de Ibitipoca enquanto Paisagem Cultural. A questão a se analisar, no entanto, é de quais são os valores simbólicos culturais que fazem parte da histórica vila e, portanto, são valorizados enquanto patrimônio imaterial.

4.3. A SIMBOLOGIA DA PAISAGEM CULTURAL

Percebemos então que a paisagem cultural de Conceição de Ibitipoca merece uma análise capaz de elucidar os aspectos relevantes da dualidade material e imaterial, no esforço para sua conservação como referência cultural ou bem patrimonial. Para melhor compreender os aspectos subjetivos inerentes à paisagem cultural, recorreremos ao geógrafo Denis Cosgrove (2004), o qual trabalha a conceituação de paisagens simbólicas.

Cosgrove, através de uma abordagem de desdobramentos acerca da decodificação do significado da paisagem, indica que cultura e simbolismo são conceitos presentes nos discursos da geografia humanista (COSGROVE, 2004, p.93), a qual, segundo o autor, estuda a expressão humana calcada em seus valores e expressões. No entanto, este autor vai mais além, onde propõe, através da geografia cultural, uma leitura da paisagem concentrada nas “formas visíveis da paisagem” associada a “fenômenos não visíveis”, “visando evidenciar influências culturais passadas”. (COSGROVE, 2004, p.100). Para ele, no entanto, esta não é uma atividade simples para um pesquisador, onde afirma que “revelar os significados na paisagem cultural exige a habilidade imaginativa de entrar no mundo dos outros de maneira auto-consciente e, então, *re-presentar* essa paisagem

num nível no qual seus significados possam se expostos e refletidos”. (COSGROVE, 2004, p.103).

A partir do momento que existem diferentes culturas, dentre dominantes e dominadas onde o poder é mantido e imposto pela mais forte, sendo “suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como a objetiva e válida cultura para todas as pessoas”, para Cosgrove isso é melhor quando tomado como um senso comum, muitas vezes denominado de *hegemonia cultural*. (COSGROVE, 2004, p.105). Para a compreensão destas imposições, assim como de todas as outras expressões ditadas por uma cultura em sua paisagem, Cosgrove (1998, p. 105) propõem a leitura da *linguagem* empregada, através de seus símbolos e significados, os quais são constituídos pelo “produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem”. (COSGROVE, 2004, p. 108)

Levando a questão para as considerações apontadas no capítulo 3 desta dissertação acerca da dinâmica dos atores produtores do espaço e suas relações dos campos de poder, podemos dizer que através de diferentes significações e singularidades, a “simbologia da paisagem” do nosso objeto de estudo incorpora um caráter plural e polivalente, podendo ainda mudar de sentido com o tempo e ser compartilhado pelos diferentes atores sociais. O diálogo entre passado e presente, revelando um caráter ao mesmo tempo vivo e permanente, proporciona à Vila de Conceição de Ibitipoca uma “identidade simbólica”, possibilitando-a ser percebida e valorizada enquanto patrimônio imaterial de sua comunidade e auxiliar na compreensão dos estudos acerca da categoria de paisagem cultural.

4.4. A PERCEPÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL

Para Berque, ao se tratar de uma paisagem “o sujeito em questão é um sujeito coletivo: é uma sociedade, dotada de uma história e de um meio”. (BERQUE, 1998, p.86) Sendo assim, deve-se fazer uma “abordagem ecológica da percepção visual”, considerando-a como um sistema, do qual o perceptor é um indivíduo que se utiliza não só da visão, mas de todos os sentidos para captá-la. Sendo assim, podemos entender esta abordagem da paisagem como uma matriz, a partir do momento em que a cultura relaciona a sociedade ao seu espaço, descrevendo-a enquanto dado perceptível. (BERQUE, 1998, p. 87)

Temos que, neste sentido, percepção, atitude, valor e visão de mundo são termos importantes a serem analisados. Seus significados se sobrepõem e constituem palavras-chave muito bem explicadas pelo geógrafo Yi-Fu-Tuan em seu livro *Tofofilia* (1974), cujo termo é um neologismo e consiste no “elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”.

Para o autor, a percepção é definida a partir da resposta dos nossos sentidos em relação aos estímulos externos, onde alguns fenômenos são claramente registrados e outros bloqueados. Geralmente percebemos o que tem valor para nós e para nossa sobrevivência, onde as satisfações manifestadas correspondem a questões enraizadas a nossa cultura de origem. À postura cultural que temos perante ao mundo, composta por uma sucessão de percepções e/ou experiências, denomina-se atitude. “As atitudes implicam experiência e uma certa firmeza de interesse e valor”. (TUAN, 1974). Esta experiência conceitualizada constitui a visão de mundo, composta por um sistema estruturado de crenças, que por mais arbitrárias que possam parecer, possuem essencialmente uma perspectiva impessoal e objetiva. A visão de mundo está intimamente ligada ao meio ambiente natural, em primeira mão, mas posteriormente construída através dos elementos constituintes do ambiente social e físico de um povo. Desta forma, “como meio de vida, a visão de mundo reflete os ritmos e as limitações do meio ambiente natural” (TUAN, 1974, p. 91), retratadas em uma comunidade através de seu ambiente construído.

Yi-Fu-Tuan faz questão de deixar claro que a *topofilia* não é a emoção humana mais forte, porém, quando é irresistível, afirma que o ambiente em que se está inserido é, sem dúvida, o veículo de todos os acontecimentos expressivos, e passa a ser refletido como um *símbolo*. Assim, os laços afetivos que podem até se diferir em termos de intensidade, sutileza e modos de expressão, agem como resposta ao meio ambiente, sendo basicamente de caráter estético: “pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada.” (TUAN, 1974, p. 107). Temos então que uma experiência estética pode ser tão mais intensa quanto repentino for o nosso contato com uma realidade ainda desconhecida, nos apanhando de surpresa, sendo a “antítese do gosto desenvolvido por certas paisagens ou o sentimento afetivo por lugares que se conhece bem”. (TUAN, 1974, p. 108). No entanto, este prazer visual pode variar em tipo e intensidade, de acordo com uma convenção social.

A avaliação de um meio ambiente por um visitante, por exemplo, é essencialmente estética, segundo Tuan. (1974, p. 74) O estranho julga pela aparência, por um critério formal de beleza, sendo preciso um esforço especial para provocar empatia em relação às vidas e valores de habitantes de um determinado local. Desta forma, podemos entender que o turismo, apesar de ter uma utilidade social e econômica para Conceição de Ibitipoca, não necessariamente une o visitante à vila visitada, mas a apreciação da paisagem ocorrente é mais pessoal e duradoura quando está mesclada a lembranças de possíveis incidentes anteriores, com a história e memória local.

Baseando-nos ainda em Tuan, podemos afirmar que o despertar profundo para a beleza ambiental em grande parte não está relacionado ao caráter da vila em questão, mas podem perdurar além do efêmero quando combina o prazer estético a uma curiosidade científica, onde cenas simples e aparentemente pouco atrativas e que antes passavam despercebidas, podem revelar-se em novos *insights* de um novo valor à realidade. (1974, p. 110). Daí a razão para se chamar a atenção da comunidade local para o valor que deve ser dado à vila como Paisagem Cultural, um dos grandes motivos com o envolvimento comunitário por parte do pesquisador, mencionado no início da explicação metodológica deste trabalho, onde discorremos sobre as proposições do Manual de Aplicações de Inventários Participativos (IPHAN, 2016)

Ainda sobre a importância da apreensão e valor dado à paisagem, o urbanista Kevin Lynch, em seu livro “A Imagem da Cidade” (1974) examina a qualidade visual de três cidades norte-americanas, por meio da imagem mental que dela fazem seus habitantes. Ao tratar assim da fisionomia das cidades, concentra-se, especificamente, na clareza visual da leitura da paisagem urbana e afirma ser esta “*legibilidade*” crucial para o cenário das cidades e, analisando-as de modo razoavelmente detalhado, mostra como o conceito pode ser usado, atualmente, para dar uma nova forma às cidades. (LYNCH, 1997, p. 3)

Para Lynch, cenários ou paisagens esperam para serem explorados, onde “a cada instante, há mais do que o olho pode ver, mais do que o ouvido pode perceber”. (LYNCH, 1974, p.1). Por mais comum que possa parecer, a cidade por ser uma construção no espaço, o conjunto das obras arquitetônicas, assim como a cidade entendida com uma obra arquitetônica em grande escala, proporciona um prazer especial ao ser percebido no decorrer de longos períodos de tempo.

O *design* de uma cidade é, portanto, uma arte temporal, mas raramente pode usar as sequências controladas e limitadas de outras artes temporais, como a música, por exemplo. Em ocasiões diferentes e para pessoas diferentes, as sequências são invertidas, interrompidas, abandonadas e atravessadas. (LYNCH, 1974, p.1)

Assim, ao mesmo tempo que a cidade pode estar estável em um determinado momento, pode estar sempre se modificando em seus detalhes ao longo do tempo. Deste modo não se constitui em um objeto percebido por variados atores de diferentes classes sociais, mas em um produto de diferentes construtores que, a todo momento, estão a modificar sua estrutura. (LYNCH, 1974, p.2). A consequência disto é uma paisagem admirável pelas comunidades que a ergueram e dela baseiam seus mitos, seus “símbolos e reminiscências coletivas da comunicação de grupo”, constituindo um cenário físico vivo e integrado. (LYNCH, 1974, p.5).

A construção de uma imagem ambiental para Lynch é o resultado de um processo bilateral entre o observador e seu ambiente, o qual possui suas características específicas. Ao passo que um indivíduo possui capacidade de adaptação e atribui significado ao que vê, a imagem pode variar significativamente enquanto é testada, manifestando-se de diversas maneiras. Assim, um objeto visto pela primeira vez pode ser identificado tanto por ser individualmente familiar, mas também por estar relacionado a um estereótipo já criado anteriormente pelo observador. (LYNCH, 1974, p.7). Além disso, ao mesmo tempo que “cada indivíduo cria e assume sua própria imagem, parece existir um consenso substancial entre membros do mesmo grupo”, compondo “as imagens mentais comuns a vastos contingentes de habitantes de uma cidade, o que Lynch chama de “imagens públicas”. (LYNCH, 1974, p.8).

Este capítulo vem a concentrar-se, portanto, nas “imagens mentais públicas” da paisagem cultural, assim como na “simbologia da paisagem” da Vila Conceição de Ibitipoca, a partir dos elementos que compõem seu ambiente construído. Isto nos remete novamente ao conceito de *imaginabilidade*, a qual corresponde à característica dada ao ambiente físico seja em sua “forma, cor ou disposição que facilita a criação de imagens mentais claramente identificadas, poderosamente estruturadas e extremamente úteis ao ambiente”. (LYNCH, 1974, p.11) A vila assim permite-se ser apreendida, na atualidade e ainda com o passar do tempo, como um modelo de alta continuidade, altamente “imaginável”, onde o domínio sensorial não seja simplificado, mas ampliado e

aprofundado na apreensão dos seus elementos. E quais elementos são estes e de que forma podem ser apreendidos e valorizados?

Buscamos então auxílio na proposta metodológica da arquiteta Maria Elaine Kohlsdorf, quem, através de um estágio feito nas favelas de Vigário Geral e do Morro União, no Rio de Janeiro, desenvolve uma abordagem sobre a apreensão da forma de área urbanas, a qual posteriormente irá servir de base metodológica para elaboração do Inventário de Configuração dos Espaços Urbanos (INCEU), proposta pelo Iphan em 2005.

Segundo Lewis Mumford apud Kohlsdorf (1996), a vida cívica é apresentada como o atributo fundamental da cidade, pois nela estão articuladas funções simbólicas – como as atividades de troca (*urbs*) e administração (*civitas*), que fazem da cidade a polis. A essas características conferidas à cidade não se pode desvincular a componente arquitetônica, pois qualquer estruturação social não existe sem espaço. Dessa forma, o espaço arquitetônico é definido como uma porção territorial onde se desenvolvem práticas sociais com uma gama de possibilidades muito diversificadas.

Dessa forma, observar a cidade como arquitetura, requer uma análise das modalidades do espaço transformado por ações humanas, especificada por suas características de extensão física e também do contexto histórico e dos traços analíticos. Assim, as questões analíticas de apreensão do espaço da cidade localizam-se tanto em sua utilização, voltadas a aspirações sociais, quanto nas possibilidades de informação, pois as paisagens possuem capacidade de transmitir mensagens que serão interpretadas como revelação de certos sinais codificados (KAHLSDORF, 1996).

As proposições de Kahlendorf (1996) se baseiam em Lynch (1974), basicamente nos seus conceitos sobre as sensações, onde a autora afirma que são elas as responsáveis pelo primeiro contato com as paisagens e constituem-se na ligação mais próxima da consciência com a realidade. Para ela, as sensações são a matéria-prima da percepção e a imagem percebida torna-se um retrato claro da realidade, passando a ser a orientação do indivíduo no meio (KAHLSDORF, 1996).

De acordo com Kahlendorf (1996), a apreensão das paisagens é dada a partir de sua forma física, de acordo com as diversas abordagens arquitetônicas e geográficas da cidade e, ainda, nos estudos relacionados aos mecanismos cognitivos. É preciso então que as observe como composições plásticas, seja através de elementos relacionados em

conjunto, ou ainda, totalidades. A informação contida na configuração nas paisagens divulga-se principalmente através da abordagem da arquitetura local como estrutura de signos e se identifica com a maneira como o espaço físico torna-se espaço social. A noção de composição como conjunto (organização dos elementos de configuração físico-espacial) é regida por certas leis. Em função disso, tem-se como hipótese que os conhecimentos da gênese de seu desenvolvimento possuem algumas características de universalidade que auxiliam a apreensão da forma das paisagens (KAHLSDORF, 1996).

A partir daí podemos entender que as diferentes formas das paisagens colocam condições que podem ser distintas para a sua apreensão, pois as mesmas possuem desempenhos cognitivos, ou seja, potencialidades específicas a serem entendidas pelos indivíduos. Certas paisagens podem responder positivamente a alguns atributos e negativamente a outros. A ação sobre as informações de determinada localidade provém de atividades fundamentais e interdependentes: a assimilação, a adaptação, a imitação e a identificação, se estabelecem como elos entre o indivíduo e o meio, garantindo a afirmação e integração social.

A conformação da paisagem cultural é o meio mais importante de emissão de informações para a realização do conceito de paisagem simbólica e, em sua apreensão e interpretação, utiliza-se principalmente o sistema visual. Logo, a análise dos espaços urbanos, em termos de identificação e orientação das pessoas, requer análises da forma a partir dos seus elementos visualmente relevantes (KAHLSDORF, 1996).

4.5. DESENHO DAS ESTRATÉGIAS

A partir da referida fundamentação teórica, em que passamos a entender que paisagem simbólica associa a linguagem ao significado, sendo que sua leitura é dada pela apreensão visual de sua forma física, precisamos compreender quais são as percepções decorrentes dos atores no nosso ambiente de estudo, a Vila Conceição de Ibitipoca. Precisamos igualmente captar a imaginabilidade, compreendendo o papel da paisagem cultural como produtor de imagens e sob quais aspectos o meio ambiente em questão desperta – se é que desperta – sentimentos topofílicos aos seus habitantes e transeuntes.

Assim, dentre os atores envolvidos, para esta primeira fase da metodologia regressivo-progressiva sob a ótica da leitura da dinâmica sociocultural, analisaremos as

categorias dos agentes produtores do espaço e a percepção captada por elas em relação à arquitetura local da vila. São elas: habitantes locais “nativos”; habitantes locais “forasteiros” – os que vieram de “fora”; turistas sazonais – que possuem casa de veraneio – e turistas eventuais – aqueles que se hospedam em hotéis, pousadas e campings; proprietários fundiários; promotores imobiliários; o Estado, através dos ditames do Plano Diretor e o IEF, através da legislação ambiental municipal.

A fim de cumprir o objetivo da leitura da percepção sociocultural na horizontalidade cotidiana da vila, detectando os elementos simbólicos materiais e imateriais da paisagem cristalizados no imaginário coletivo, utilizou-se de recomendações propostas no Manual de Aplicação do Inventário Configuração dos Espaços Urbanos (INCEU/ IPHAN) (2001a) em consonância com Kahlsdorf (1996) e Lynch (1974), baseando-se em uma metodologia que incluiu pesquisa de campo, revisão de literatura e técnicas básicas de levantamento documental de fontes primárias e secundárias, sistematização e interpretação de dados, fotografias e registro de informações, além de entrevistas com representantes de atores sociais dentre as esferas detectadas no capítulo anterior (leitura socioeconômica).

Através da proposição de Cosgrove (2004, p.109) o qual afirma que “as crianças, por serem menos aculturadas em significados convencionais, podem ser o melhor estímulo para recuperar os significados codificados na paisagem”, inicialmente nos propomos a abordá-las como representantes dos habitantes locais “nativos”.

Segundo Tuan (1974, p.64), crianças não possuem a carga das preocupações terrenas, nem todas as cadeias de aprendizagem, estão livres do hábito enraizado, são negligentes do tempo, e, portanto, estão abertas para o mundo e essa “ingenuidade” contribui para a pureza de sua percepção. Contudo, como as crianças muito pequenas percebem, mas ainda não têm atitudes bem formadas, vivem em um meio ambiente, têm um mundo, mas não uma visão do mundo, optamos por trabalhar com crianças dos nove aos quatorze anos, as quais já possuem a habilidade de fazer a distinção nítida entre o eu e o meio, já possuindo “consciência das relações espaciais, às expensas dos objetos que os definem”, “capazes de conceituar os espaços em suas diferentes dimensões; gostam das sutilezas na cor e reconhecem as harmonias na linha e no volume” (TUAN, 1974, p. 65).

Inspirados na metodologia de “apreensão e construção de uma imagem ambiental” proposta por Lynch (1974), foi realizada uma atividade específica com alunos variados

do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Padre Carlos, onde foi pedido aos alunos que realizassem um desenho colorido em uma folha A4, retratando a seguinte questão: “Quando você imagina a Paisagem Cultural da Vila Conceição de Ibitipoca, qual imagem vem à cabeça? ”.

Em um segundo momento, ainda dentro da intenção do cumprimento da leitura da percepção e apreensão da simbologia da paisagem, realizou-se uma varredura de observação pelos estabelecimentos comerciais, recepções de pousada, Centro de Informação do Parque Estadual de Ibitipoca, além de entrevistas com personalidades artísticas habitantes da vila e garimpou-se aquelas de maior expressão cultural, com características expressivas que retratassem a simbologia da paisagem através de representações da arquitetura local.

Para Cosgrove (2004, p. 108), “todas as paisagens possuem valores simbólicos”, porém esse “simbolismo é mais facilmente aprendido em paisagens mais elaboradas”, como cidades e parques, assim como em suas representações através da “pintura, poesia e outras artes”. De acordo com Noberg-Shulz (2012, p.455), “artistas e escritores buscam inspiração no caráter local e tendem a ‘explicar’ fenômenos da vida cotidiana e da arte por referência a paisagens e ao contexto urbano”, justificando a escolha destes atores para esta pesquisa como representantes das categorias *turistas sazonais* e *turistas eventuais*, habitantes locais *nativos* e habitantes locais *forasteiros*.

Por fim, para complementação de informações acerca das manifestações da arquitetura local e sua simbologia, foram captadas percepções da paisagem cultural através dos depoimentos de donos de pousadas e estabelecimentos comerciais (*proprietários fundiários e dos meios de produção*)

4.6. AS HORIZONTALIDADES COTIDIANAS DO PONTO DE VISTA SOCIOCULTURAL

Ao se analisar em um primeiro momento a horizontalidade cotidiana da dinâmica sociocultural da Vila Conceição de Ibitipoca, notamos que a nostalgia de tempos passados rurais ainda permanece na memória daqueles que a viveram, porém deparamo-nos hoje com uma ressignificação de valores, vinculada a inúmeros aspectos de caráter histórico, cultural, social e simbólico, potencializada pela chegada dos novos atores sociais na comunidade estudada, incluindo o apelo turístico. Para a definição da

conformação de seu *patrimônio imaterial*, nos recorreremos à captação de suas práticas, representações e expressões da atualidade e suas interpretações.

Para leitura e definição das manifestações simbólicas retratadas nos desenhos infantis e nos trabalhos artísticos locais, utilizou-se o método fenomenológico, levando em consideração que nele é priorizada a descrição direta da experiência tal como ela é, ou seja, a realidade não seria uma única verdade observada por um agente externo, o pesquisador, mas sim construída socialmente e entendida como o interpretado, nesse caso, o ponto de vista da criança ou do artista em questão (TUAN, 1980).

Através da atividade desenvolvida na escola, podemos verificar uma singularidade nas características predominantes da arquitetura local presentes nas *imagens mentais* ao analisar os sinais codificados dos 30 desenhos feitos pelas crianças da escola e seus respectivos pontos de vista de um habitante local. Deste material, um terço fez referência às igrejas históricas, marcos turísticos da vila; outro terço se referiu às paisagens naturais e ao pôr do sol marcante que compõe a vista da paisagem; e o restante fez referência ao conjunto de edificações típicas, com seus materiais construtivos como o tijolo à vista, paredes coloridas, pedras e telhados coloniais, inseridas nas ruas sinuosas calçadas e arborizadas, emolduradas pela paisagem natural (Figura 30).



Figura 30: Desenhos infantis retratando a paisagem cultural da vila.

Através da captura das manifestações artísticas, podemos verificar igualmente uma singularidade na linguagem da apreensão da arquitetura local, manifestada por vários artistas como Edgar Zurc, Nathalie Borges, Gabriel Gavioli, Álvaro Lobo, Gerson Guedes e outros, nas expressões centradas em determinados elementos simbólicos de sua conformação.

Nas obras do tradicional artista local Edgar Zurc, os mais significativos elementos arquitetônicos conformadores da paisagem cultural são nitidamente apontados, já consagrados em várias obras distribuídas na localidade como expressão tradicional local, sendo de importância referencial inclusive como mapas de informação e localização do arraial (Figura 31). Seus casarios são fielmente retratados, as perspectivas da paisagem valorizadas e a linguagem preservada simbolizando a “identidade da paisagem”.



Figura 31: Pintura de Paisagem Cultural da Vila Conceição de Ibitipoca por Edgar Zurc.

Na obra acima podemos destacar a pousada Estrela da Manhã como elemento central, (manifestação única de 3 pavimentos na imagem), acima dela a Matriz de Nossa Senhora de Ibitipoca, ao lado o Multimeios (centro comunitário) e abaixo a Igreja do Rosário. Além destas edificações de características excepcionais, todo o restante se constitui em edificações de um único volume e um pavimento, com coberturas em

telhas e barro, esquadrias de madeira, paredes em cores claras em sua maioria, com 4 exemplares de vedações em tijolinho à vista. Ruas calçadas em pedra e toda a massa verde dos jardins e arborização permeiam o conjunto.

Nas obras do artista plástico juiz-forano Gerson Guedes, são igualmente retratados significativos elementos arquitetônicos através do conjunto de telhados coloniais e edificações com fachadas coloridas de um único volume e gabarito 1 em torno da Matriz, associadas à figura do lobo-guará, horizonte de montanhas e jardins, remetendo à natureza. Nesta obra notamos o valor dado à identidade visual da paisagem cultural preservada através de seus símbolos (Figura 32).



Figura 32: A Vila e o Lobo. **Artista:** Gerson Guedes. Ano: 2017

Como elemento simbólico comumente encontrado nas apreensões dos artistas encontrados, no entanto, temos na Matriz de Nossa Senhora de Ibitipoca, o ícone de referência histórica e cultural, registrando a singularidade do passado e memória da vila, sendo a única edificação local preservada do século XVIII e, portanto, tombada pela Prefeitura de Lima Duarte (Figura 33)



Figura 33: A Matriz de Nossa Senhora Conceição de Ibitipoca registrada na atualidade. **Artista:** Gabriel Gavioli. Ano: 2017.

No entanto, temos que, apesar de um reconhecimento coletivo dos bens e da expressividade do conjunto, valorizados pela população local e, mais ainda, pelos

visitantes, um sentimento comumente encontrado de nostalgia e incômodo com a “invasão” desordenada e a descaracterização que ameaça o arraial. Waltemberg Carvalho desabafa: “A história de Ibitipoca está toda atropelada, a verdade é essa. A ganância, aquela vontade de ganhar dinheiro.... Conseguiram vender quase tudo, destruíram tudo. Eu não vendo as coisas da história. Vários casarões foram desmanchados para fazer casas aqui. Tijolo por tijolo, pedra por pedra, telha por telha”.

Podemos considerar que as manifestações artísticas analisadas, assim como os desenhos infantis, são amostras fiéis da relação identidade cultural e arquitetura local, assim como todos os depoimentos captados dos atores entrevistados apresentaram uma maneira eficaz de abordar a relação entre o homem e a natureza, a cultura e o meio. Na intenção de abordar nosso objeto empírico como bem cultural, portanto, a associação da dimensão física e a social, vinculada aos elementos tangíveis com os intangíveis, contribuíram para a para uma noção renovada da paisagem cultural, imprimindo novos pontos de vista e confirmando muitas observações captadas diretamente nos trabalhos a campo.

4.7. DECOMPOSIÇÃO VERTICAL DO PONTO DE VISTA SOCIOCULTURAL

A partir daí, para o desenvolvimento desta segunda etapa da nossa proposta metodológica lefebvriana neste capítulo, uma decomposição vertical da dinâmica sociocultural de retorno às manifestações simbólicas passadas da vila, faremos uma breve retrospectiva dos costumes e apreensões de valores em relação ao conjunto da paisagem por parte de seus atores. Este será feito de forma regressiva, como indica a metodologia, onde partiremos do momento presente retornando ao passado, para assim elucidar a situação atual.

Para isso, iremos nos aportar ao livro de poesias do autor Antônio Cezar de Souza (2014) intitulado “Veredas Secretas – Nas trilhas clandestinas de Ibitipoca”, no qual o autor ilustra sua própria travessia e vivência na vila, sempre atento aos costumes e cultura local ao longo do tempo. Nesta obra foi possível observar em todo o seu conteúdo menções às peculiaridades da localidade, referindo-se ao seu contexto bucólico, sua fauna, sua flora e suas vielas, relacionados à rotina pacata de uma vila e seus personagens locais, além dos que vieram de fora e entraram para a história da vila. Nas entrelinhas desta obra fica implícito o valor e o cuidado dispensado à preservação da identidade, mesmo com a chegada do turismo.

Inicialmente, fazendo referência à identidade cotidiana da vila há alguns poucos anos atrás, citamos:

IBITIPOCA E SUAS ESQUISITICES

E vinte anos se passaram
Os costumes por aqui mudaram
Progresso e inovações que contaminam
Mas para as pessoas simples
Muitos hábitos não combinam

(...)

Não combina
Perturbação da ordem
Infortúnios e pespego
Turistas asselvajados
Tirando nosso sossego (SOUZA, 2014. p.57)

Há de se perceber nestas palavras um sentimento presente, muito observado por parte dos atores locais, tanto nativos quanto forasteiros já há mais tempo morando em Ibitipoca, referente às “estranhezas” da sobreposição de culturas por qual passa à vila neste momento, já tão entranhada dos costumes do mundo contemporâneo e globalizado. “Não se vê mais a simplicidade de tempos atrás, como tinha quem procurava esse lugar. A pessoa chega querendo uma casa rústica, mas não quer perder o conforto que deixou lá da cidade que veio”, refere-se o produtor rural nativo Waltemberg aos *turistas sazonais*.

Um misto de uma simbologia camponesa de características interioranas mineiras com uma necessidade de praticidade, de imagem e “cultura do fim de semana” permeia as sensações dos frequentadores esporádicos nesta última década, ao passo que habitantes locais já não querem igualmente se abster do consumo facilitado de produtos que vêm de fora, devido à facilidade de acesso e o capital que, nesta última década principalmente, circula entre os envolvidos diretamente e indiretamente no setor turístico da vila. A facilidade de acesso e melhoria da estrada, além do aumento expressivo de recursos de mídia da internet muito tem a ver com a interferência dos valores locais, como em toda a sociedade contemporânea. “Trocaram a religiosidade pelas bebidas, o cavalo pela moto, trocaram o rádio pelo celular, então trocam também a pedra pelo cimento, a madeira pelo vidro...), explica Waltemberg, ao inconscientemente fazer um paralelo entre valores materiais e imateriais.

A exemplo desta simbologia contemporânea retratada na paisagem, temos as construções que se com estrutura de concreto revestidas com uma argamassa modela e pintada, simulando uma tora de madeira nos sentidos de vigas e pilares, assim como esquadrias em vidro temperado assentadas sobre guarnições de dormentes ou ainda pedras revestindo muros, paredes e fundações.

Na virada do século, no entanto, as relações de envolvimento com a localidade e busca de valores rurais por parte dos turistas eram diferentes. Visitar a vila de Conceição de Ibitipoca requeria um esforço maior, uma dedicação e um rompimento com a cultura urbana em outra proporção. O poeta retrata:

GIGANTES DE AÇO

Para chegar ao paraíso
 Percorrer caminhos de terra era preciso
 Muita poeira e pés no chão
 Mochila nas costas e um cajado na mão

A pé ou a cavalo era uma opção
 Um ônibus e um caminhão
 Eram a única condução
 Valentes gigantes de aço
 Rompiam destemidos com muita emoção [...] (SOUZA, 2014. p.97)

Na década de 1990, momento este que antecede o *boom* de eventos culturais de influências externas como os festivais gastronômicos, musicais e esportivos, os quais atraem turistas de maior poder aquisitivo e, conseqüentemente, de nível de exigência de conforto e hospitalidade, houve o expressivo surgimento de uma cultura local voltada aos anseios de quem buscava o bucólico, porém ainda com uma maior percepção das tradições e expressões originárias da localidade. Os turistas tinham a intenção de um envolvimento com os valores culturais da serra, um mergulho na natureza e uma busca pela identidade bucólica. Relativa a este período, uma leitura da simbologia da paisagem é retratada pelo uso de materiais locais e adaptações e/ou releituras no uso dos tijolos maciços, da madeira e aproveitamento de materiais de desmanches de casarões antigos rurais.

Este período foi marcado pelo ressurgimento do uso do tijolo à vista como linguagem simbólica da arquitetura local e é bem explicado no depoimento de Marco Pellicano, 56 anos, empresário carioca que frequenta a localidade desde 1980. Segundo

ele, a inspiração para construir com tijolinhos à vista sua primeira casa em Ibitipoca perto da portaria do parque (1985), assim como depois a Repousada (1987), veio a partir das construções locais antigas (em particular a do Sr. Nelson e Dona Maria, famosos produtores do pão de canela, a caminho do parque). Em sua pousada, Marco foi o pioneiro ainda na construção de chalés de volumetria única e telhado 2 águas, também com o uso do tijolinho estrutural exposto. (Figura 34) Ele narra que anteriormente a ele, a única construção em tijolos aparentes do período era a Pousada Janela do Céu, construída de forma bastante rústica no ano de 1984, também com tijolinhos à vista, porém com quartos contíguos.



Figura 34: A. Casa do Sr. Nelson e Dona Maria do Pão de Canela, ano de construção: aprox. 1920. B. Sede da Repousada, ano de construção: 1987 - Vedação em tijolos à vista. C. Chalés para aluguel, ano de construção: 2001 – Estrutura e vedação em tijolos à vista. **Fotografias:** Acervo pessoal.

Anteriormente à construção destas pousadas, o que se apreendia simbolicamente na paisagem em termos de arquitetura local era algo bem diferente. Sob um primeiro aspecto o verde, associado às pedras permeando as casas espaçadas pelos caminhos eram marca da identidade serrana local. Sob outro aspecto, não existia ainda a atividade relativa ao “atendimento” aos anseios dos turistas, os quais ainda eram pontuais e “alternativos” e cujo gosto era justamente o de se fundir e vivenciar as peculiaridades características tanto das manifestações populares e patrimônio imaterial como a exemplo das festas religiosas, ou às tradições de cavalgada e botecos, mas, principalmente, desfrutar a natureza do Parque Estadual de Ibitipoca. Souza (2014) assim retrata este momento:

IBITIPOCA

A primeira vez que aqui pisei
A Vila era pequenina
Mesmo com mais de trezentos anos
Tinha jeito de menina...

Tinha o bar Ventania
Lugar dos encontros e desencontros
Abria todas as noites
E também durante o dia...

Nos feriados tinha forró o dia inteiro
Barrosos na sanfona
Seu Garnatino no pandeiro
Tocando com muita energia
Zé Alves no vocal
Cantando cheio de alegria...

As ruas eram de areia
Brilhavam como diamante
Em noites de lua cheia
Pura luz e magia
Ofuscando os olhos
Enchendo-nos de euforia...

Tinha um jovem hippie
Seu apelido era Defunto
Caboclo da cidade
Cheio de malícia
Seus cabelos eram pretos e longos
Belos como a peruca da Mortícia...

O bar do seu Tião
Era um ponto de encontro

Tudo era diversão
 Uma boa prosa, cerveja, cachaça e restilo
 Um botequim das antigas
 Meio largado, desleixado, mas cheio de estilo...

Tinha a Jaque e a Nuri
 Um bar muito maneiro
 Era decorado diferente
 Não tinha nada de mineiro

Promovia ambientes reservados
 E não tinha um balcão
 Havia salinhas escuras
 Com pouca iluminação...

Ibitipoca tinha passagens e viela
 As lindas guias Vitória e Estela
 Tinha pedra Cristal na rua
 Tinha a Gisa andando nua...

O Café com Pinga
 Era um bar cheio de graça
 Bebia-se de tudo um pouco
 Bebidas nobres
 E também boa cachaça...

Os ratos tinham um bar
 Três amigos agitaram o lugar
 Havia de tudo um pouco
 Seus donos eram muito loucos
 E no vilarejo deram um choque
 A grande novidade
 Foi o show dos vovôs do rock...

Tinha também o homem onça
 Que conhecia o parque como a palma da mão
 Cada gruta, cada cachoeira
 Cada pedaço desse chão...

Deu nomes aos atrativos do parque
 Fantasiou a onça da cara preta
 Diz ser o guardião absoluto
 Do túnel da borboleta... (SOUZA, 2014. p.65)

Neste relato do autor, além das figuras excêntricas dos personagens forasteiros, percebe-se uma fusão linear com personalidades nativas. A simbologia do boteco local é valorizada tanto pelo *nativo* quanto pelo *forasteiro*, contudo, um bar nada mineiro passa a enquadrar o conjunto e, de certa forma, a causar estranhamento aos locais. Se em uma situação tem-se o forró tradicional, logo ao lado tem-se o contraste do rock, novidade da modernidade. Assim, novamente podemos fazer uma análise paralela das linguagens

entre patrimônio imaterial e material, onde valores culturais são contrastados e fundidos, possibilitando algo entre descaracterização ou readequação.

Em relação à arquitetura local, temos no já citado depoimento de Vicente Fortes sobre a preferência por edificações executadas com a lajota estrutural: “muito pela novidade da agilidade de mão-de-obra e depois cobertas com laje, muitas vezes ficando exposta, o que descaracterizou bastante (a paisagem) neste período”, um sentimento intrínseco de estranhamento a um padrão construtivo que houve na época em relação ao que era tradicional da localidade. Vicente, lembrando também das telhas de amianto e esquadrias de metalon como elementos incorporados ao padrão construtivo, deixa claro ao adjetivar “novidade”, a atração momentânea por elementos modernos que, sendo práticos e funcionais, assim como a cultura, poderiam ser tranquilamente incorporados à nova realidade. No entanto, ao mencionar a palavra “descaracterização”, já apresenta uma consciência atual de que naquele período houve algo excêntrico à paisagem de um passado mais remoto, assim como da atualidade.

Contudo, as percepções e simbologias descritas até agora, apresentam a era pós energia elétrica (1961 com usina local e 1978 com a chegada da CEMIG) e, conseqüentemente, pós televisão (primeiro exemplar em 1969), elemento proporcionador de interconexões culturais e influências (Figura 35).

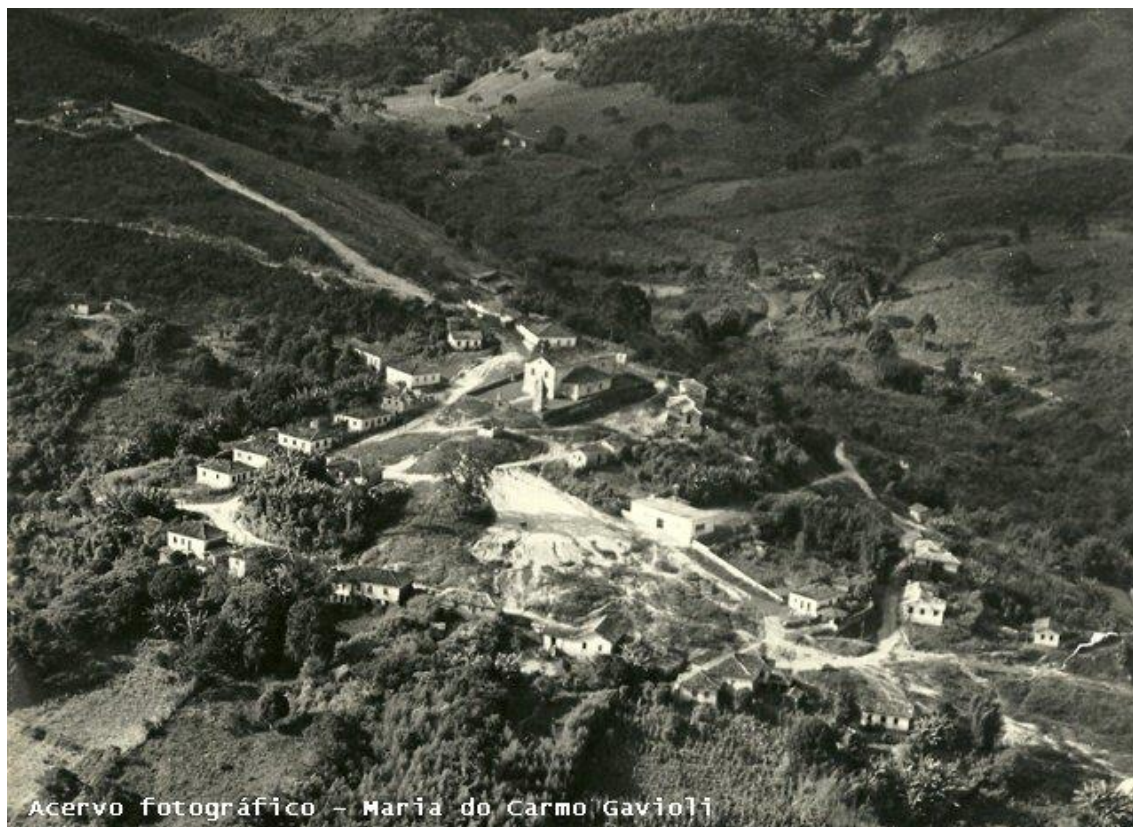


Figura 35: Vila Conceição de Ibitipoca em 1968, um ano antes da chegada da televisão. Conjunto de casas claras com telhados coloniais e volumetria simples. Detalhe para a Escola Municipal Padre Carlos coberta com laje exposta. **Fotografia:** Acervo de Maria do Carmo Gavioli.

Anteriormente a este ponto de inflexão, a paisagem se conformava simbolicamente sob um aspecto bem diferente, refletida no cotidiano bem descrito por Souza (2014):

SERRA DE IBITIPOCA

(...)

Uma mulher de pé no chão
 À Beira do fogão
 O clarão do fogo ilumina o espaço
 No fim do dia ela anseia por um abraço

No meio da cozinha tem uma pedra
 Faz-se uma pequena fogueira
 Esquentam-se a água do escalda pés
 Ritual que alivia a canseira

O homem maduro de enxada na mão
 Conquistou seu coração
 Ela espera pelo marido
 De semblante cansado e sofrido [...] (SOUZA, 2014. p.65)

A agricultura de subsistência e a pecuária leiteira subsidiavam a vida simples rural de uma comunidade ativamente católica e devota. Muitas eram as festas da Igreja, missas e procissões. O artesanato de argila, teares e o jongo também eram manifestações simbólicas e culturais locais (CUNHA, 2006), em um período de grande atuação e domínio da Igreja sobre uma população tradicional, heterogênea e simples. Otacílio Geraldo Lage, 66 anos, comerciante nativo de Ibitipoca, relata que “o bonito deste lugar sempre foram as casas branquinhas, destacando na paisagem... quando era de tijolinho (aparente) era porque o reboco era fraco e caía”. Segundo Otacílio, apenas quem não tinha recurso na emboçava suas casas, desde o início do século até 1990. “De uma hora pra outra, o tijolinho (aparente) começou a ser pedido por um aqui, outro ali” refere-se ele aos turistas, com o estranhamento natural de um cidadão nativo tradicional, representativo do grupo dominante da época (Figura 36).



Figura 36: Casa de uso comercial “São Geraldo”, ano de construção: 1935 - Vedação em tijolos maciços rebocados e pintados. **Fotografia:** Acervo pessoal.

Relativo às manifestações simbólicas deste período, encontramos o premiado documentário “Ibitipoca – droba pra lá”, com direção de Felipe Scaldini, o qual retrata, através de imagens que valorizam a paisagem e o depoimento de personagens (em sua maioria camponeses e habitantes da vila de idade mais avançada), a transformação repentina no cenário da vila, gerando um contraste entre a simplicidade original e a

modernidade. Nesta obra, observa-se o envolvimento social e histórico de Ibitipoca e arredores próximos, assim como sua relação com o patrimônio imaterial (Figura 37).



Figura 37: Imagem de divulgação do documentário “Ibitipoca – droba pra lá”, de Felipe Scaldini. **Fonte:** <http://www.acesa.com/cultura/arquivo/noticias/2013/03/20-documentario-ibitipoca-droba-pra-la-sera-lancado-em-dvd>.

Comprovando relatos encontrados no documentário, além de apreensões da paisagem e cenários retratados, três exemplares de mais de 40 anos e um exemplar de aproximadamente 60 anos foram encontrados na área do recorte desta pesquisa, sendo que são correspondentes à casebres muito simples localizados à margem do nosso recorte espacial, os quais nitidamente não foram rebocados por questões financeiras. Apenas um exemplar não corresponde a este ponto, a casa do Jucundiano Chaves de 1910 a qual acredita-se não ser rebocada por questões de doação em família antes do seu término, segundo Waltemberg Carvalho.

Ainda decompondo verticalmente na linha do tempo das manifestações simbólicas de Ibitipoca, mesmo que tendo como representante edificada do século XIX apenas a Igreja Matriz, utilizamos da percepção relatada do pesquisador Saint-Hilaire (já referido no capítulo 3) sobre as características predominantes da paisagem deste período, a fim de se alcanças ao máximo as raízes culturais da localidade. Souza (2014) nos ajuda com sua interpretação neste poema:

O BOTÂNICO

O botânico francês Auguste de Saint-Hilaire
Encantou-se por nossas matas
Por nossa fauna e flora
Pelas cachoeiras e cascatas

E de caminho em caminho por aqui ele andou
Passando por trilhas e rumos aqui ele parou
Conheceu gente humilde e fazenda produtiva
Deslumbrou-se pelo lugar e sua vida nativa

Em suas andanças pelo lugar
O viajante francês relata em sua descrição
Uma vida pobre, sem opção
Um lugar ermo sem muita vocação

[...]

Do alto do Pico do Peão
Encantado pela incrível paisagem
Ele declama com o coração
Que ao ir embora
Sua lama aventureira chora
Ao perceber que não mais irá voltar
O este lindo e inóspito lugar. (SOUZA, 2014. p.113)

Retira-se simbolicamente deste momento a apreensão, por parte de um “turista”, da preponderância do destaque da paisagem natural, com características ímpares em termos de fauna, flora, cachoeiras, etc, sobre a paisagem cultural, neste momento histórico com baixa atividade dos nativos remanescente do período da mineração, muita pobreza, quase abandono.

VEREDAS SECRETAS – CICLO DO OURO

O ouro de aluvião
Fez crescer vilas
Atraiu a multidão
Desde colonizadores
Até sonegadores dos cofres do leão...

Ibitipoca era uma província
Centro da colonização da capitania
Contribuía com generosos tributos
Arrecadava tudo que podia
Taxando impostos de tudo que valia...

O encontro do ouro
O achado das minas
Fez deslocar muitos mineiros
No afã de extraírem metais preciosos
Do solo virgem

E do fundo dos ribeiros

Um caminho clandestino
Desviava o ouro do seu destino
Era a rota de contrabando
Que roubavam da Fazenda Real
Em protesto ao seu desmando

Extraviam-se a riqueza
Da ganância da coroa portuguesa
Essas passagens eram discretas
Caminhos ocultos
Chamados Veredas Secretas [...] (SOUZA, 2014. p.93)

De acordo com o último poema de Souza (2014), ao retrocedermos para o primeiro dos períodos históricos do qual se tem registros oficiais na localidade, o do Ciclo do Ouro, extraímos uma manifestação simbólica de exploração da localidade por parte de “forasteiros” representados pelos bandeirantes paulistas, os quais, mesmo permanecendo por mais de dois séculos em sua ocupação populosa na localidade, mantiveram uma ocupação de caráter efêmero, com edificações muito simples e de baixa qualidade, inclusive casarões os de Conselheiros que em Ibitipoca habitaram.

4.8. RECOMPOSIÇÃO TRANSVERSAL DO PONTO DE VISTA SOCIOCULTURAL

Neste último e conclusivo estágio de leitura da dinâmica sociocultural, o da Recomposição Transversal, foi feita uma organização sistemática de todo levantamento simbólico e apreensões da paisagem cultural de Conceição de Ibitipoca, onde os dados foram organizados e hierarquizados cronologicamente e, através de uma linha do tempo (Anexo IV), definiu-se com os marcos temporais e pontos de inflexão naturalmente determinados (Tabela 3).

Tabela 3: Dinâmica sociocultural e simbólica por período.

PERÍODO	HEGEMONIA CULTURAL DA PAISAGEM	SIGNIFICADO SIMBÓLICO	RESSIGNIFICAÇÃO
SÉC. XVIII	Casas com reboco em cores sortidas com cobertura de sapé	Efemeridade, simplicidade	Gênese da arquitetura local
1ª METADE DO SÉC. XIX	Casas sem reboco com cobertura de sapé	Simplicidade, religiosidade	SÉC. XVIII
2ª METADE DO SÉC. XIX	Casas claras com telhas curvas 4 águas	Simplicidade, estabilidade, religiosidade	1ª METADE DO SÉC. XIX
RECONSTRUÇÃO DAS IGREJAS			
1ª METADE SÉC. XX	Casas claras com telhas curvas 4 águas	Estética, estabilidade, religiosidade	2ª METADE DO SÉC. XIX
CHEGADA DA TELEVISÃO E DIVULGAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DE IBITIPOCA			
DÉCADA 1980	Casas brancas, telhas planas	Religiosidade, inovação, modernidade, praticidade, descaracterização	2ª METADE DO SÉC. XIX
INTENSIFICAÇÃO DO TURISMO			
DÉCADA 1990	Casas claras neocoloniais	Estética, momento de transição	2ª METADE DO SÉC. XIX
CRIAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE IBITIPOCA			
DÉCADA 2000	Casas rústicas com tijolos aparentes e telhados coloniais	Estética, bucolismo, simplicidade, integração	1ª METADE DO SÉC. XIX
DÉCADA 2010	Casas rústicas com paredes coloridas, madeira e telhados coloniais	Estética, bucolismo, rusticidade, lazer	SÉC. XVIII

Contemplando o terceiro objetivo específico desta pesquisa de detectar os elementos simbólicos da paisagem que possuem expressivo valor de identidade cultural e são cristalizados no imaginário coletivo, concluímos que:

- ❖ A simbologia da paisagem cultural através da arquitetura local teve sua identidade marcada por edificações de um volume e um pavimento, com coberturas coloniais e esquadrias de madeira;

- ❖ O período marcado pela religiosidade teve o predomínio na arquitetura de edificações com cores claras ou brancas nas fachadas;
- ❖ O valor atribuído à arquitetura enquanto identidade pela comunidade nativa permeou da simplicidade inicial, à busca pelo requinte tradicional no período da atuação da Igreja, sendo influenciado pela modernidade com a chegada da televisão e melhoria do acesso;
- ❖ Com a chegada efetiva do turismo, há uma busca pelo bucolismo, simplicidade e rusticidade na arquitetura por parte dos visitantes;
- ❖ A partir da conscientização da valorização dada à identidade da arquitetura por parte dos turistas é despertado o interesse da população nativa a aderir à nova identidade criada;
- ❖ A confluência dos interesses da população nativa e dos forasteiros em preservar a identidade da paisagem cultural (reconhecendo nisso também uma fonte de atração turística), culminou na produção do Plano Diretor (2000), comprovando os valores simbólicos da comunidade;
- ❖ As edificações de cada período trazem consigo readequações tecnológicas do período anterior, com a releitura de elementos arquitetônicos, onde ressignificações e resgates foram observados, sendo eles:
 - Coberturas de sapé do século XVIII e metade do XIX tiveram uma readequação às telhas curvas na segunda metade do XIX e primeira metade do século XX e, posteriormente, às telhas cerâmicas;
 - O reboco tradicional executado com a tabatinga (argila de cor clara) até a metade do século XX é posteriormente readequado à pintura de cor branca nas casas tradicionais até quase o final do milênio;
 - As estruturas de madeira utilizadas no pau-a-pique e adobe dos séculos XVIII e metade do XIX, são resgatadas nas edificações a partir da última década;
 - O uso dos tijolos à vista iniciado a partir da década de 90 é uma busca cultural à simplicidade e rusticidade camponesa das edificações do início do século XX que não foram rebocadas por questões financeiras e, ainda, às edificações de adobe do século XVIII e metade do XIX;
 - O tradicional reboco a base de oca feito nas edificações do século XVIII e metade do XIX em cores sortidas de solo, são curiosamente resgatadas nos últimos dois anos através das pinturas em cores variadas e vibrantes surgidas nos últimos dois anos na paisagem de Ibitipoca.

- ❖ Os valores histórico-ideológicos atribuídos às casas de moradia e aos estabelecimentos construídos em estilo neo-colonial refletem o fato em que os atores produtores do espaço do tempo presente reconhecem nas edificações remanescentes do centro histórico um referencial a ser seguido, o que, para Berque, retrata a paisagem-matriz. (BERQUE, 2004, p. 85)
- ❖ A partir destes impulsos evolutivos compreendemos o conjunto edificado, o qual, através de uma progressão no espaço, propicia a função hegemônica da sociedade - entendida como cultura dominante - transformando a Vila Conceição de Ibitipoca em um sistema de informação, palco de um turismo cultural, onde a elasticidade e a flexibilidade de seu sistema linguístico são transmitidas como imagem à percepção de seus atores, através das “edificações” de que é composta.
- ❖ Observa-se enfim, a superação de uma visão exclusivamente centrada nos “fatos memoráveis” da história oficial de Ibitipoca como localidade tricentenária, com costumes campestres mineiros, transformado a partir de um determinado momento ao reconhecimento de uma nova memória plural, representativa de diversos grupos que compõem a comunidade, aonde foi redesenhado seu valor cultural ao caráter excepcional da simbologia da arquitetura local, valor agora identificado nos produtores e reprodutores do espaço, memória e identidade dos diversos grupos sociais, confirmados, no caso deste estudo inclusive, pela forte atração turística.

CAPÍTULO 5: A LEITURA INTEGRAL DA PAISAGEM

5.1. OS PERÍODOS HISTÓRICOS E OS PONTOS DE INFLEXÃO

Neste último capítulo da pesquisa, da qual nos propomos a fazer uma Leitura Integral da Paisagem da Vila Conceição de Ibitipoca onde, através da metodologia proposta trabalhamos as leituras do objeto de estudo sob três perspectivas – Arquitetura Local, Composição Social e Percepção Simbólica, finalmente foi feita a sobreposição dos chamados *layers* de leitura, onde os parâmetros coincidentes foram associados e correlacionados. Como recurso final da metodologia, foram definidos os marcos pontuais que serviram de parâmetros para a dita sobreposição. Assim, trabalhamos encima do “greide” dos períodos históricos determinados, indicando os ditos “pontos de inflexão” de cada componente da leitura. Sendo assim, segue a malha histórica sobre a qual trabalhamos:

- ❖ O primeiro ponto de inflexão fica definido como “Reconstrução da Igrejas”, onde no primeiro capítulo foi coincidente com a criação da primeira olaria da localidade, assim como o momento de fortalecimento do domínio da Igreja e da religiosidade;
- ❖ O segundo ponto de inflexão será dado como “Chegada da televisão e divulgação do Parque Estadual de Ibitipoca”, momento este ocorrido pouco após a fundação do parque e da doação de terras da Igreja para os habitantes nativos;
- ❖ O terceiro ponto fica por conta da “Intensificação do turismo” e é relativo à melhoria da estrada, assim como a venda de terras da Igreja aos habitantes forasteiros e turistas sazonais, a construção das primeiras pousadas e o crescimento desordenado;
- ❖ O quarto e último ponto de inflexão é o momento de uma maior conscientização da população local e a criação do Plano Diretor de Conceição de Ibitipoca.

5.2. LIP – LEITURA INTEGRAL DA PAISAGEM DA VILA CONCEIÇÃO DE IBITIPOCA

A partir dos pontos definidos, foram confrontados os elementos determinantes de cada uma das três componentes da metodologia, em cada um dos capítulos anteriores, organizados cronologicamente através de uma linha do tempo (Anexo IV). Das informações buscadas das respectivas tabelas, foram selecionadas as seguintes:

Elementos Arquitetônicos; Grupo Social Dominante e Hegemonia Cultural da Paisagem. Segue a seguir a nova composição: (Tabela 4).

Tabela 4: Leitura Integral da Paisagem.

PERÍODO	ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS	GRUPO SOCIAL DOMINANTE	HEGEMONIA CULTURAL DA PAISAGEM
SÉC. XVIII	Pau-a-pique ou adobe, oca, pedra, madeira, sapé	Estado	Casas com reboco em cores sortidas com cobertura de sapé
1ª METADE DO SÉC. XIX	Pau-a-pique ou adobe, pedra, madeira, sapé	Nativos	Casas sem reboco com cobertura de sapé
2ª METADE DO SÉC. XIX	Pau-a-pique ou adobe, tabatinga, pedra, madeira, telhas curvas	Igreja	Casas claras com telhas curvas 4 águas
RECONSTRUÇÃO DAS IGREJAS			
1ª METADE SÉC. XX	Tijolos rebocados, tabatinga, pedra, telhas curvas	Igreja	Casas claras com telhas curvas 4 águas
CHEGADA DA TELEVISÃO E DIVULGAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DE IBITIPOCA			
DÉCADA 1980	Tijolos rebocados, telhas amianto, metalon	Nativos	Casas brancas, telhas planas
INTENSIFICAÇÃO DO TURISMO			
DÉCADA 1990	Concreto, tijolos ou lajotas rebocadas, telhas cerâmicas	Turistas e proprietários dos meios de produção	Casas claras neocoloniais
CRIAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE IBITIPOCA			
DÉCADA 2000	Concreto, tijolos à vista, telhas cerâmicas 2 águas, pedra	Turistas, proprietários dos meios de produção e especuladores imobiliários	Casas rústicas com tijolos aparentes e telhados coloniais
DÉCADA 2010	Concreto, tijolos ou lajotas rebocadas, tintas, madeira, telhas cerâmicas, pedra	Turistas, proprietários dos meios de produção e especuladores imobiliários	Casas rústicas com paredes coloridas, madeira e telhados coloniais

Contemplando o quarto objetivo específico desta pesquisa de alinhar os marcos temporais decorrentes da dinâmica social aos elementos arquitetônicos predominantes e aos elementos simbólicos cristalizados captados, focalizando a evolução do “saber-fazer” ao longo deste processo, afirmamos que:

- ❖ Em um momento de isolamento geográfico, acessos ruins e muito pouco recursos, técnicas rudimentares de construções com materiais naturais locais eram dominadas pela população local, não importando se sob o domínio do Estado, da Igreja ou em situação de “abandono”, porém sempre em caráter de efemeridade. Essas técnicas são o trabalho com a madeira, alvenaria de terra crua, uso das pedras e sapé;
- ❖ A presença forte da Igreja traz para a população local um sentimento de pertencimento e organização, os quais proporcionam uma estabilidade local e desenvolvimento nas técnicas construtivas, como a produção e assentamento de tijolos maciços, reboco, madeiramento do telhado e produção de telhas curvas;
- ❖ A partir do contato com culturas externas, através da mídia (televisão) e a chegada de visitantes, novos valores simbólicos são absorvidos e novas técnicas construtivas são incorporadas ao conhecimento tradicional. São elas a habilidade com o uso do cimento, estruturas de concreto armado e a lajota industrial;
- ❖ Com a valorização de tradições culturais e o bucolismo local por parte dos turistas, há um novo anseio e “treinamento” da mão-de-obra local, através do resgate de técnicas tradicionais, os quais ressurgem de forma adaptada, como o uso dos tijolos aparentes, trabalhos estruturais com a madeira e o uso da pedra.
- ❖ Na atualidade, muitas vezes a imagem simbólica aparece mais valorizada por parte de grande parte dos atores, do que a própria originalidade da técnica construtiva;
- ❖ A hegemonia cultural da paisagem possui características diferenciados na arquitetura local em relação aos seus proprietários e usuários de acordo, na maioria das vezes, com a sua setorização.

5.3. CONCLUSÃO

Através das proposições acima em relação a dinâmica do patrimônio material e imaterial e, portanto, da paisagem cultural da Vila Conceição de Ibitipoca ao longo de sua história, podemos concluir que, com todas as adaptações e readequações da evolução natural de sua arquitetura local, muitos são os parâmetros ainda hoje respeitados e seguidos, os quais compõem a identidade local. Esta identidade está diretamente relacionada à sua história, desde a exploração do ciclo do ouro há três séculos, até a exploração turística da atualidade.

Contudo, o turismo ecológico encontrado hoje na localidade está diretamente relacionado ao cenário proposto da paisagem cultural da vila, muito bem observado

durante todo o decorrer desta pesquisa, principalmente ao se confrontar a *paisagem-marca* (resultados da componente Arquitetura Local) com a *paisagem-matriz* (resultados encontrados na Percepção Simbólica), de acordo com a conceituação proposta por Berque (1998).

Entende-se ainda a importância do valor que deve ser dado à sua história e formação da composição da paisagem, através dos detalhes construtivos e elementos compositivos na conformação espacial, enquanto bem patrimonial local. Para isto, se faz necessária uma maior conscientização coletiva da preservação de sua identidade, a qual pode ser definida, mais especificamente, por legislação interna.

Relembrando os dizeres do 2º parágrafo, do item V do Artigo 62º do Plano Diretor e do como da Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo, em seu Capítulo VII referente às edificações, temos o seguinte: “Os projetos deverão respeitar as características do padrão colonial que predomina na localidade, mantendo a escala entre os volumes das edificações, a similaridade de coberturas e o ritmo de abertura de vãos”. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2000). Assim, podemos concluir que os resultados encontrados contemplam o objetivo final proposto de indicar parâmetros e elementos-construtivos-chave, para que sejam utilizados como referência no Código de Posturas e na Lei Municipal de Organização da Ocupação e Uso do Solo do Distrito de Conceição de Ibitipoca, subsidiando a preservação da identidade da paisagem cultural. Sendo assim, propõe-se:

- Deve-se evitar fundações com pilares e vigas aéreas expostas, assim como “porões” que excedam a altura de 1,0 m;
- Vedações devem ser rebocadas e pintadas ou trabalhadas no tijolo estrutural à vista;
- Esquadrias devem sempre ser de madeira ou vidros temperados com guarnições de madeira;
- As coberturas devem ser em telhas cerâmicas;
- Muros e contenções devem ser de pedra, revestidos com pedra ou vegetação;
- O gabarito máximo permitido deve ser de 3 pavimentos, sendo um deles abaixo do nível da rua;
- Volumetria livre;

- Devem ser evitados: materiais metálicos em estruturas, coberturas, esquadrias e portões.

5.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para fechar esta pesquisa, existem alguns pontos a respeito de questões atuais da Vila Conceição de Ibitipoca que devem ser colocados. Durante os trabalhos de campo, através do envolvimento com os atores locais, muitas foram as queixas ouvidas a respeito do incômodo gerado pelas consequências do desenvolvimento desordenado, onde houveram invasões de área públicas e verdes, assim como uma precária infraestrutura do saneamento, redes de esgoto e coleta do lixo. O descaso por parte da Prefeitura de Lima Duarte em relação às proposições do Plano Diretor tem repercussão direta nestas questões, além da pouca fiscalização das obras que, segundo os habitantes locais, justificam a crescente descaracterização da paisagem.

Entendemos, contudo, que ao propor orientações e parâmetros arquitetônicos a serem seguidos em forma de legislação, como fizemos aqui, estes devem ser utilizados como referencial de um respeito à identidade local (a qual identificamos anteriormente como hegemonia cultural), mas de forma alguma propondo uma standartização do conjunto arquitetônico. A proposta aqui apresentada, ao contrário, segue na linha de pensamento de uma “liberdade” construtiva, onde cada ator possa se expressar através de seu patrimônio pessoal, porém dentro de parâmetros mínimos de definição de projeto que atendam à harmonia simbólica da paisagem cultural.

Em relação à aplicação prática da metodologia LIP, podemos enumerar algumas fragilidades encontradas, como o cuidado em que se deve tomar no levantamento a campo com réplicas de edificações, pastiches, reformas posteriores enganosas e informações infíeis por parte de agentes. Outra questão a ser observada é em relação aos parâmetros utilizados na montagem do questionário do programa Epi Info e a forma como eles são ordenados, arquitetados e compilados, os quais comprometem, posteriormente, a forma como conseguimos desenvolver os gráficos e cruzar as informações de maneira satisfatória, de acordo com os objetivos a serem alcançados. No caso deste trabalho, por exemplo, a classificação das edificações por idade foi mais favorável quanto à organização dos dados tabulados e precisão, no entanto, acredita-se

que se estivessem classificadas pelo ano ou década de construção facilitaria o enquadramento histórico por parte do leitor.

No entanto, devemos considerar que a aplicação da metodologia LIP teve inúmeros resultados positivos e extremamente reveladores em relação à fidelidade do levantamento de dados físicos e confrontações com o percurso histórico e dinâmica dos atores, comprovando a potencialidade dos recursos. A dinâmica simbólica das identidades culturais e históricas foi, sem dúvida, algo de revelador, que realmente só se fez possível a partir da organização de todo o material pesquisado. Observou-se que os cruzamentos de dados históricos em relação aos materiais e técnicas construtivas são fielmente presentes na arquitetura local, assim como as apreensões relatadas pelos agentes entrevistados. Através do levantamento das idades das edificações, assim como do seu uso e setorização proposta, percebemos semelhanças entre tendências, simbologia e períodos históricos relacionados de forma conexa aos atores, verificados nos depoimentos.

Verificou-se que a metodologia proposta, através da utilização do programa Epi Info, possibilita um grande recurso a subsídios de levantamento de dados de paisagens culturais ou de centros urbanos, favoráveis à sua compreensão integral e complementando aspectos relevantes muitas vezes dificilmente detectados em inventários padrões. De acordo com os dados levantados nesta pesquisa, são inúmeras as possibilidades de correlações entre eles, favorecendo estudos prospectivos sobre o tema, como por exemplo um levantamento físico-arquitetônico mais detalhado com o cruzamento de vários elementos construtivos, enumerados por idade (gráfico 28) ou um levantamento de caráter mais social e urbano, analisando o número de edificações por setor, idade e ainda associados a determinados materiais.

FUND. PEDRA, TIJOLO ESTR. REBOC. TELHA CURVA 2 ÁGUAS - 8 edific. ou 2,4%

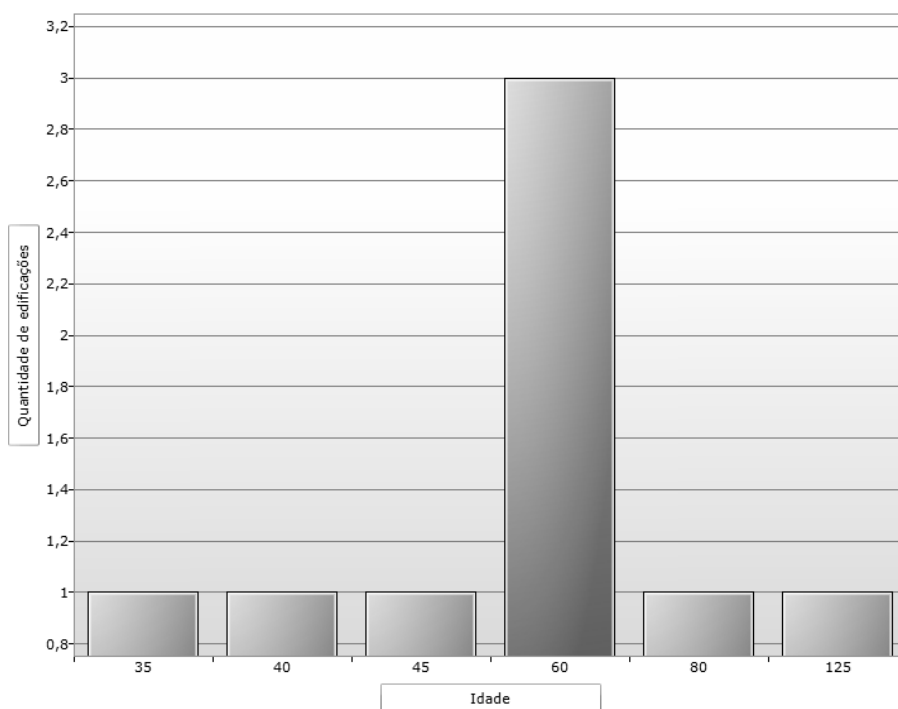


Gráfico 28: Quantidade de edificações por idade com fundações de pedra, tijolos maciços estruturais rebocados e coberturas com telha curva no modelo 2 águas.

A abordagem da dinâmica participativa envolvendo a comunidade local também se apresentou como peça fundamental no levantamento de dados, os quais trazem consigo fatos históricos de grande relevância, assim como a percepção simbólica diretamente associada ao espaço físico, o que explica muitas preferências e tendências. Assim, uma vez criado um método que aborda, de forma holística e interligada, os aspectos físicos, socioeconômicos, históricos e culturais, este propicia uma conversa de conceitos dos campos da arquitetura, patrimônio, geografia, história, sociologia e outras ciências, com possibilidades de desdobramentos em diversas escalas e equipes de estudo. Como aprimoramento da metodologia LIP, contudo, sugere-se uma associação a uma quarta componente relativa aos aspectos socioambientais e ecológicos.

A metodologia também possibilita auxílio em registros de documentação e identificação de unidades móveis, proporcionando possíveis aprimoramentos em inventários, códigos de posturas e planos diretores. Tendência a descaracterizações, interferências visuais em paisagens, padronização de edificações, setorizações da mancha urbana e vetores de crescimento também constituem fatores em potencial a serem descobertos com a aplicação da metodologia.

BIBLIOGRAFIA

AB’SÁBER, A. N. **Os Domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995 (1984)

BEDIM, Bruno Pereira. **O processo de intervenção social do turismo na Serra de Ibitipoca (MG): simultâneo e desigual, dilema camponês no “Paraíso do Capital”**. Dissertação (Mestrado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

BERQUE, Augustin. **Paisagem-marca, Paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural**. In: ROSENDAHL, Zeny, CORRÊA, Roberto L. Org. Paisagem, Tempo e Cultura. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004. 124 p. Cap. 4, p. 84-91

BERTRAND, G. **Paisagem e geografia física global. Esboço metodológico**. R. RAÇA, n. 8. Curitiba: Editora UFPR, 2004. p. 141-152

BERTRAND, G.; BERTRAND, C. **Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através do território e das temporalidades**. Maringá: Massoni, 2007.

CAPEL, H. **Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea**. Una introducción a la Geografía. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2012. 477 p.

CASTRIOTA, Leonardo. (Org.). **Paisagem cultural e sustentabilidade**. Belo Horizonte: IEDS; UFMG, 2009. p. 46-67. Coleção Arquitetura e Cidade - Coedição com a Editora UFMG. p. 46-67.

CRESTON, Helena Tuler. **Turismo e preservação em Ibitipoca/ MG: olhares diversos**. Dissertação (Mestrado). Programa de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. 2ª ed. São Paulo: Iluminuras, 1999. 384 p.

CONVENÇÃO Europeia de Paisagem. Florença, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. Editora Ática, Série Princípios, 3ª edição, n. 174, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. **Geografia cultural: um século (2)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. 109 p. Cap. 5, p. 85-109.

COSGROVE, Denis. **A Geografia está em toda parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas**. In: ROSENDAHL, Zeny, CORRÊA, Roberto L. Org. Paisagem, Tempo e Cultura. 2ª ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. 124 p. Cap. 5, p. 92--121

CUNHA, Gabriel Gavioli. **Manifestações folclóricas em Ibitipoca: possibilidades turísticas**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Turismo). Universidade Presidente Antônio Carlos. Juiz de Fora, 2006.

DELGADO, Alexandre Miranda. **Memória histórica sobre a cidade de Lima Duarte e seu município**. Juiz de Fora: Edição do autor, 1962

FERREIRA, Luiz Ferreira. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: **Revista Território**, 5(9), 65-83, 2000.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. **Plano Diretor de Organização Territorial e Desenvolvimento do Turismo em Conceição de Ibitipoca**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2000.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola. 23ª ed., 2012.

HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. Rio de Janeiro: **Revista Território**, 2(3), 77-85, 1997.

HOLZER, Werther. O lugar na geografia humanista. Rio de Janeiro: **Revista Território**, 4(7), 67-78, 1999.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=315940>. Acesso em: 04 de setembro 2016

IEF – Instituto Estadual de Florestas. Parque Estadual do Ibitipoca é considerado 3º melhor parque da América Latina. Disponível em <http://www.ief.mg.gov.br/noticias/1/1572-parque-estadual-do-ibitipoca-e-considerado-3o-melhor-parque-da-america-latina>. Acesso em: 04 de setembro 2016

IEF – Instituto Estadual de Florestas. Plano de Manejo do Parque Estadual de Ibitipoca. Encarte 2 – Planejamento e Manual de Gestão. Belo Horizonte, 2007.

IPHAN. (Brasil) **Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural**. Rio Grande de Sul: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2007.

_____. (Brasil) **Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação**. Texto Sônia Regina Rampim Florêncio et al. – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016. 134 p.

_____ **Inventário de Configuração dos Espaços Urbanos (INCEU): manual de aplicação**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional /DID, 2001 a.

_____ **Inventário Nacional de Bens Imóveis: sítios urbanos tombados - INBI-SU: Manual de preenchimento**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2001. 304 p.

_____ **Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação - INRC**. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. 156 p.

_____ **Portaria nº 299 de 06 de julho de 2004**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2004.

_____ **Recomendação da Europa: Cartas Patrimoniais**, 1995. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 03 de setembro 2016.

_____ **Reflexões sobre a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1757>. Acesso em: 01 de setembro 2016.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A Apreensão da forma da cidade**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1996.

LEFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARTINS, J. S. (Org.) **Henri Lefèbvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucite, 1996.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. Inventário. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **O fenômeno do lugar**. In: NESBITT, Kate. Uma nova agenda para a arquitetura. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

NÓR, Soraya. **Paisagem e lugar como referências culturais: Ribeirão da Ilha - Florianópolis**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

PATRIMÔNIO IMATERIAL: **O Registro do Patrimônio Imaterial**: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4ª edição, 2006.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

SANTOS, Aline Lima; CAMPELO, Mauro Santoro. **Os Impactos causados pelo Turismo na Vila de Conceição de Ibitipoca – MG**. IV Encontro Nacional da Anppas. Brasília, 2008.

SOUZA, Antônio Cezar de. **Veredas Secretas – Nas trilhas clandestinas de Ibitipoca**. Juiz de Fora: Editar, 2014

SOUZA, Reginaldo José. **O Sistema GTP (Geossistema-Território-Paisagem) como novo projeto geográfico para a análise da interface sociedade-natureza**. Revista Formação, n.16, volume 2. p.89-106

TORRES, Christina Menezes Torres; HOLZER, Werther. **Paisagem Cultural: Saber, Instrução para a Sustentabilidade Ambiental Urbana**, (artigo) 2010.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia – Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980. (1974)

